



Scientia Canonica

ARTIGOS

Il Vescovo giudice nel Pontificato di Papa Francesco

MONS. FELIPE HEREDIA ESTEBAN

Balanço e perspectivas do atual pontificado após 10 anos de luta contra os abusos

MONS. JORDI BERTOMEU FARNÓS

La *gravitas del defectus discretionis iudicii*: criterio ermeneutico per fondare l'incapacità *in decernendo*

PAOLO LOBIATI

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DA ROTA ROMANA

Alocução aos Oficiais do Tribunal da Rota Romana na inauguração do Ano judiciário (27 de janeiro de 2023)

PAPA FRANCISCO

Sentença definitiva por grave defeito de discrição de juízo e incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio (6 de novembro de 2020)

CORAM R. P. D. FRANCISCO VISCOME, PONENTE

Comentário à sentença de Mons. Francisco Viscome de 6 de novembro de 2020

VINCENZO FASANO

Scientia Canonica

Revista Científica do Instituto Superior
de Direito Canônico Santa Catarina

Revista online
www.scientiacanonica.org

Scientia Canonica: revista científica do Instituto de Direito Canônico de Santa Catarina / Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina - v. 6, n. 11/2023 (jan./jun. 2023) - Florianópolis: ISDCSC, 2023.

156 p.

Semestral

ISSN 2595-1157 – versão impressa

ISSN 2595-1165 – versão online

1. Direito Canônico. 2. Direito Canônico – Periódicos. 3. Teologia.

I. Instituto Superior de Direito Canônico. II. Título.

Doris: 343 – 4. ed.rev. e atual.

Ficha catalográfica elaborada por Sandra Haendchen CRB-9/1016

O Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina permuta a Revista *Scientia Canonica* por revistas de instituições acadêmicas.

The Superior Institute of Canon Law Santa Catarina exchanges the Revista *Scientia Canonica* for journals of academic institutions.

Sumário / Contents

<i>Vincenzo Fasano</i>	
Editorial / <i>Português</i>	9
Editoriale / <i>Italiano</i>	13
Editorial / <i>English</i>	17

ARTIGOS

<i>Mons. Felipe Heredia Esteban</i>	
Il Vescovo giudice nel Pontificato di Papa Francesco.....	21
<i>The Bishop as Judge in the Pontificate of Pope Francis</i>	

<i>Mons. Jordi Bertomeu Farnós</i>	
Balanço e perspectivas do atual pontificado após 10 anos de luta contra os abusos	41
<i>Balance and Perspectives of the Current Pontificate after 10 Years of Struggle against Abuse</i>	

<i>Paolo Lobiati</i>	
La gravitas del defectus discretionis iudicii: criterio ermeneutico per fondare l'incapacità in decernendo	67
<i>The gravitas of defectus discretionis iudicii: a hermeneutic approach to establishing incapacity in decernendo</i>	

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DA ROTA ROMANA

<i>Papa Francisco</i>	
Alocução aos Oficiais do Tribunal da Rota Romana na inauguração do Ano judiciário (27 de janeiro de 2023)	107
<i>Address to Officials of the Rota Romana Tribunal at the inauguration of the judicial Year (January 27, 2023)</i>	

Coram R. P. D. Francisco Viscome, Ponente

Sentença definitiva por grave defeito de discricção de juízo e incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio (6 de novembro de 2020) 113

Final sentence due to serious lack of discretion and inability to assume the essential obligations of marriage (November 6, 2020)

Vincenzo Fasano

Comentário à sentença de Mons. Francisco Viscome de 6 de novembro de 2020 137

Commentary on the sentence of Mons. Francisco Viscome, November 6, 2020

Política Editorial 149

Editorial Policy

**INSTITUTO SUPERIOR DE DIREITO CANÔNICO
SANTA CATARINA
AGREGADO À PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
LATERANENSE**



AUTORIDADES ACADÊMICAS

Moderador

Sua Excelência Reverendíssima Dom Wilson Tadeu Jönck, SCJ
Arcebispo Metropolitano de Florianópolis (SC)

Diretor

Prof. Dr. Pe. Tarcísio Pedro Vieira

Secretário-Geral e Ecônomo

Prof. Dr. Pe. Valdinei de Jesus Ribeiro, CMF

Secretária Executiva e Responsável pela Biblioteca

Sr^a Katya Souza

Endereço

Rua Hermann Blumenau, 102 - Centro
CEP: 88020-020 - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
Fone: +55 (48) 99151-8514
www.isdcsc.org.br
E-mail: revista@isdcsc.org.br

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável / Editorial Team

Prof. Dr. Vincenzo Fasano

Conselho Fundador / Founding Council

Prof. Dr. Dom Denilson Geraldo, SAC

Prof. Dr. Pe. Tarcísio Pedro Vieira

Prof. Dr. Pe. Valdinei de Jesus Ribeiro, CMF

Conselho Editorial / Publish Committe

Dom Sérgio de Deus Borges

- Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu, Brasil.

Dom Rogério Augusto das Neves

- Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, Brasil.

Mons. Jair Ferreira Pena

- Auditor Prelado do Tribunal Apostólico da Rota Romana.

Mons. Saturnino da Costa Gomes

- Auditor Prelado do Tribunal Apostólico da Rota Romana.

Prof. Dr. Pe. Damián Guillermo Astigueta, SJ

- Pontificia Università Gregoriana, Itália.

Prof. Dr. Vincenzo Fasano

- Pontificia Università S. Tommaso D'Aquino in Urbe, Itália.

Prof. Dr. Pe. Frederico Martins e Silva

- ISDCSC (Florianópolis), Brasil.

Prof. Dr. Frei Moacyr Malaquias Junior, OFM

- ISDCSC (Florianópolis), Brasil

Prof. Dr. Raphael Novaresi Leopoldo

- ISDCSC e FACASC (Florianópolis), Brasil.

Prof^a. Dr^a Anna Sammassimo

- Università degli Studi di Padova, Itália.

Dr. Pe. Guilherme Sanches Melo

- Adido de Nunciatura.

Assistentes / Assistants

- Prof. Dr. Raphael Novaresi Leopoldo

- Esp. Sandra Pereira e Oliveira (revisora textual)

Informações Gerais / General Information

Periodicidade: semestral

Número de páginas: 156 páginas

Os trabalhos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente a opinião do Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina e do Conselho Editorial.

Editorial

A escolha dos Bispos é de suprema importância para a vida da Igreja porque, sendo sucessores dos Apóstolos por instituição divina, desempenham um papel central na constituição hierárquica da Igreja. A seleção dos candidatos idôneos para o ministério episcopal é uma questão de interesse vital para toda a comunidade eclesial e representa, sem dúvida, um tema muito atual. Não é por acaso que, depois do Concílio Vaticano II, uma atualização do procedimento relativo à designação dos candidatos ao episcopado foi solicitada por vários componentes da comunidade eclesial, incluindo diversos Bispos e mais de uma Conferência Episcopal. A imprensa também se interessou por ele, especialmente após as iniciativas aprovadas pelas autoridades eclesiásticas competentes, destinadas a consentir que mesmo as instâncias não estritamente hierárquicas do povo de Deus manifestassem, de alguma forma, a sua opinião sobre as necessidades pastorais de uma determinada diocese. A questão da escolha dos candidatos ao episcopado não só recebeu manchetes, mas foi objeto de aprofundadas pesquisas históricas, teológicas e jurídicas que contribuíram para ilustrar tanto os aspectos constantes na reflexão doutrinal como na prática da designação e eleição dos Bispos, e a notável variedade, especialmente de procedimento, entre um período da história da Igreja e outro, entre a disciplina específica do Oriente e do Ocidente cristãos¹.

O artigo do Rev.^{mo} Mons. Felipe Heredia Esteban, Auditor do Tribunal da Rota Romana, faz parte das reflexões sobre o papel dos Bispos, protagonistas da reforma desejada pelo Papa Francisco que, assumindo

¹ Antecipando o Concílio Vaticano II, o Beato Antônio Rosmini já defendia a implementação da máxima de São Leão Magno: *Qui praefuturus est omnibus, ab omnibus eligatur* (“Aquele que deve presidir a todos, deve ser eleito por todos”), sublinhando a importância que a eleição daqueles que terão autoridade e responsabilidade envolva todos aqueles sobre os quais exercerão essa autoridade. A. Rosmini, *Delle cinque piaghe della Santa Chiesa*, Città Nuova, Roma, 1998, p. 302 (*Appendice. Lettera III. Al Sig. Canonico Giuseppe Gatti Dottore in Teologia, a Casale*).

a dramática situação enfrentada por muitos fiéis leigos, optou por rever o procedimento de declaração de nulidade de matrimônio por meio de dois textos bastante conhecidos, o *Mitis Iudex Dominus Iesus* e o *Mitis et misericors Iesus*. A reforma do processo matrimonial, embora reivindicando as propriedades essenciais do matrimônio-sacramento, procurou tornar a justiça eclesiástica mais próxima e ágil, referindo-se, de modo explícito e preciso, ao papel do Bispo na administração da justiça no contexto da pastoral familiar diocesana, de forma a implementar e promover a ação sinodal na atividade judicial da Igreja².

Outra ajuda, que sempre podemos ler na perspectiva da corresponsabilidade episcopal, são as reflexões do Rev.^{mo} Mons. Jordi Bertomeu Farnós, Oficial do Dicastério para a Doutrina da Fé, que tratam do complexo problema do combate aos abusos. O Papa Francisco abordou abertamente a questão do abuso sexual na Igreja, reconhecendo a gravidade do problema e assumindo pessoalmente a responsabilidade de combatê-lo. Estabeleceu comissões especiais, reuniu-se com as vítimas e promoveu medidas concretas para prevenir futuros abusos e garantir justiça e transparência no tratamento dos casos denunciados. Apesar destes esforços, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados, porque a implementação de políticas e medidas repressivas e preventivas varia consideravelmente de uma diocese para outra e de um país para outro, destacando a necessidade de uma abordagem mais coerente e global em relação a todas as partes que, sob diversos títulos, estão envolvidas nestes procedimentos.

A sinodalidade exige também a conversão das estruturas judiciais e entre estas estão os Tribunais Eclesiásticos, que devem, necessariamente, ser incluídos na pastoral ordinária das dioceses para realizar um verdadeiro serviço de pastoral judicial, em conformidade com aquela unidade jurisprudencial reiterada no Art. 200, § 1, da Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium*, de 19 de março de 2022. No seu exercício, o Tribunal Eclesiástico é chamado a colaborar na atividade pastoral, oferecendo aos fiéis «*um serviço especializado, eficiente, qualificado e transparente, executado por pessoal formado*

² A. Arellano Cedillo, *L'agire sinodale nell'attività giudiziaria della Chiesa*, in H. Franceschi e A. Sammassimo, *Sinodalità e processo canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 2023, pp. 9-20.

e juízes competentes, especialistas e acolhedores»³. A contribuição do Rev.^{mo} Pe. Paolo Lobiati, Juiz do Tribunal Eclesiástico Regional da Lombardia, na Itália, partindo do aumento significativo dos casos de nulidade matrimonial com base na grave falta de discricção de juízo, refaz os critérios de avaliação da chamada «gravidade» que caracteriza este tipo de incapacidade de consentimento, realizando as reflexões à luz da doutrina e da jurisprudência do Tribunal da Rota Romana.

Bento XVI, por ocasião da alocução de 26 de janeiro de 2008, recordou que «a jurisprudência rotal deve ser vista como uma obra exemplar de sabedoria jurídica, realizada com a autoridade do tribunal estavelmente constituído pelo Sucessor de Pedro para o bem de toda a Igreja»⁴; e, exortando-nos a rezar pelo Tribunal da Rota Romana, recordou que, por meio do Tribunal da Rota Romana, «o Bispo de Roma exerce a sua solicitude primacial pela administração da justiça para todo o Povo de Deus»⁵. As reflexões do querido Pontífice emérito, recentemente falecido, são o nosso guia na apresentação da seção de jurisprudência deste volume, que abre com a alocução do Papa Francisco ao Tribunal da Rota Romana, em 27 de janeiro de 2023, desta vez com o objetivo de sublinhar a importância de redescobrir o sentido permanente do matrimônio, verdadeiro vínculo de amor, realidade preciosa para os próprios esposos, para os seus filhos, para as famílias com as quais se relacionam, para toda a Igreja e para toda a humanidade.

A sentença proposta neste número é do Rev.^{mo} Mons. Francisco Viscome, Auditor da Rota Romana, que aborda a questão da nulidade do consentimento matrimonial na perspectiva da grave falta de discricção de juízo e da incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio nos termos do cân. 1095, 2-3, numa decisão de 6 de novembro de 2020. Embora se trate de um matrimônio celebrado sob a vigência do Código Pio-Benedictino, o Ponente avalia-o de acordo com as disposições normativas em vigor, em harmonia com a comum e constante jurisprudência rotal, que, neste caso, aplica-se usando o novo Código também aos matrimônios celebrados ao abrigo do antigo Código, uma

³ *Ibidem*, p. 12.

⁴ Benedictus PP. XVI, *Ad omnes participes Tribunalis Romanae Rotae die 26 Ianuarii a.* 2008, in *Acta Apostolicae Sedis* 100 (2008), p. 87.

⁵ *Ibidem*, p. 88.

vez que o cân. 1095 estabelece princípios de direito natural implicitamente também contidos no texto do código revogado. A sentença é seguida de uma breve nota assinada por mim, com o objetivo de a tornar mais imediatamente acessível aos operadores da justiça.

Por fim, aproveito esta oportunidade para expressar os nossos mais calorosos votos a S. E. Rev.^{ma} Dom Denilson Geraldo, SAC. Em 25 de janeiro de 2023, Sua Santidade o Papa Francisco nomeou-o Bispo Auxiliar de Brasília, conferindo-lhe o título de Lamsorti. No dia 15 de abril deste mesmo ano, foi ordenado na Catedral Cristo Rei, de Cornélio Procópio, no Paraná, por seu irmão Palotino, S. E. Rev.^{ma} Dom Júlio Endi Akamine, SAC, Arcebispo de Sorocaba, tendo como coordenantes, os Eminentíssimos Cardeais, Dom Paulo Cezar Costa, Arcebispo Metropolitano de Brasília, e Dom Odilo Scherer, Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Esta revista nunca teria nascido sem a vontade e orientação de Dom Denilson Geraldo, SAC, que a dirigiu incansavelmente até 2022. Rezemos para que o Espírito Santo o acompanhe e o apoie nesta nova missão apostólica. De minha parte, confio pessoalmente que Dom Denilson Geraldo, SAC, não deixará de estar paternalmente próximo de mim na função de Editor da Revista, missão que - a partir deste número - a mim foi confiada.

Vincenzo Fasano

Editoriale

La scelta dei Vescovi è di suprema importanza per la vita della Chiesa perché, essendo i successori degli Apostoli per divina istituzione, rivestono un ruolo centrale nella costituzione gerarchica della Chiesa. La scelta di candidati idonei al ministero episcopale è un problema di vitale interesse per l'intera comunità ecclesiale e rappresenta indubbiamente una questione di viva attualità. Non a caso, dopo il Concilio Vaticano II, fu chiesto un aggiornamento della procedura relativa alla designazione dei candidati all'episcopato da varie componenti della comunità ecclesiale, compresi diversi Vescovi e più d'una Conferenza episcopale. Anche la stampa se ne interessò, soprattutto in seguito ad iniziative approvate dalle competenti autorità ecclesiastiche, intese a consentire anche alle istanze non strettamente gerarchiche del popolo di Dio di far conoscere in qualche modo la propria opinione sulle esigenze pastorali di una determinata diocesi. Il problema della scelta dei candidati all'episcopato non ricevette soltanto gli onori della cronaca, ma fu oggetto di approfondite ricerche storiche, teologiche e giuridiche, che contribuirono ad illustrare sia gli aspetti costanti nella riflessione dottrinale e nella prassi della designazione ed elezione dei Vescovi, sia la notevole varietà, soprattutto nella procedura, tra un periodo e l'altro della storia della Chiesa, tra la disciplina propria all'Oriente ed all'Occidente cristiano¹.

L'articolo di Mons. Felipe Heredia Esteban, Uditore del Tribunale della Rota Romana, si inserisce nel solco delle riflessioni sul ruolo dei Vescovi, protagonisti della riforma voluta da Papa Francesco che,

¹ Anticipando il Concilio Vaticano II, il Beato Antonio Rosmini già propugnava l'attuazione della massima di San Leone Magno, *Qui praefuturus est omnibus, ab omnibus eligatur* ("Colui che deve presiedere a tutti, deve essere eletto da tutti"), sottolineando l'importanza che l'elezione di coloro che deterranno autorità e responsabilità coinvolga tutti coloro su cui eserciteranno poi quell'autorità. A. Rosmini, *Delle cinque piaghe della Santa Chiesa*, Città Nuova, Roma, 1998, p. 302 (*Appendice. Lettera III. Al Sig. Canonico Giuseppe Gatti Dottore in Teologia, a Casale*).

facendosi carico della drammatica situazione affrontata da molti fedeli laici, scelse di rivedere la procedura per la dichiarazione di nullità dei matrimoni attraverso due noti testi, il *Mitis Iudex Dominus Iesus* ed il *Mitis et misericors Iesus*. La riforma del processo matrimoniale, pur rivendicando le proprietà essenziali del matrimonio-sacramento, cercò di rendere più vicina ed agile la giustizia ecclesiastica, esplicitamente riferendosi proprio al ruolo del Vescovo nell'amministrazione della giustizia nel contesto della pastorale familiare diocesana, ponendo in essere e promuovendo l'agire sinodale nell'attività giudiziaria della Chiesa².

Un altro ausilio, che possiamo leggere sempre in un'ottica di corresponsabilità episcopale, sono le riflessioni di Mons. Jordi Bertomeu Farnós, Ufficiale del Dicastero per la Dottrina della Fede, che affrontano il complesso problema della lotta agli abusi. Papa Francesco ha affrontato apertamente la questione degli abusi sessuali nella Chiesa, riconoscendo la gravità del problema ed assumendosi in prima persona la responsabilità di combatterlo. Ha istituito commissioni speciali, ha incontrato le vittime ed ha promosso misure concrete per prevenire futuri abusi e garantire giustizia e trasparenza nel trattamento dei casi denunciati. Nonostante questi sforzi, rimangono ancora molte sfide da affrontare, perché l'attuazione delle politiche e delle misure repressive e preventive varia notevolmente da una diocesi all'altra e da un paese all'altro, evidenziando la necessità di un approccio più coerente e globale nel rispetto di tutte le parti che a diverso titolo sono coinvolte in queste procedure.

La sinodalità richiede anche la conversione delle strutture giudiziarie e tra queste vi sono i tribunali ecclesiastici che devono essere necessariamente inseriti nella pastorale ordinaria delle diocesi per realizzare un vero e proprio servizio di pastorale giudiziale svolto in ossequio a quell'unità giurisprudenziale ribadita nell'art. 200 § 1 della Costituzione Apostolica *Praedicate Evangelium* del 19 marzo 2022. Nel suo esercizio, il tribunale ecclesiastico è chiamato a collaborare all'attività pastorale offrendo ai fedeli «*un servizio specializzato, efficiente, qualificato e trasparente, attuato da personale preparato e da*

² A. Arellano Cedillo, *L'agire sinodale nell'attività giudiziaria della Chiesa*, in H. Franceschi e A. Sammassimo, *Sinodalità e processo canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 2023, pp. 9-20.

giudici competenti, esperti ed accoglienti»³. Il contributo del Rev. Paolo Lobiati, Giudice del Tribunale Ecclesiastico Regionale Lombardo in Italia, partendo dal sensibile aumento dei casi di nullità matrimoniale basati sul grave difetto di discrezione di giudizio, ripercorre i criteri di valutazione della cosiddetta “gravità” che caratterizza questo tipo di incapacità a consentire, svolgendo le proprie riflessioni alla luce della dottrina e della giurisprudenza del Tribunale della Rota Romana.

Benedetto XVI, in occasione dell’allocuzione del 26 gennaio 2008, rammentò che «*La giurisprudenza rotale va vista come esemplare opera di saggezza giuridica, compiuta con l’autorità del tribunale stabilmente costituito dal Successore di Pietro per il bene di tutta la Chiesa*»⁴; ed esortando a pregare per il Tribunale della Rota romana, ricordò che attraverso il Tribunale della Rota Romana «*il Vescovo di Roma esercita la sua sollecitudine primaziale per l’amministrazione della giustizia nell’intero Popolo di Dio*»⁵. Le riflessioni dell’amato pontefice emerito recentemente scomparso, ci sono da guida nel presentare la sezione giurisprudenza di questo volume, che si apre con l’allocuzione di Papa Francesco al Tribunale della Rota Romana del 27 gennaio 2023, quest’anno tesa a sottolineare l’importanza di riscoprire il significato permanente del matrimonio, vero legame d’amore, realtà preziosa per i coniugi stessi, per i loro figli, per le famiglie con cui sono in relazione, per tutta la Chiesa e per l’intera umanità.

La sentenza proposta in questo numero è di Mons. Francesco Viscome, Uditore della Rota Romana, che affronta il tema dell’invalidità del consenso matrimoniale nell’ottica del difetto di discrezione di giudizio e dell’incapacità ad assumere gli obblighi essenziali del matrimonio ai sensi del can. 1095, nn. 2-3, in una decisione del 6 novembre 2020. Pur trattandosi di un matrimonio celebrato sotto la vigenza del Codice Piano-Benedettino, il Ponente lo valuta secondo le attuali disposizioni normative, in sintonia con la comune e costante giurisprudenza rotale che in questa fattispecie applica il nuovo Codice anche ai matrimoni contratti sotto il vecchio Codice, poiché il can. 1095 espone principi di

³ *Ibidem*, p. 12.

⁴ Benedictus PP. XVI, *Ad omnes participes Tribunalis Romanae Rotae die 26 Ianuarii a. 2008*, in *Acta Apostolicae Sedis* 100 (2008), p. 87.

⁵ *Ibidem*, p. 88.

diritto naturale implicitamente contenuti anche nell'abrogato testo codiciale. La sentenza è seguita da una breve nota a mia firma, nell'intento di renderla più immediatamente fruibile agli operatori del diritto.

Colgo l'occasione, infine, per formulare a nome della redazione della Rivista i nostri più filiali auguri a S.E. Rev.ma Mons. Denilson Geraldo, SAC. Il 25 gennaio 2023, Sua Santità Papa Francesco lo ha nominato Vescovo ausiliare di Brasilia, conferendogli il titolo di Lam-sorti. Il 15 aprile di quest'anno è stato consacrato nella Cattedrale di Cristo Re di Cornélio Procópio, dal suo confratello pallottino, S.E. Rev.ma Mons. Júlio Endi Akamine, SAC, Arcivescovo di Sorocaba, coadiuvato da S. Em.za Rev.ma il Signor Cardinale Paulo Cezar Costa, Arcivescovo metropolitano di Brasilia, e da S. Em.za Rev.ma il Signor Cardinale Odilo Scherer, Arcivescovo metropolitano di San Paolo. Questa rivista non sarebbe mai nata senza la volontà e la guida di Mons. Denilson Geraldo, che l'ha diretta instancabilmente fino al 2022. Preghiamo perché lo Spirito Santo l'accompagni e lo sostenga in questa nuova missione apostolica e personalmente confido che egli non mancherà di essermi paternamente vicino nell'incarico di direttore della Rivista, ruolo che -a partire da questo numero- mi è stato affidato.

Vincenzo Fasano

Editorial

The choice of Bishops is of utmost importance for the life of the Church because, as successors of the Apostles by divine institution, they play a central role in the hierarchical structure of the Church. The selection of suitable candidates for the episcopal ministry is a matter of vital interest to the entire ecclesial community and is undoubtedly a current issue. Not surprisingly, after the Second Vatican Council, various components of the ecclesial community, including several Bishops and more than one Episcopal Conference, requested an update to the procedure for the designation of episcopal candidates. The press also took an interest, especially following initiatives approved by the competent ecclesiastical authorities intended to allow non-hierarchical entities of the people of God to express their opinion on the pastoral needs of a particular diocese. The issue of selecting episcopal candidates not only garnered media attention but was also the subject of in-depth historical, theological, and legal research, which contributed to illustrating both the constant aspects in doctrinal reflection and practice regarding the designation and election of Bishops, as well as the considerable variety, especially in procedure, between different periods in the Church's history and between the disciplines proper to the Eastern and Western Christian traditions¹.

The article by Mons. Felipe Heredia Esteban, Auditor of the Tribunal of the Roman Rota, falls within the scope of reflections on the role of Bishops as protagonists of the reform desired by Pope Francis, who, addressing the dramatic situation faced by many lay faithful, chose to review the procedure for the declaration of nullity of marriages

¹ Anticipating the Second Vatican Council, Blessed Antonio Rosmini already advocated for the implementation of the maxim of Saint Leo the Great, *Qui praefuturus est omnibus ab omnibus eligatur* ("He who is to preside over all must be elected by all"), emphasizing the importance of the election of those who will hold authority and responsibility involving all those over whom they will exercise that authority. A. Rosmini, *Delle cinque piaghe della Santa Chiesa*, Città Nuova, Roma, 1998, p. 302 (*Appendice. Lettera III. Al Sig. Canonico Giuseppe Gatti Dottore in Teologia, a Casale*).

through two well-known texts, *Mitis Iudex Dominus Iesus* and *Mitis et misericors Iesus*. The reform of the matrimonial process, while reclaiming the essential properties of the sacrament of marriage, sought to bring ecclesiastical justice closer and more agile, explicitly referring to the role of the Bishop in the administration of justice within the context of diocesan family pastoral care, implementing and promoting synodal action in the Church's judicial activity².

Another contribution, which we can read in the light of episcopal co-responsibility, are the reflections of Mons. Jordi Bertomeu Farnós, Official of the Dicastery for the Doctrine of the Faith, addressing the complex issue of combating abuse. Pope Francis has openly addressed the issue of sexual abuse in the Church, recognizing the seriousness of the problem and personally taking responsibility for fighting it. He has established special commissions, met with victims, and promoted concrete measures to prevent future abuses and ensure justice and transparency in handling reported cases. Despite these efforts, many challenges remain because the implementation of policies and repressive and preventive measures varies greatly from one diocese to another and from one country to another, highlighting the need for a more coherent and global approach, respecting all parties involved in these procedures.

Synodality also requires the conversion of judicial structures, among which are the ecclesiastical tribunals, which must necessarily be integrated into the ordinary pastoral care of dioceses to provide a true service of judicial pastoral care, performed in obedience to the jurisprudential unity reaffirmed in art. 200 § 1 of the Apostolic Constitution *Praedicate Evangelium* of March 19, 2022. In its exercise, the ecclesiastical tribunal is called to collaborate in pastoral activity, offering the faithful «a specialized, efficient, qualified, and transparent service provided by prepared staff and competent, expert, and welcoming judges»³. The contribution of Rev. Paolo Lobiati, Judge of the Regional Ecclesiastical Tribunal of Lombardy in Italy, starting from the significant increase in cases of matrimonial nullity based on a grave defect of discretion of judgment,

² A. Arellano Cedillo, *L'agire sinodale nell'attività giudiziaria della Chiesa*, in H. Franceschi and A. Sammassimo, *Sinodalità e processo canonico*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 2023, pp. 9-20.

³ *Ibidem*, p. 12.

retraces the evaluation criteria of the so-called “seriousness” that characterizes this type of incapacity to consent, conducting his reflections in light of the doctrine and jurisprudence of the Tribunal of the Roman Rota.

Benedict XVI, on the occasion of the address of January 26, 2008, reminded that *«Rotal jurisprudence should be seen as an exemplary work of juridical wisdom carried out with the authority of the tribunal stably constituted by the Successor of Peter for the good of the entire Church»*⁴; and exhorting to pray for the Tribunal of the Roman Rota, he recalled that through the Tribunal of the Roman Rota *«the Bishop of Rome exercises his primatial concern for the administration of justice in the entire People of God»*⁵. The reflections of the beloved recently deceased emeritus pontiff guide us in presenting the jurisprudence section of this volume, which opens with the address of Pope Francis to the Tribunal of the Roman Rota of January 27, 2023, this year aimed at emphasizing the importance of rediscovering the permanent meaning of marriage, a true bond of love, a precious reality for the spouses themselves, for their children, for the families with whom they are related, for the whole Church, and for all humanity.

The sentence proposed in this issue is by Mons. Francesco Viscome, Auditor of the Roman Rota, addressing the issue of the invalidity of marital consent from the perspective of the defect of discretion of judgment and the incapacity to assume the essential obligations of marriage according to can. 1095 nn. 2-3 in a decision of November 6, 2020. Although it concerns a marriage celebrated under the Pian-Benedictine Code, the Ponente evaluates it according to the current normative provisions in line with the common and constant Rotal jurisprudence that in this case applies the new Code even to marriages contracted under the old Code since can. 1095 expresses principles of natural law implicitly contained even in the repealed codicial text. The sentence is followed by a brief note by myself, intending to make it more immediately accessible to legal practitioners.

I take this opportunity to extend, on behalf of the editorial team of the Journal, our most filial wishes to His Excellency Mons.

⁴ Benedictus PP. XVI, *Ad omnes participes Tribunalis Romanae Rotae die 26 Ianuarii a. 2008*, in *Acta Apostolicae Sedis* 100 (2008), p. 87.

⁵ *Ibidem*, p. 88.

Denilson Geraldo SAC. On January 25, 2023, His Holiness Pope Francis appointed him Auxiliary Bishop of Brasília, conferring on him the title of Lamsorti. On April 15 of this year, he was consecrated in the Cathedral of Christ the King of Cornélio Procópio by his Pallottine confrere, His Excellency Mons. Júlio Endi Akamine SAC, Archbishop of Sorocaba, assisted by His Eminence Cardinal Paulo Cezar Costa, Metropolitan Archbishop of Brasília, and His Eminence Cardinal Odilo Scherer, Metropolitan Archbishop of São Paulo. This journal would never have been born without the will and guidance of Mons. Denilson Geraldo, who tirelessly directed it until 2022. We pray that the Holy Spirit may accompany and support him in this new apostolic mission, and I personally trust that he will not fail to be paternally close to me in the role of director of the Journal, a position entrusted to me from this issue onwards.

Vincenzo Fasano

Il Vescovo giudice nel Pontificato di Papa Francesco

The Bishop as Judge in the Pontificate of Pope Francis

Mons. Felipe Heredia Esteban¹

Resumo: A reforma promovida pelo Papa Francisco busca tornar os processos de nulidade matrimonial mais acessíveis e eficientes. Através dos documentos “*Mitis Iudex Dominus Iesus*” e “*Mitis et misericors Iesus*”, o Papa destaca a importância do bispo diocesano na administração da justiça eclesial, promovendo a colegialidade episcopal e uma Igreja sinodal. A reforma ressalta as responsabilidades dos bispos, comparando os Códigos de Direito Canônico de 1917 e 1983, destacando a continuidade e a evolução dessas funções. A introdução do “*Processus brevior*” permite procedimentos mais

Abstract: The reform initiated by Pope Francis aims to make the processes for a declaration of nullity more accessible and efficient. Through the documents “*Mitis Iudex Dominus Iesus*” and “*Mitis et misericors Iesus*,” the Pope emphasizes the pivotal role of diocesan bishops in administering ecclesiastical justice, promoting episcopal collegiality, and fostering a synodal Church. This reform highlights the responsibilities of bishops by comparing the Codes of Canon Law from 1917 and 1983, underscoring the continuity and evolution of these roles. The introduction of the “*Processus brevior*”

¹ Mons. Felipe Heredia Esteban foi ordenado presbítero em 21 de junho de 1987 e pertence ao clero da diocese de Calahorra e La Calzada-Logroño (Espanha). Sempre envolvido no ensino do direito canônico, foi juiz do Tribunal da Rota da Nunciatura Apostólica de Madri de 2007 a 2011 e atualmente é auditor prelado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, nomeado por Bento XVI em 26 de setembro de 2011. Possui diversas publicações científicas, incluindo, por exemplo, *El ministerio parroquial “in solidum” en el derecho particular*, in *Cuadernos doctorales* 15 (1998), pp. 68-166 e *Relevancia procesal del fracasso de las relaciones interpersonales en el matrimonio*, in *Ius Canonicum* 57 (2017), pp. 707-738.

rápidos e simplificados para os casos de nulidade matrimonial, refletindo o compromisso do Papa com a descentralização da justiça e a proximidade pastoral, garantindo um cuidado pastoral mais eficaz e próximo aos fiéis.

allows for quicker and simpler procedures for declarations of nullity, reflecting the Pope's commitment to decentralizing justice and ensuring pastoral proximity, thereby providing more effective and compassionate care to the faithful.

Palavras-chave: Bispo como juiz, Pontificado do Papa Francisco, Reforma canônica, Nulidade matrimonial, Processus brevior.

Keywords: Bishop as judge, Pontificate of Pope Francis, Canonical reform, Declaration of nullity, Processus brevior.

1. Introduzione

Facendosi carico della drammatica situazione affrontata da molti fedeli laici, papa Francesco scelse di riformare la procedura per la dichiarazione di nullità dei matrimoni². La riforma del processo, pur rivendicando le proprietà essenziali del matrimonio-sacramento, cercò di rendere più vicina ed agile la giustizia ecclesiastica, esplicitamente riferendosi al ruolo del Vescovo nell'amministrazione della giustizia nel contesto della pastorale familiare delle diocesi. È questo un ulteriore aspetto di quanto il Santo Padre, poco dopo essere stato chiamato alla guida della Chiesa, intese dare al Suo Pontificato: porre in essere e promuovere la collegialità episcopale, connotando il cammino ecclesiale con l'espressione «una Chiesa tutta sinodale»³.

² Cf. Francesco, m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*, in *Acta Apostolicae Sedis* 107 (2015), pp. 958-967, cui segue un corpus di regole procedurali, *Ratio procedendi in causis ad matrimonii nullitatem declarandam*, in *Acta Apostolicae Sedis* 107 (2015), pp. 967-970. Il Santo Padre è analogamente intervenuto sul Codice dei Canonici delle Chiese Orientali, cf. Francesco, m.p., *Mitis et misericors Iesus*, in *Acta Apostolicae Sedis* 107 (2015), pp. 946-954, con relativa *Ratio procedendi in causis ad matrimonii nullitatem declarandam*, in *Acta Apostolicae Sedis* 107 (2015), pp. 954-957.

³ Francesco, *Occasione L anniversariae memoriae ab inita Synodo Episcoporum die 17 octobris 2015*, in *Acta Apostolicae Sedis* CVII (2015), pp. 1143. Cf. Concilium Oecumenicum Vaticanum II, *Decretum De Pastoralis Episcoporum Christus Dominus*, n. 5, in *Acta Apostolicae Sedis* LVIII (1966), p. 675; *Codex Iuris Canonici*, cann. 342-348.

Come è noto, il termine “giudice” trae origine dalle parole *ius dicere*⁴, che letteralmente significa “dire il giusto”, pronunciare il diritto⁵. Come insegnò San Paolo VI durante l’Allocuzione al Tribunale della Rota Romana del 31 gennaio 1974, per poter *ius dicere* e garantire «la razionale e normale applicazione»⁶ della legge, il giudice deve avere dei requisiti non soltanto scientifici, ma anche umani che assicurino il retto esercizio della sua azione e gli consentano di svolgere il proprio compito con competenza, maturità ed equilibrio. Ed è a questo compito che è chiamato il Vescovo giudice, figura che non dobbiamo confondere con gli altri protagonisti del processo (come ad esempio il Vicario giudiziale, il Vicario giudiziale aggiunto, l’Istruttore o l’Assessore).

La scelta operata dai Motu Proprio *Mitis Iudex Dominus Iesus* e *Mitis et misericors Iesus* pone tra i criteri fondamentali della riforma del processo matrimoniale canonico proprio il ruolo del Vescovo diocesano sia nella Chiesa latina che nelle Chiese orientali⁷. Un ritorno alla funzione personale del Vescovo diocesano nel processo per la dichiarazione di nullità del matrimonio, come lo stesso

⁴ G. Broggin, *Iudex arbiterve. Prolegomena zum Officium des römischen Privatrichters*, Köln-Graz 1957, p. 158.

⁵ G. Pugliese, *Il processo civile romano*, vol. I, Roma 1962, p. 155; B. Albanese, *Il processo civile romano delle legis actiones*, Palermo 1993, p. 117, n. 403 e n. 404; A. Benedetti, *Certeza pubblica e “certezze private”. Poteri pubblici e certificazioni di mercato*, Milano 2010, p. 8; L. Solidoro Maruotti-S. Puliatti-A. Lovato, *Diritto privato romano*, Torino 2017, p. 33. Utilizzando la definizione di Mons. José Miguel Pinto Gomez, Prelato Uditore del Tribunale della Rota Romana, si può ritenere che la funzione del Giudice consista nel «definire le controversie a lui deferite applicando la norma giuridica alla fattispecie [...]». Dunque un giudizio di diritto ed un giudizio di fatto, spesso molto complicati» (J.M. Pinto Gomez, *La giurisdizione*, in P.A. Bonnet-C. Gullo [a cura di], *Il Processo matrimoniale canonico*, Città del Vaticano 1994, p. 121).

⁶ Paolo VI, *Ad Praelatos Auditores, Advocatos et Officiales Tribunalis Sacrae Romanae Rotae, a Beatissimo Patre novo litibus iudicandis ineunte anno coram admissos die 31 mensis ianuarii a. 1974*, in *Acta Apostolicae Sedis* LXVI (1974), p. 87.

⁷ Cf. M. Del Pozzo, *Il processo matrimoniale più breve davanti al Vescovo*, Roma 2016, p. 41.

Pontefice nel primo capoverso dei due Motu Proprio *Mitis Iudex Dominus Iesus* e *Mitis et misericors Iesus* evidenzia, risponde principalmente alla natura ed ai compiti affidati dallo stesso Signore Gesù alla Chiesa ed ai suoi Pastori.

2. Il Vescovo nel *Codex Iuris Canonici* del 1917 e del 1983: differenze e continuità

La Chiesa è intimamente partecipe all'operato di Cristo in terra, depositaria e continuatrice della Sua missione di salvezza: i poteri esercitati da Cristo per il compimento di questa missione sono comunicati ed affidati alla Chiesa. Egli volle costituire dei soggetti che fossero di guida e di sostegno agli altri fedeli, che si ponessero come pastori con l'incarico di santificare e governare il popolo di Dio sino alla fine dei secoli⁸. Ai vescovi, quali successori degli apostoli, è dunque pienamente affidato l'ufficio pastorale, ossia l'abituale e quotidiana cura del loro gregge, con tutte quelle prerogative necessarie per tale funzione. Tra di esse vanno certamente ricomprese le fondamentali potestà di dare leggi ai propri sudditi, di regolare tutto quanto appartiene al culto ed all'apostolato ed anche di attuare la giustizia nell'ambito della comunità loro affidata.

La potestà giudiziaria costituisce una necessaria componente di quella più generale funzione di governo (*munus regendi*) che, insieme alla funzione di insegnare (*munus docendi*) ed a quella di promuovere

⁸ Concilium Oecumenicum Vaticanum II, Decretum De Pastoralis Episcoporum *Christus Dominus*, op. cit., p. 674, n. 3: «Hoc suum episcopale munus, quod per consecrationem episcopalem susceperunt, Episcopi, sollicitudinis omnium Ecclesiarum participes, in communione et sub auctoritate Summi Pontificis exercent, ad magisterium et regimen pastorale quod attinet, omnes uniti in Collegio seu corpore quoad universam Dei Ecclesiam. Illud exercent singuli quoad assignatas sibi dominici gregis partes, unusquisque Ecclesiae particularis sibi commissae curam gerens aut quandoque aliqui coniunctim necessitatibus quibusdam diversarum Ecclesiarum communibus providentes. Quare Sacrosancta Synodus, attentis etiam condicionibus hominum consociationis, quae nostra hac aetate, ad novum fertur rerum ordinem, pressius determinare intendens pastorale Episcoporum munus, haec quae sequuntur statuit».

il bene spirituale dei fedeli (*munus sanctificandi*), caratterizza la pienezza di prerogative che i vescovi, quali successori degli apostoli, hanno ricevuto da Cristo per edificare la Chiesa.

Il Magistero pontificio ricordò più volte la potestà giudiziale episcopale, soprattutto in occasione delle Allocuzioni alla Rota Romana: fu così per il Venerabile Pio XII⁹, San Paolo VI¹⁰ e San Giovanni Paolo II¹¹ così come lo è oggi per Francesco¹². In particolare, l'afflato di Francesco sembra essere sulla stessa linea di San Giovanni Paolo II allorquando

⁹ Pio XII, *Ad Praelatos Auditores ceterosque Officiales et Administros Tribunalis Sacrae Romanae Rotae necnon eiusdem Tribunalis Advocatos et Procuratores habita die 29 mensis Octobris a. 1947*, in *Acta Apostolicae Sedis* 39 (1947), p. 497: «Giudici nella Chiesa sono in virtù del loro ufficio e per volere divino i Vescovi, dei quali dice l'Apostolo che «sono stati costituiti dallo Spirito Santo a reggere la Chiesa di Dio». Ma il «reggere» include il «giudicare» come una necessaria funzione. Dunque secondo l'Apostolo lo Spirito Santo chiama i Vescovi non meno all'ufficio di giudice che al governo della Chiesa. Dallo Spirito Santo deriva perciò il carattere sacro di quell'ufficio. I fedeli della Chiesa di Dio «acquistata, da lui col proprio sangue» sono coloro ai quali si riferisce l'attività giudiziaria. La legge di Cristo è fondamentalmente quella, secondo cui nella Chiesa si pronunziano le sentenze. Il principio vitale divino della Chiesa muove tutti e tutto ciò, che è in lei, verso il suo fine, quindi anche la potestà giudiziaria e il giudice: caelestia ac sempiterna bona comparare».

¹⁰ Paolo VI, *Ad Praelatos Auditores, Officiales et Advocatos Tribunalis Sacrae Romanae Rotae, novo litibus iudicandis ineunte anno coram admissos die 27 mensis ianuarii a. 1969*, in *Acta Apostolicae Sedis* 61 [1969], p. 175: «È noto a tutti come il riconoscimento della potestà giurisdizionale si inserisce nel quadro di quella ecclesiologia integrale, che Noi riteniamo autentica, e che, senza nulla trascurare della realtà e della profondità del suo aspetto mistico e carismatico, ne considera insieme il suo aspetto visibile e sociale, che qualifica la Chiesa una società giuridicamente perfetta, non univocamente eguale a quella civile, ma originale e singolare, perché, a causa del fine suo proprio e dei mezzi dei quali si vale per conseguirlo, si definisce soprannaturale e spirituale, trovando in se stessa, per disposizione del suo divino Fondatore, le risorse alla sua esistenza e alla sua attività. E che ciò valga anche della potestà giudiziaria è facile ricavarne le prove dalle fonti neotestamentarie, anch'esse da tutti conosciute, e da tutta la tradizione ecclesiastica, confermata dal recente Concilio Vaticano II, che, nella Costituzione dogmatica *Lumen gentium*, come ricorderete, dice che ((i Vescovi hanno il sacro diritto, e davanti al Signore il dovere, di dare leggi ai loro sudditi, di giudicare (*iudicium faciendi*) e di fare tutto quanto appartiene al culto e all'apostolato)). Questo è bene

durante la sua ultima Allocuzione al Tribunale della Rota Romana del 29 gennaio 2005, riferendosi ai Vescovi, ricordò: *«Essi sono pertanto chiamati ad impegnarsi in prima persona per curare l'idoneità dei membri dei tribunali, diocesani o interdiocesani, di cui essi sono i Moderatori, e per accertare la conformità delle sentenze con la retta dottrina. I sacri Pastori non possono pensare che l'operato dei loro tribunali sia una questione meramente «tecnica» della quale possono*

richiamare per il fatto che, essendo oggi giustamente ricondotto il concetto di autorità nella Chiesa alla sua ragion d'essere, ch'è quella del servizio, non si vorrebbe che fosse fraintesa l'origine dell'autorità stessa, quasi emanasse dalla comunità dei fedeli, e non derivasse la sua fonte superiore dal diritto divino, e si confondesse questo suo efficiente principio con lo scopo per cui Cristo l'ha stabilita, cioè per la guida e per la salvezza del Popolo di Dio; né si vorrebbe che fosse indebitamente inceppato l'esercizio stesso della legittima autorità della Chiesa nell'esplicazione delle sue funzioni, intese appunto al multiforme servizio dei bisogni sempre più vasti e complessi della vita ecclesiale». Un concetto che il Beato Paolo VI tenne a chiarire e ribadire anche successivamente davanti al Tribunale della Sacra Romana Rota: «Sono sempre vere e solenni le proposizioni del nostro umile catechismo: vi è una trasmissione di potestà da Cristo agli Apostoli, con a capo Pietro, e dagli Apostoli ai Vescovi, loro successori con a capo il Vescovo Romano, successore di Pietro; trasmissione di potestà che, come abbiamo visto, il Concilio Vaticano II riassume nel diritto e nel dovere davanti al Signore di «dare leggi, di giudicare e di regolare» ciò che riguarda il culto e l'apostolato. Pertanto, oltre le funzioni di ministerium e di magisterium, il Concilio ha considerato su di un piano squisitamente pastorale, dandone i fondamenti dogmatici, anche il triplice potere di giurisdizione e di governo (regimen), che i Vescovi hanno il diritto e il dovere, come dicevamo, di esercitare: e cioè il potere legislativo, giudiziario e coattivo» (Paolo VI, *Ad Praelatos Auditores, Officiales et Advocatos Tribunalis Sacrae Romanae Rotae, novo litibus iudicandis ineunte anno coram admissos die 28 mensis ianuarii a. 1971*, in *Acta Apostolicae Sedis* 63 (1971), p. 136).

¹¹ Giovanni Paolo II, *Ad Tribunal Rotae Romanae iudiciali ineunte anno die 29 Ianuarii 2005*, in *Acta Apostolicae Sedis* 97 (2005), p. 165: «Nei discorsi annuali alla Rota Romana ho più volte ricordato l'essenziale rapporto che il processo ha con la ricerca della verità oggettiva. Di ciò devono farsi carico innanzitutto i Vescovi, che sono i giudici per diritto divino delle loro comunità. È in loro nome che i tribunali amministrano la giustizia».

¹² È importante ricordare che, già all'inizio del proprio pontificato, Francesco

*disinteressarsi, affidandola interamente ai loro giudici vicari»*¹³. Ed ecco che attraverso l'ecclesiologia di Francesco si riporta vigore al ruolo dei Vescovi, dando compimento e pienezza proprio al Magistero dei suoi predecessori.

La scelta ed il ruolo dei Vescovi sono d'altronde di suprema importanza per la vita della Chiesa perché, essendo i successori degli Apostoli *ex divina institutione*, rivestono un ruolo centrale nella costituzione gerarchica della Chiesa. La scelta di candidati idonei al ministero episcopale è, infatti, un problema di vitale interesse per l'intera comunità ecclesiale ed ha sempre rappresentato una questione di viva attualità¹⁴. Innumerevoli sono le approfondite ricerche storiche,

formulò il sogno di una «riforma delle strutture [...]: fare in modo che esse diventino tutte più missionarie, che la pastorale ordinaria in tutte le sue istanze sia più espansiva e aperta, che ponga gli agenti pastorali in costante atteggiamento di “uscita” e favorisca così la risposta positiva di tutti coloro ai quali Gesù offre la sua amicizia» (Francesco, *Adhortatio Apostolica Evangelii Gaudium*, in *Acta Apostolicae Sedis* 105 (2013), n. 27, p. 1031).

¹³ Giovanni Paolo II, *Ad Tribunal Rotae Romanae iudiciali ineunte anno die 29 Ianuarii 2005*, op. cit., p. 165. Anche la giurisprudenza rotale pone in evidenza che «Nullus iudex ecclesiasticus [...] ignoret obligationem quae ipsimet incumbit providendi ut omnes leges, tam procedurales quam substantiales, diligenter respectentur et cum cura scrupolosa in processibus ecclesiasticis adamussim obtemperentur» (Coram Boccafola, decretum diei 4 februarii 1993, in *Decreta selecta inter ea quae anno 1993 prodierunt cura eiusdem Apostolici Tribunalis edita*, vol. XI, Città del Vaticano 2005, n. 7, p. 17).

¹⁴ R. Tucci, *La scelta dei candidati all'episcopato nella Chiesa latina*, in *La Civiltà Cattolica* 123 (1972), pp. 422-423: «La questione è indubbiamente di viva attualità: dopo il Vaticano II e soprattutto in questi ultimi anni l'aggiornamento della procedura relativa alla designazione dei candidati all'episcopato è stato chiesto da più parti, cioè in diversi Paesi e dalle varie componenti della comunità ecclesiale, compresi parecchi vescovi e più d'una Conferenza episcopale. Le cronache giornalistiche se ne sono interessate, soprattutto in casi di conflitti e di tensioni nelle varie diocesi, ma anche a proposito di iniziative approvate dalla competente autorità ecclesiastica, intese a consentire anche alle istanze non strettamente gerarchiche del Popolo di Dio (clero, religiosi e religiose, laicato) di far conoscere in qualche modo la propria opinione sulle esigenze pastorali di una determinata diocesi e sulle qualità richieste nel futuro suo pastore per far fronte a tali esigenze».

teologiche e giuridiche, che contribuirono ad illustrare sia gli aspetti costanti nella riflessione dottrinale e nella prassi della designazione ed elezione dei Vescovi, sia la notevole varietà, soprattutto nella procedura, tra un periodo e l'altro della storia della Chiesa, tra la disciplina propria all'Oriente ed all'Occidente cristiano¹⁵. Il Codice di diritto canonico del 1917, nel rivendicare all'autorità pontificia la funzione ordinaria di nominare i Vescovi, disciplinò espressamente le doti e le qualità richieste nel candidato da promuovere all'episcopato.

Se analizziamo il can. 331, § 1, n. 5, C.I.C. 1917 col corrispondente can. 378 C.I.C. 1983, appare immediatamente che gli elementi richiesti per l'idoneità all'episcopato, quando coincidono con l'attuale can. 378 C.I.C. 1983, hanno un ordine diverso rispetto all'odierna disciplina¹⁶. Senza entrare nel merito del canone, vi è da

¹⁵ Cfr. W.W. Bassett (ed.), *The Choosing of Bishops. Historical and Theological Studies*, Hartford 1971; R.L. Benson, *Election by Community and Chapter: Reflections on Co-Responsibility in the Historical Church*, in *The Jurist* 31 (1971), pp. 54-80; G. Bimer, *Die Bischofswahl als neues Desiderat kirchlicher Praxis*, in *Theologische Quartalschrift* 149 (1969), pp. 171-184; C.M. Corral Salvador, *Libertad de la Iglesia e intervención de los Estados en los nombramientos episcopales*, in *Revista española de derecho canónico* 21 (1966), pp. 63-94; R. Kottje, *L'elezione dei capi ecclesiastici: storia ed esperienze*, in *Concilium* 7 (1971), pp. 134-145; J.E. Lynch, *Co-Responsibility in the First Five Centuries: Presbyteral Colleges and the Election of Bishops*, in *The Jurist* 31 (1971), pp. 14-53; A.E. Manaricúa, *El nombramiento de obispos, el Concilio Vaticano II y el Concordato Español*, in *Estudios de Deusto* 14 (1966), pp. 221-244; J. Neumann, *Wahl und Amtszeitbegrenzung nach kanonischem Recht*, in *Theologische Quartalschrift* 149 (1969), pp. 117-132; P. Stockmeier, *Gemeinde und Bischofsamt in der alten Kirche*, in *Theologische Quartalschrift* 149 (1969), pp. 133-146; L. Swidler - A. Swidler (ed.), *Bishops and People*, Philadelphia 1970.

¹⁶ Il can. 331 del C.I.C. 1917, inserito nel Libro II *De personis*, Parte I *De Clericis*, Sezione II *De clericis in specie*, Titolo VIII *De potestate episcopali deque iis qui de eadem participant*, Capitolo I *De Episcopis*, nella sua stesura latina così si esprime: «§ 1. Ut quis idoneus habeatur, debet esse: 1°. Natus ex legitimo matrimonio, non autem legitimatus etiam per subsequens matrimonium; 2°. Annos natos saltem triginta; 3°. A quinquennio saltem in sacro presbyteratus ordine constitutus; 4°. Bonis moribus, pietate, animarum zelo, prudentia, ceterisque dotibus praeditus, quae ipsum aptum efficiant ad gubernandam dioecesim de qua agitur; 5°. Laurea doctoris vel saltem

notare che nella precedente legislazione, fra i titoli di studio previsti non vi era cenno alla preparazione in Sacra Scrittura, mentre ieri come oggi si annoverava sempre la preparazione in Diritto canonico¹⁷. La costante presenza di un'adeguata preparazione in Diritto canonico nel candidato vescovo deve probabilmente ricercarsi nella considerazione che un Vescovo canonista, dotato di una conoscenza teorica e pratica del diritto della Chiesa, avrebbe maggiormente potuto coniugare la

licentia in sacra theologia aut iure canonico patitus in atheneo aliquo vel in Istituto studiorum a Sancta Sede probatis, vel saltem earundem disciplinarum vere peritus; quod si ad religionem aliquam pertineat, a suis Superioribus maioribus vel similem titulum vel saltem verae peritiae testimonium habeat. § 2. Etiam electus, praesentatus vel quoquo modo ab illis designatus, qui privilegio a Sancta Sede concesso eligendi, praesentandi seu designandi gaudent, debet memoratis qualitatibus pollere. § 3. Iudicare num quis idoneus sit, ad Apostolicam Sedem unice pertinet».

¹⁷ Un più ampio commento meriterebbe il can. 378, § 1, n. 5, C.I.C. 1983 laddove, elencando i titoli di studio che dovrebbe possedere il candidato all'episcopato, richiede in alternativa alla laurea di dottore o alla licenza in sacra teologia o in diritto canonico, anche la laurea di dottore o la licenza in sacra Scrittura, che nella legislazione precedente non era prevista. I titoli devono essere rilasciati da un istituto di studi superiori approvati dalla Sede Apostolica. Cf. cann. 807 e ss.; Constitutio Apostolica *Ex corde Ecclesiae*, in *Acta Apostolicae Sedis* 82 (1990), specialmente pp. 1505-1506; D. Le Tourneau, *Universités catholiques*, in *Dictionnaire historique de la papauté*, Paris 1994, pp. 1667-1771. Se ciò non fosse possibile, dovrà essere veramente esperto in queste discipline, e non più un testimone di vera scienza. I commentatori dell'attuale Codice di diritto canonico fanno notare che il requisito dei titoli accademici è richiesto rigorosamente per l'insegnamento delle discipline filosofiche, teologiche e giuridiche nei seminari (can. 253, § 1), per la nomina a vicario giudiziale e vicario giudiziale aggiunto (can. 1420, § 4), a giudice (can. 1421, § 3), a promotore di giustizia e a difensore del vincolo (can. 1435), mentre per la nomina a Vescovo è sufficiente essere *verus peritus*. Cf. *Communicationes* 14 [1982], p. 166; L. Chiappetta, *Il Codice di Diritto Canonico. Commento giuridico pastorale*, vol. I, Roma 1996, p. 505.

formazione giuridica con la sensibilità pastorale¹⁸, per discernere le concrete esigenze di giustizia esistenti nel popolo di Dio¹⁹.

3. Il Vescovo nella Lettera apostolica *Mitis Iudex Dominus Iesus* del 2015

Tra i criteri che guidarono l'opera di riforma del processo canonico emerge non tanto la figura del Vescovo, quanto la riscoperta, o meglio, il ritorno alla valorizzazione dei *munera* degli Ordinari e, più nel dettaglio, dei doveri di governo e giurisdizione da esercitarsi nel solco dell'ecclesiologia del Vaticano II, nel segno dell'unità e collegialità, facendo convergere la responsabilità vescovile con l'autorità pontificia in un rapporto di interdipendenza costante e necessaria. Ai problemi che i tribunali interdiocesani possono porre in Paesi di vaste dimensioni e al desiderio di avvicinare la giustizia ai fedeli, risponde la volontà di Francesco di realizzare una sempre maggiore decentralizzazione da comprendere nel Suo essere Pontefice della Chiesa universale, e dall'esperienza maturata in realtà molto più estese e complesse rispetto a quella italiana, come ad esempio l'Arcidiocesi di Buenos Aires.

¹⁸ Coram Faltin, decretum diei 16 ianuari 1990, in *Decreta selecta inter ea quae anno 1990 prodierunt cura eiusdem Apostolici Tribunalis edita*, vol. VIII, Città del Vaticano 2002, n. 20, p. 18: «Quibus claritatis gratia praemissis, nemo est qui ignoret, censemus, munus iudicis ecclesiastici esse munus sacerdotale in iure dicendo cum cuique suum tribuit».

¹⁹ La giurisprudenza rotale ha sempre sottolineato l'importanza che si attribuisce al ruolo del giudice ecclesiastico: «In munere iudicis ecclesiastici multa fides collocatur. Ecclesia vero confidit in intelligentia, obiectivitate necnon iudicis sensu iustitiae, ut causae iuridice disputate modo aequitativo resolvantur. Prudentia eius continue exercetur in transcurso causae iudicialis, in qua decisiones permultae pendent a discretione qua ipse pollet. In eius manibus est praesertim sententia; ad eam ferendam, Ecclesia nihil amplius postulat quam ut iudex, actis et probatis pro conscientia rimatis, moralem certitudinem in decidendo adipiscatur (cf. can. 1608)» (Coram Burke, decretum diei 23 iulii 1991, in *Decreta selecta inter ea quae anno 1991 prodierunt cura eiusdem Apostolici Tribunalis edita*, vol. IX, Città del Vaticano 2003, n. 4, p. 111).

Sottolineando la centralità del Vescovo nell'amministrazione della giustizia nella Chiesa, la riforma permette agli Ordinari non solo di esercitare la funzione di giudice personalmente, ma nel caso del processo più breve, di esercitarla quale unico soggetto giudicante²⁰. Il Motu proprio *Mitis iudex* nell'art. 5 cita sempre il Vescovo diocesano, prototipo della Chiesa particolare. Si deve ritenere comunque che la disciplina si estenda anche a tutte le circoscrizioni equiparate alla diocesi (prelatura territoriale, abbazia territoriale, vicariato apostolico, prefettura apostolica, amministrazione apostolica stabilmente eretta)²¹.

L'innovazione più significativa prevista dal Motu proprio è quella di aver introdotto, a fianco al processo ordinario, un procedimento speciale denominato *Processus brevior*, modalità che ritroviamo in istituti processuali previsti in ordinamenti civili²².

²⁰ La volontà di Francesco fu definitivamente chiarita con la pubblicazione della *Mens Legislatoris* dell'8 novembre 2015, in cui si esplicita chiaramente che «*Il Vescovo diocesano ha il diritto nativo e libero in forza di questa legge pontificia di esercitare personalmente la funzione di giudice e di erigere il suo tribunale diocesano*» (*Mens Legislatoris* dell'8 novembre 2015, in *Quaderni dello Studio rotale* 23 [2016], p. 43). La *mens* fu altresì pubblicata in *L'Osservatore Romano*, domenica 8 novembre 2015, p. 8.

²¹ Cf. cann. 134 § 3, 368, 381 § 2. M. del Pozzo, *L'organizzazione giudiziaria ecclesiastica alla luce del m. p. "Mitis iudex"*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale*, Rivista telematica (www.statoechiese.it), n. 36/2015, p. 9: «Gli uffici capitali di una circoscrizione ecclesiastica, nella misura in cui hanno competenza in materia matrimoniale, sono giudici dei propri fedeli e possono (e debbono) avvalersi degli istituti stabiliti dal Legislatore universale. Forti dubbi si pongono in assenza del carattere episcopale (ad esempio per l'abate territoriale o l'ordinario personale) il criterio giurisdizionale potrebbe prevalere su quello sacramentale per quanto la successione apostolica configura la garanzia dell'unità cattolica nella fede e nella disciplina richiamata. La ratio legis quindi è molto centrata sulla figura del Vescovo diocesano stricto sensu inteso. Sul punto si richiederebbe a ogni modo un chiarimento autoritativo».

²² Tra i molti esempi si potrebbe riportare solo a titolo esemplificativo e senza che vi sia una perfetta adesione tra gli istituti, il codice penale italiano nella parte in cui prevede la possibilità di avvalersi dei procedimenti speciali o riti alternativi quali il giudizio abbreviato (art. 438 c.p.p.) o l'applicazione della pena su richiesta (art. 444 c.p.p.). In questi istituti si rispecchia la volontà del legislatore italiano di snellire il procedimento

Secondo le intenzioni del Pontefice, l'idea di un processo speciale le cui caratteristiche sono la snellezza e la semplificazione delle fasi processuali, è stata elaborata dalla pressante richiesta di certezza del diritto avanzata soprattutto da alcune diocesi estere ove risulta essere particolarmente difficoltoso il ricorso ai tribunali ecclesiastici²³. Al fine di poter avvalersi del *processus brevior* è necessario, secondo quanto previsto dal can. 1683, che «la domanda sia proposta da entrambi i coniugi o da uno di essi, col consenso dell'altro» e che

penale nei casi in cui si presenti un'ammissione di colpevolezza in previsione di una riduzione di pena al fine di incentivare l'economia processuale senza rinunciare alla tutela dei diritti del reo. Cf. A. Giarda, *Procedimenti penali speciali*, in S. Patti (diretta da), *Il Diritto Enciclopedia Giuridica del Sole24ore*, vol. 11, Milano 2007, pp. 479-482. Il processo *brevior* e i procedimenti speciali presenti ad esempio nell'ordinamento italiano sono senza dubbio profondamente diversi tra loro, ma hanno un importante elemento comune: quello di svolgersi in maniera più celere e più semplice rispetto ai procedimenti ordinari di cognizione. Rispetto a questi ultimi, infatti, i procedimenti speciali si differenziano sia nei presupposti che nello svolgimento, permettendo di ottenere, al ricorrere delle specifiche condizioni che li legittimano, delle decisioni giudiziali che prescindono dall'iter procedimentale ordinario.

²³ Come evidenziato da Vincenzo Fasano, una prima teorizzazione del *processus brevior* fu formulata nel 1976 da p. Benito Gangoiti Elorriaga, O.P., allorquando «sostenne che i moduli o strutture processuali, in ambito matrimoniale, devono essere diversi e modellarsi sul diverso grado di evidenza che la causa presenta al suo esordio. Vi sono infatti [...] cause fondate su documenti certi ed autentici [...]: esse non richiedono un lavoro intellettuale di investigazione particolarmente profondo, né di complesse solennità processuali per raggiungere la certezza morale, che si presenta in grado massimo già al principio della causa. Vi sono poi cause in cui si hanno fin dall'inizio del processo fonti di prova particolarmente qualificate (dichiarazioni delle parti e dei testimoni, circostanze) che parimenti non esigono un lavoro investigativo complesso; in questo secondo caso però la certezza è minore che nel primo. Infine si hanno altre cause in cui al principio del processo si evidenzia solo la possibilità della nullità [...]. Ad ognuna di queste tre categorie dovrebbe corrispondere, secondo il pensiero di p. Benito Gangoiti Elorriaga, O.P., un differente modulo processuale, che egli chiama *sommarissimo* nel primo caso, *sommario* nel secondo ed *ordinario* nel terzo [...]. L'autore prese quindi atto che la legislazione allora vigente riconosceva solo il primo ed il terzo di tali moduli, ed auspicava de iure condendo l'introduzione di una via processuale apposita per le cause ascrivibili al secondo gruppo. Il nostro autore, p. Benito Gangoiti Elorriaga, O.P., morì il 16 novembre 2006 ovvero circa dieci anni prima che entrasse in vigore la riforma del

«ricorrano circostanze di fatti e di persone, sostenute da testimonianze o documenti, che non richiedano una inchiesta o una istruzione più accurata, e rendano manifesta la nullità»²⁴. Sulla scorta del testo legislativo, il termine *brevior* è da porre in paragone col tradizionale processo speciale matrimoniale, che comunque non dovrebbe mai essere eccessivamente lungo.

Nonostante la rivalutazione della centralità del Vescovo diocesano, il can. 1676 letto unitamente al can. 1685 fanno comprendere tuttavia che il soggetto che definisce la forma processuale da utilizzare in una causa di nullità matrimoniale non sia il Vescovo, ma il Vicario giudiziale²⁵. Al di là dei casi in cui il Vescovo diocesano svolge personalmente tale ruolo di filtro quanto alla forma processuale²⁶, e per quanto la legge attribuisca chiaramente

processo di nullità matrimoniale operata da papa Francesco con le Lettere apostoliche in forma di Motu proprio *Mitis Iudex Dominus Iesus* e *Mitis et misericors Iesus* del 15 agosto 2015. A sommeso parere dello scrivente, quello che egli preconizzò come processo sommario oggi si è realizzato col processo *brevior*» (V. Fasano, *Il contributo di p. Benito Gangoiti Elorriaga, O.P., al progetto per il «processo documentale» elaborato nell'ambito della Facoltà di Diritto canonico della P.U.S.T. negli anni settanta del secolo XX*, in *Angelicum* 97 (2020), pp. 445-447).

²⁴ Francesco, m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*, op. cit., p. 965.

²⁵ J. Ros Córcoles, *El vicario judicial y el instructor en los procesos de nulidad matrimonial tras el motu proprio Mitis Iudex*, in *Ius canonicum* 56 (2016), p. 93: «En el momento de fijar la fórmula de dudas corresponde al vicario judicial determinar el procedimiento a seguir en la instancia pudiendo tratarse la causa según el proceso ordinario, mediante el proceso más breve ante el obispo o por proceso documental. La decisión del procedimiento podrá tener en cuenta la petición del mismo si se incluye en la demanda. Pero no será la petición de parte el criterio determinante, sino el juicio que, a la vista de la demanda, pueda realizar el vicario judicial respecto a las condiciones que la ley establece para emprender cada una de las vías. Por eso en la demanda, más que solicitar un procedimiento, se han de mostrar patentes los elementos que permitan al vicario judicial tomar la decisión sobre el proceso a seguir. Se trata una vez más de una decisión unipersonal unida al oficio del vicario judicial».

²⁶ È anche vero che nello strumento intitolato *Sussidio applicativo del Motu pr. Mitis Iudex Dominus Iesus*, Città del Vaticano 2016, p. 19, si legge che «la domanda ed il libello per il processo brevior verranno indirizzati al Vescovo, che valuterà la sussistenza dei presupposti per il processo brevior e, in assenza di questi, inviterà le

al Vicario giudiziale tale competenza, non si può certamente escludere che il Vescovo, in quanto giudice naturale della propria diocesi, non possa avocare a sé questa scelta. Il problema non è tanto giuridico, quanto ecclesiale e pastorale, perché contempla l'opportunità che l'Ordinario assuma questa decisione che ha una ricaduta immediata sui fedeli. Non manca chi ha fatto rilevare che la complessità e la varietà dei compiti che quotidianamente investono un Vescovo diocesano portano a chiedersi se egli possa davvero trovare il tempo necessario per affrontare la verifica della procedura da seguire, soprattutto se non supportato da una pregressa esperienza specifica. La scelta del rito processuale potrebbe a sua volta condizionare la stessa libertà di decisione del Vescovo perché potrebbe implicitamente rappresentare un anticipo dell'esito della causa²⁷.

parti a recarsi presso il Tribunale competente per il processo ordinario», ma questo solo in assenza di un Vicario giudiziale o di altra persona qualificata che lo possa affiancare. Sul valore e la genesi del Sussidio applicativo cf. le osservazioni di G. Boni, *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi. Parte prima*, art. cit., p. 44-51 e G. Boni, *La recente riforma del processo di nullità matrimoniale. Problemi, criticità, dubbi. Parte terza*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale*, Rivista telematica (www.statoechiese.it), n. 11 del 2016, che ad esempio a p. 66 fa anche notare alcune forzature operate dal Sussidio applicativo.

²⁷ P. Bianchi, *Criteri per l'accettazione del "processus brevior"* (Testo provvisorio della relazione tenuta lunedì 19 settembre 2016 in occasione del VI Corso di aggiornamento in Diritto matrimoniale e processuale canonico presso la Pontificia Università della Santa Croce), pp. 12-13: «La complessità e la varietà dei compiti che oggi occupano un Vescovo diocesano portano a chiedersi se egli possa davvero trovare il tempo sufficiente per affrontare con la dovuta calma tale verifica, spesso non supportata da una competenza specifica sotto il profilo procedurale. La scelta del rito processuale da parte del Vescovo che poi deciderà la causa potrebbe inoltre risolversi in un condizionamento della sua stessa libertà di decisione, quasi rappresentando un implicito anticipo dell'esito della causa stessa. Nemmeno, realisticamente, si possono dimenticare le dinamiche per così dire interpersonali nelle quali il Vescovo è inserito, soprattutto nelle diocesi più piccole: gli intrecci di rapporti e di ruoli (anche pubblici) che soprattutto negli ambienti più piccoli si fanno sentire in modo deciso consiglierebbero una certa prudenza, da parte del Vescovo, nell'esporsi sin dal principio nella dinamica di un processo che lui stesso poi definirà. Infine, mentre quella del Vicario giudiziale viene presentata dalle norme

Pur trattandosi di un processo più breve, si dovrà fare attenzione ad evitare dannosi automatismi legati alla presenza delle circostanze elencate nel m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*²⁸, requisiti che dovranno sempre essere attentamente valutati all'interno di una vicenda umana che di per sé è influenzata da sentimenti e risentimenti. Scelta tale via, il Vicario giudiziale provvederà a nominare l'istruttore e l'assessore e citare per la sessione, da tenersi non oltre trenta giorni dalla concordanza del dubbio, coloro che dovranno essere ascoltati²⁹. Posto termine al proprio compito, l'istruttore metterà al corrente il Vescovo sullo svolgimento della causa affinché questi possa avere tutti gli elementi necessari per decidere³⁰.

come una decisione [...], a proposito del Vescovo si dice che egli, in caso di diniego della forma processuale più breve, inviterà gli interessati a rivolgersi al tribunale per il processo ordinario. Quale è il valore tecnico di un tale invito? Se i richiedenti non vi ottemperassero, insistendo con il Vescovo per il processo breve, quid iuris? Forse, tutto ben considerato, lasciare il Vescovo libero da ogni coinvolgimento fino al momento della decisione dell'eventuale processo breve si rivela davvero la scelta più prudente ed opportuna, oltre che saldamente fondata sul testo legale».

²⁸ Francesco, *Ratio procedendi in causis ad matrimonii nullitatem declarandam*, op. cit., art. 14, § 1, p. 969: «Inter rerum et personarum adiuncta quae sinunt causam nullitatis matrimonii ad tramitem processus brevioris iuxta cann. 1683-1687 pertractari, recensentur exempli gratia: is fidei defectus qui gignere potest simulationem consensus vel errorem voluntatem determinantem, brevis convictus coniugalis, abortus procuratus ad vitandam procreationem, permanentia pervicax in relatione extraconiugali tempore nuptiarum vel immediate subsequenti, celatio dolosa sterilitatis vel gravis infirmitatis contagiosae vel filiorum ex relatione praecedenti vel detrusione in carcerem, causa contrahendi vitae coniugali omnino extranea vel haud praevisa praegnantia mulieris, violentia physica ad extorquendum consensum illata, defectus usus rationis documentis medicis comprobatus, etc.». Cf. P. Moneta, *La dinamica processuale del M.P. Mitis Iudex*, in *Ius Ecclesiae* 28 (2016), pp. 39-61.

²⁹ Francesco, m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*, op. cit., can. 1685, p. 965: «Vicarius iudicialis, eodem decreto quo dubii formulam determinat, instructore et assessore nominatis, ad sessionem non ultra triginta dies iuxta can. 1686 celebrandam omnes citet qui in ea interesse debent».

³⁰ P. Moneta, *La dinamica processuale nel m.p. "Mitis Iudex"* (Testo provvisorio della relazione tenuta venerdì 30 ottobre 2015 in occasione del Seminario di studio tenutosi presso la Libera Università Maria Santissima Assunta), p. 17: «Come si può

Ricevuti gli atti, *«Ricevuti gli atti, il Vescovo diocesano, consultatosi con l'istruttore e l'assessore, vagliate le osservazioni del difensore del vincolo e, se vi siano, le difese delle parti, se raggiunge la certezza morale sulla nullità del matrimonio, emani la sentenza. Altrimenti rimetta la causa al processo ordinario»*³¹. Sebbene sia importante il momento consultivo, è il Vescovo a decidere la causa quale giudice unico, perché garante dell'unità e dell'ortodossia. Al Santo Padre, infatti, non è minimamente sfuggito *«quanto un giudizio abbreviato possa mettere a rischio il principio dell'indissolubilità del matrimonio; appunto per questo ho voluto che in tale processo sia costituito giudice lo stesso Vescovo, che in forza del suo ufficio pastorale è con Pietro il maggiore garante dell'unità cattolica nella fede e nella disciplina»*³². La vicinanza del Vescovo ai fedeli si estrinseca anche nella previsione che, qualora non si raggiunga la certezza morale della nullità, egli provvederà a trasmettere la causa al Vicario giudiziale affinché si passi al procedimento ordinario³³.

constatare, il processo più breve tende a modellarsi sulla falsariga del processo contenzioso orale già previsto dal Codex iuris canonici (v. cann. 1656 - 1670). C'era quindi da pensare che, esaurita la raccolta delle prove, si procedesse subito alla discussione in forma orale della causa e, subito dopo, alla decisione da parte dello stesso giudice che ha guidato tutta l'udienza (v. can. 1667, 1678). Ma nel modello di processo adottato dal Motu proprio la discussione non può avvenire oralmente appena conclusa la raccolta delle prove, ma deve essere fatta in forma scritta, perché il giudizio sulla causa non è affidato a chi partecipa e dirige l'udienza (che, come abbiamo visto, è un semplice istruttore), ma al Vescovo diocesano, che sino a questo momento non ha partecipato al processo, rimanendone completamente al di fuori. Esso deve quindi poter disporre di tutto il materiale (istruttorio e difensivo) necessario per giudicare».

³¹ Francesco, m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*, op. cit., can. 1687, § 1, p. 965.

³² Francesco, m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*, op. cit., art. IV, p. 960.

³³ P. Moneta, *La dinamica processuale nel m.p. "Mitis Iudex"*, art. cit., pp. 18-197: «La natura eminentemente pastorale del compito di giudicare affidato al Vescovo è avvalorata dal fatto che egli non ha facoltà di concludere la causa con una sentenza negativa. Se ritiene di non poter acquisire quella certezza morale richiesta per dichiarare nullo il matrimonio egli dovrà mettere le parti in condizione di fruire di un accertamento più approfondito della loro vicenda, in modo che non rimanga in

Il senso di prossimità ai fedeli qualifica anche il metodo di composizione della sentenza dichiarativa della nullità che dovrà essere redatta per iscritto, in maniera breve e ordinata, e sottoscritta dal Vescovo e dal notaio. La notifica della sentenza sarà infine effettuata dalla cancelleria del Tribunale presso la quale fu presentato il libello.

4. Conclusione

La centralità del Vescovo è un ritorno alla tradizione, la cui applicazione chiederà molta intelligenza ed equilibrio affinché la finalità della riforma non sia disattesa o distorta. La riforma operata da Francesco, oltre ad essere un grande segnale di attenzione ai fedeli, è anche una risposta a quanti invocavano uno snellimento delle procedure matrimoniali. Mi sembra opportuno però ricordare quanto affermava in un altro contesto storico il Cardinale Pericle Felici: *«È inutile invocare nuovi testi legislativi se non vi saranno persone sagge ed esperte che sappiano far vivere la legge con sapienza, giustizia e carità»*³⁴.

loro la sensazione che la Chiesa non abbia adeguatamente preso a cuore la loro esigenza di chiarire la situazione personale nella quale si trovano. Il Vescovo trasmetterà pertanto la causa al Vicario giudiziale competente (ossia quello che aveva iniziato la trattazione della causa, instradandola nel processo breve), perché proceda secondo la disciplina processuale del processo ordinario».

³⁴ P. Felici, *Formalitates giuridica et æstimatio probationum in processu canonico*, in *Communicationes IX* (1977), p. 184. Concetto riproposto nella prefazione all'Istruzione *Dignitas connubii* ove si legge: «Senza dubbio vale anche oggi, anzi con urgenza ancora maggiore di quella del tempo in cui fu pubblicata l'Istruzione Provida Mater, l'avvertenza della stessa Istruzione: «Tuttavia è bene tener presente che queste regole si riveleranno insufficienti a conseguire il fine loro proposto, se i giudici diocesani non acquisiranno una conoscenza approfondita dei sacri canoni e non saranno bene addestrati nell'esperienza forense». Pertanto, i Vescovi hanno il grave obbligo di provvedere che per i propri tribunali vengano formati con sollecitudine idonei amministratori di giustizia e che questi vengano preparati con un opportuno tirocinio in foro canonico a istruire secondo le norme e decidere secondo giustizia le cause matrimoniali in tribunale».

Bibliografia

- Albanese B., *Il processo civile romano delle legis actiones*, Palermo 1993.
- Bassett W.W. (ed.), *The Choosing of Bishops. Historical and Theological Studies*, Hartford 1971.
- Benedetti A., *Certezza pubblica e “certezze private”. Poteri pubblici e certificazioni di mercato*, Milano 2010.
- Benson R.L., *Election by Community and Chapter: Reflections on Co-Responsibility in the Historical Church*, in *The Jurist* 31 (1971), pp. 54-80.
- Bimer G., *Die Bischofswahl als neues Desiderat kirchlicher Praxis*, in *Theologische Quartalschrift* 149 (1969), pp. 171-184.
- Broggini G., *Iudex arbiterve. Prolegomena zum Officium des römischen Privatrichters*, Köln-Graz 1957.
- Chiappetta L., *Il Codice di Diritto Canonico. Commento giuridico pastorale*, vol. I, Roma 1996.
- Concilium Oecumenicum Vaticanum II, *Decretum De Pastoralis Episcoporum Christus Dominus*, in *Acta Apostolicae Sedis* LVIII (1966), pp. 673-701.
- Corral Salvador C.M., *Libertad de la Iglesia e intervención de los Estados en los nombramientos episcopales*, in *Revista española de derecho canónico* 21 (1966), pp. 63-94.
- Del Pozzo M., *Il processo matrimoniale più breve davanti al Vescovo*, Roma 2016.
- Del Pozzo M., *L'organizzazione giudiziaria ecclesiastica alla luce del m. p. “Mitis iudex”*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale, Rivista telematica* (www.statoechiese.it), n. 36/2015.
- Fasano V., *Il contributo di p. Benito Gangoiti Elorriaga, O.P., al progetto per il «processo documentale» elaborato nell'ambito della Facoltà di Diritto canonico della P.U.S.T. negli anni settanta del secolo XX*, in *Angelicum* 97 (2020), pp. 433-453.
- Francesco, *Adhortatio Apostolica Evangelii Gaudium*, in *Acta Apostolicae Sedis* 105 (2013), pp. 1019-1137.

Francesco, m.p. *Mitis Iudex Dominus Iesus*, in *Acta Apostolicae Sedis* 107 (2015), pp. 958-970.

Francesco, m.p., *Mitis et misericors Iesus*, in *Acta Apostolicae Sedis* 107 (2015), pp. 946-957.

Francesco, *Occasione L anniversariae memoriae ab initia Synodo Episcoporum die 17 octobris 2015*, in *Acta Apostolicae Sedis* CVII (2015), pp. 1143.

Giarda A., *Procedimenti penali speciali*, in S. Patti (diretta da), *Il Diritto Enciclopedia Giuridica del Sole24ore*, vol. 11, Milano 2007, pp. 479-482.

Giovanni Paolo II, *Ad Tribunal Rotae Romanae iudiciali ineunte anno die 29 Ianuarii 2005*, in *Acta Apostolicae Sedis* 97 (2005), pp. 164-166.

Giovanni Paolo II, *Constitutio Apostolica Ex corde Ecclesiae*, in *Acta Apostolicae Sedis* 82 (1990), pp. 1475-1509.

Kottje R., *L'elezione dei capi ecclesiastici: storia ed esperienze*, in *Concilium* 7 (1971), pp. 134-145.

Le Tourneau D., *Universités catholiques*, in *Dictionnaire historique de la papauté*, Paris 1994, pp. 1667-1771.

Lynch J.E., *Co-Responsibility in the First Five Centuries: Presbyteral Colleges and the Election of Bishops*, in *The Jurist* 31 (1971), pp. 14-53.

Manaricúa A.E., *El nombramiento de obispos, el Concilio Vaticano II y el Concordato Español*, in *Estudios de Deusto* 14 (1966), pp. 221-244.

Moneta P., *La dinamica processuale del M.P. Mitis Iudex*, in *Ius Ecclesiae* 28 (2016), pp. 39-61.

Neumann J., *Wahl und Amtszeitbegrenzung nach kanonischem Recht*, in *Theologische Quartalschrift* 149 (1969), pp. 117-132.

Paolo VI, *Ad Praelatos Auditores, Advocatos et Officiales Tribunalis Sacrae Romanae Rotae, a Beatissimo Patre novo litibus iudicandis ineunte anno coram admissos die 31 mensis ianuarii a. 1974*, in *Acta Apostolicae Sedis* LXVI (1974), pp. 84-88.

Paolo VI, *Ad Praelatos Auditores, Officiales et Advocatos Tribunalis Sacrae Romanae Rotae, novo litibus iudicandis ineunte anno coram*

admissos die 27 mensis ianuarii a. 1969, in *Acta Apostolicae Sedis* 61 (1969), pp. 174-180.

Paolo VI, *Ad Praelatos Auditores, Officiales et Advocatos Tribunalis Sacrae Romanae Rotae, novo litibus iudicandis ineunte anno coram admissos die 28 mensis ianuarii a. 1971*, in *Acta Apostolicae Sedis* 63 (1971), pp. 135-142).

Pinto Gomez J.M., *La giurisdizione*, in P.A. Bonnet-C. Gullo [a cura di], *Il Processo matrimoniale canonico*, Città del Vaticano 1994, pp. 101-132.

Pio XII, *Ad Praelatos Auditores ceterosque Officiales et Administros Tribunalis Sacrae Romanae Rotae necnon eiusdem Tribunalis Advocatos et Procuratores habita die 29 mensis Octobris a. 1947*, in *Acta Apostolicae Sedis* 39 (1947), pp. 493-498.

Pugliese G., *Il processo civile romano*, vol. I, Roma 1962.

Ros Córcoles J., *El vicario judicial y el instructor en los procesos de nulidad matrimonial tras el motu proprio Mitis Iudex*, in *Ius canonicum* 56 (2016), pp. 87-103.

Solidoro Maruotti L.-Puliatti S.-Lovato A., *Diritto privato romano*, Torino 2017.

Stockmeier P., *Gemeinde und Bischofsamt in der alten Kirche*, in *Theologische Quartalschrift* 149 (1969), pp. 133-146.

Swidler L.-Swidler A. (ed.), *Bishops and People*, Philadelphia 1970.

Tucci R., *La scelta dei candidati all'episcopato nella Chiesa latina*, in *La Civiltà Cattolica* 123 (1972), pp. 422-423.

Balanço e perspectivas do atual pontificado após 10 anos de luta contra os abusos

Balance and perspectives of the current pontificate after 10 years of struggle against abuse

Mons. Jordi Bertomeu Farnós¹

Resumo: O artigo examina as medidas adotadas pelo Papa Francisco durante os primeiros dez anos de seu pontificado para combater os abusos sexuais na Igreja Católica. São apresentados os diagnósticos de Bento XVI, que associou o problema à Revolução de 1968 e ao colapso da moral cristã, e de Francisco, que destacou o elitismo e o clericalismo na Igreja como facilitadores dos abusos. Francisco adotou uma postura de "tolerância zero" e implementou estruturas como a Pontifícia Comissão para a Proteção dos Menores e o Motu próprio Vos estis lux mundi, visando garantir maior transparência e responsabilidade no tratamento das denúncias de abusos. Sua abordagem inclui a escuta ativa das vítimas e a

Abstract: The article explores the measures implemented by Pope Francis during the first ten years of his pontificate to combat sexual abuse within the Catholic Church. It presents the differing diagnoses of Benedict XVI, who attributed the problem to the 1968 Revolution and the collapse of Christian morality, and Francis, who identified elitism and clericalism within the Church as key facilitators of abuse. Francis adopted a "zero tolerance" policy and established structures such as the Pontifical Commission for the Protection of Minors and the Motu proprio Vos estis lux mundi to ensure greater transparency and accountability in addressing abuse reports. His approach includes actively listening to

¹ Oficial do Dicastério para a Doutrina da Fé. Texto original sob o título: «*Balance y perspectivas del actual pontificado tras 10 años de lucha contra los abusos*». Texto original disponível em: <https://www.vidanuevadigital.com/pliego/claves-de-la-lucha-de-francisco-contra-los-abusos-tras-10-anos-de-pontificado/>. A Revista *Vida Nueva* gentilmente autorizou a publicação e a divulgação do texto em língua portuguesa. Tradução: Sandra Pereira e Oliveira.

promoção de uma "cultura do cuidado" dentro da Igreja, além de enfatizar a formação de canonistas e uma resposta pastoral justa e comprometida com a proteção dos vulneráveis. Conclui-se que, apesar dos avanços significativos, a crise dos abusos na Igreja permanece um desafio crucial, exigindo esforços contínuos de reforma e vigilância para assegurar a integridade e a credibilidade da instituição eclesial.

Palavras-chave: abusos sexuais, Papa Francisco, transparência, Igreja Católica, reforma eclesial.

victims, promoting a "culture of care" within the Church, and emphasizing the training of canon lawyers to ensure a just and committed pastoral response to the protection of the vulnerable. In conclusion, despite significant advancements, the abuse crisis in the Church remains a critical challenge, requiring ongoing reform and vigilance to safeguard the integrity and credibility of the ecclesiastical institution.

Keywords: sexual abuse, Pope Francis, transparency, Catholic Church, ecclesiastical reform.

O Papa emérito Bento XVI, em 2019, com base na sua experiência como Prefeito e Papa, assinalou que a causa do fenómeno da pedofilia clerical, marcado por um viés homossexual, estava no colapso da moral cristã típico da Revolução de 1968.

Isso ocorreu um ano após Francisco declarar ante os jesuítas da Irlanda, por ocasião do Encontro Mundial das Famílias: “compreendi uma coisa com grande clareza. Este drama dos abusos, especialmente quando é de grandes proporções e produz grande escândalo, tem por trás de si situações eclesiais marcadas por elitismo e clericalismo, uma incapacidade de estar perto do povo de Deus. O elitismo e o clericalismo favorecem toda forma de abuso. O abuso sexual não é o primeiro. O primeiro é o abuso de poder e de consciência» (25 de agosto de 2018).

Com seu estilo característico, o Papa Francisco expressava assim não somente sua consternação ante a emergência provocada pelos abusos sexuais na Igreja, um pecado e um delito que, longe de estar sob controle continua lesionando gravemente a credibilidade da Igreja, particularmente na Europa e na América latina. Também realizava um diagnóstico da situação e instava seus irmãos jesuítas a

«fazerem um discernimento, mudar as consciências, não ter medo de chamar as coisas pelo nome que possuem».

Qual dos dois diagnósticos é o mais acertado? Contrapô-los seria suscitar uma polêmica falsa e estéril. Sabemos que a eclosão da crise se iniciou a partir de 2002, no final do pontificado de João Paulo II, enquanto o Cardeal Ratzinger era Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF). Naquela época, circunscrevia-se a diversas dioceses dos Estados Unidos e a algum país da Europa central. (A crise) manifestou-se, com toda sua força, durante o pontificado de Bento XVI (2005-2013), desta vez em países de profunda tradição católica, como Irlanda e França, tornando-se o fator determinante para a renúncia do Papa ao trono pontifício juntamente com a corrupção financeira e os escândalos econômicos (Vatileaks).

Francisco, por sua vez, presenciou a extensão da emergência provocada pelos abusos também na América latina, em alguns países africanos e asiáticos. Ademais, um outro momento histórico: diferentemente de seus Predecessores, vivemos plenamente a «era da informação» e a sua influência na configuração de um novo paradigma político, no qual ao surgimento de novas potências antiliberais se soma o populismo autoritário em países antes democráticos, provocando polarização e tensão social. Michael Zürn, em *A Theory of Global Governance*, adverte: «as instituições internacionais autoritárias têm dificuldades para manter sua legitimidade em um mundo impregnado de valores democráticos».

O presente estudo tem por finalidade avaliar os primeiros dez anos do pontificado de Francisco no que se refere à sua luta contra os abusos de menores no contexto de um processo iniciado por seus Predecessores há três décadas.

A «anedota» dos abusos eclesiais

Formar parte de uma «cultura abusiva» fundada em ideologias que desumanizam e destroem a dignidade das pessoas, como repetidamente denuncia Francisco, não é desculpa para que a Igreja se

mundanize e seja também abusadora. Talvez não o seja de modo sistêmico, mas, atuando desse modo, manifesta graves defeitos estruturais que atrofiam a proposta da Boa Nova.

Alguns negam a realidade dos abusos. Consideram os abusos como uma anedota que se deve enfrentar somente quando se apresenta algum caso na diocese ou no instituto religioso. Afirmam que o clero é incapaz de fazer algo ruim e, se a evidência assim contradiz, justificam o ato como um assunto passageiro, uma imprudência ou um comportamento inapropriado sem maior importância. Negam-se a aceitar que um só caso é suficiente para poder destroçar o tecido eclesial e as iniciativas pastorais mais consolidadas.

Em lugar de ter no horizonte uma «cultura do cuidado», tais pessoas, buscando não expor ao perigo do abuso e do escândalo o povo de Deus que foi lhes foi confiado, instalam-se, de modo autorreferencial, na paralisia do medo do escândalo e se tornam insensíveis às vítimas. Com dissimulações, eufemismos e até com certa paranoia, explicam o fenômeno de modo simplista, como uma perseguição ideológica. Alguns pedidos de perdão ou certas decisões altissonantes de medidas legais e preventivas são rapidamente percebidas na sociedade como interesseiras, oportunistas, não sinceras, quando não inexistentes.

Crise dos abusos ou crise de fé?

Como expressa Francisco, em sua obra fundamental *Las cartas de la tribulación* (2018), a mediocridade espiritual, que impede a conversão pessoal, tampouco ajuda a implementar as soluções necessárias para recuperar a confiança quebrada ou perdida. A partir da ideologia, sem nenhum discernimento espiritual e, obviamente, sem compaixão e misericórdia cristãs, continua-se rotulando as vítimas como inimigas da Igreja e a seus agressores como simples imprudentes, aos quais se deve tolerar suas transgressões de celibato.

Onde ficam o amor e a obediência a Jesus Cristo, o único que pode mostrar-nos o caminho justo? Se a falta de uma medida moral de

nossa sociedade e, conseqüentemente, a dimensão que a pedofilia alcançou nela, é um sintoma inequívoco da ausência de Deus, típica da modernidade, não temos nós, os cristãos, que começar a viver de novo a partir de Deus e para Deus? A crise da pederastia eclesial não é uma simples crise disciplinar: como destacou o Cardeal Ratzinger, no seu momento, é uma verdadeira crise de fé.

Buscar com valentia e honestidade as causas da crise

Lamentamo-nos frequentemente da falta de força da proposta cristã em uma sociedade neopagã. Perdemos a credibilidade a passos gigantes diante de uma sociedade necessitada de sentido, sem querer reconhecer que a crise dos abusos sexuais tem muito a ver com isso e, nisso, a nossa falta de conversão.

Ademais, a sociedade e os fiéis constataam, com estupor, que os líderes eclesiais nem sempre estão dispostos a buscar, com honestidade e coragem, as causas de um problema que reclama soluções imediatas. Parece que colocar o foco na crise dos abusos causaria um enfraquecimento da instituição, sendo isso mais que evidente em alguns países. Em vez de seguirem a lógica do dom gratuito e do serviço martirial, próprios do Cristianismo, alguns se colocam em dinâmicas autoritárias, ocultamento de vulnerabilidades, tomada de decisões sem transparência ou comportamentos incoerentes com o anunciado em nome de Cristo.

O fenômeno da pedofilia eclesial, ainda que sendo minoritário, não é irrelevante. É, de fato, ocasião para trazer à luz os defeitos estruturais na Igreja que impedem o anúncio alegre da Boa Nova e a promoção, em um mundo abusivo, de uma cultura do cuidado e da prevenção.

Explicação Ratzinger

O Papa emérito Bento XVI, em 11 de abril de 2019, ofereceu, ao jornal mensal alemão *Klerusblatt* (vazado para o *New York Post* no dia anterior), o artigo «A Igreja e o escândalo dos abusos sexuais». Era a sua análise particular a respeito do problema, fruto de sua

experiência privilegiada de vinte e quatro anos à frete da então CDF (hoje DDF) e de oito anos como Papa. Nesse escrito, ele manifestava o seu agudo do enfoque teológico da realidade e a sua sensibilidade sacerdotal formada no turbulento período da recente história alemã.

Bento XVI concluiu, no estudo acima citado, que a questão da pedofilia deitava raízes profundas na mudança do paradigma sexual promovida pela Revolução de 1968 e pela consequente dissolução da concepção cristã de moralidade. Somado a isso, uma interpretação excessivamente garantista promovida pelo Concílio Vaticano II, havia obscurecido a consciência de que tais delitos atentavam contra a fé.

Esse enfoque divulgado acerca da causa do problema ocultava o fato de que, até 1965, o pecado-delito da pedofilia clerical tinha sido tratado abundantemente pelo Santo Ofício no contexto da luta contra o delito de solicitação na confissão. As centenas de casos existentes em seu Arquivo atestam que o problema nunca foi pequeno.

Em segredo, para evitar escandalizar os fiéis, mas com contundência, esse Dicastério romano aplicou, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, uma lei própria, qual seja, a Instrução *Crimen sollicitationis*, de 1992 (reformada em 1993), ainda hoje pouco conhecida entre os estudiosos. Com ela, não apenas se fez frente à solicitação por ocasião da confissão, mas, também, aos numerosos casos de *corruptio minorum*, muitos deles vinculados ao *crimen pessimum*.

A esse respeito, deve-se ter presente que muitos canonistas consideraram de modo equivocado que *Crimen sollicitationis* ficou ab-rogada após a promulgação do Código de Direito Canônico de 1983. A dita Instrução esteve em vigor até 2001, conforme indicou o então Prefeito da CDF em duas interpretações autênticas (Carta *Ad exsequendam ecclesiasticam legem* aos Ordinários e Hierarcas, de 18 de maio de 2001, e *Introduzione storica alle Norme*, de 21 de maio de 2010), as quais possuíam consequências notáveis para a valoração dos delitos reservados cometidos antes dessa data: entre as principais, a imprescritibilidade de tais delitos ou a não aplicação da previsão do cân. 1395, §2 do CIC de 1983 no que se refere à idade de 16 anos.

Em razão disso, a existência de *Crimen sollicitationis* e sua abundante, ainda que desconhecida, aplicação desde a sua entrada em vigor, trazem à tona um problema que, talvez sem a força própria dos anos da Revolução de 1968, já estava presente na vida eclesial.

A sacudida de 8 de novembro de 1963

Três anos antes da mudança cultural provocada pelo «Maio francês», o Papa Paulo VI havia publicado, em 7 de dezembro de 1965, na vigília de conclusão do Concílio, a Exortação apostólica *Integrae servandae* na qual reformava a Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício: isso ocorreu dois anos antes de reformar toda a Cúria com a Constituição Apostólica *Regimini Ecclesiae universae*, de 1967 (desenvolvendo o quanto proposto no Decreto conciliar *Christus Dominus* de 28 de outubro de 1965).

Os dois documentos, expoentes do sentir majoritário dos Padres Conciliares, moldaram enormemente o governo central da Igreja católica das décadas seguintes e, no serviço da Cúria romana ao Papa e aos Bispos do mundo, contribuíram para o surgimento de um *stilum curiae* na forma de enfrentar os graves casos de indisciplina eclesiástica.

Para compreender a *Integrae servandae*, mister remontar-se a 8 de novembro de 1963. Nesse dia, durante as intervenções dos Padres Conciliares sobre o argumento da reforma da Cúria, o Cardeal Joseph Frings, Arcebispo de Colônia, a partir de um texto que o seu jovem assistente, o teólogo Joseph Ratzinger, havia lhe preparado, afirmou ante os presentes: «parece-me muito importante que estas regras, sobretudo as referentes à clara distinção entre o âmbito administrativo e o judicial, estendam-se a todas as congregações, também à *Suprema Congregatio Sancti Officii*, cujo modo de proceder em muitas coisas não se ajusta ao nosso tempo, constitui um dano à Igreja e, para muitos, é um motivo de escândalo». As *Acta Synodalia* trazem, neste ponto, um clamoroso *plausus* na aula conciliar.

O Cardeal Frings explica, em suas memórias, que, «quando entrei na cafeteria, por volta das 11, recebi as felicitações de todos.

Apesar disso, naquele mesmo dia, Ottaviani, presidente – ou melhor, prefeito – do Santo Ofício, também designado como relator, respondeu-me com um discurso fulminante, culpando-me de haver causado um ultraje ao Papa». Assustado com essa reação, o Cardeal Frings convocou os teólogos que lhe eram mais próximos para uma reunião de urgência na Santa Maria dell’Anima. Jedin lhe disse ali: «Fique tranquilo. Todos os eruditos católicos do mundo inteiro, que merecem este nome, estão a seu favor».

Naquela mesma tarde, o Cardeal Frings recebeu um telefonema do Papa: ele solicitou que preparasse propostas concretas para uma reforma integral do Santo Ofício. Ajudado por Onclin e Ratzinger, «em 18 de novembro de 1963, pode apresentar um *pro-memoria* em forma de carta de quatro páginas» (NORBERT TRIPPEN, “Joseph Ratzinger, il Cardinale Frings e il Concilio Vaticano II”, L’Osservatore Romano, 11 de outubro de 2008).

Excesso de garantismo ou verdadeiro e próprio «antijurisdicismo»?

Hoje, com o passar dos anos, observamos que a legítima preocupação do Cardeal Frings e de seu assessor J. Ratzinger por maiores garantias aos acusados perante o Santo Ofício traduziu-se, de fato, em um verdadeiro e próprio «antijurisdicismo».

Prova disso é que, ao instituir uma nova Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), mais administrativa e menos judicial, não somente se buscou superar uma etapa anterior de excessivo enfoque jurídicista na tutela da doutrina da fé e dos costumes e assegurar melhor o direito de defesa dos acusados de erros teológicos: evitaram-se expressamente os conceitos próprios da linguagem forense e se fez a opção por conceitos de caráter teológico-pastoral.

Não se fez nenhuma referência à reserva por lei própria dos cân. 247 e 1555 do CIC de 1917. A CDF não trataria de «causas», mas, sim, de «questões». Desapareceu dos artigos do documento a referência aos *delicta reservata* e somente apareciam os «delitos contra a fé». A mensagem implícita pareceu clara aos bispos de todo o

mundo: o novo dicastério da CDF não trataria mais dos *delicta contra mores*, ou seja, das graves faltas disciplinares. Dois anos mais tarde, *Regimini Ecclesiae universiae* tampouco se referia a «delitos contra a fé», mas, sim, a «erros sobre a fé».

Sem atender à necessária distinção entre a maior ou menor gravidade dos problemas disciplinares e teológicos que frequentemente se apresentavam na Igreja (a atividade penal é sempre a *ultima ratio*), foi-se ampliando a ideia de que o «espírito conciliar» exigia que se resolvesse tais comportamentos pela via pastoral e não pela jurídico-penal. De fato, a partir de 1965, sem que houvesse uma instrução explícita a respeito, deixou-se de enviar tais casos à Cúria romana e a seu órgão competente, a CDF.

De uma forma inapropriada, implicitamente se contrapôs o direito à pastoral, com desastrosas consequências para a tutela dos fiéis mais vulneráveis. No ano de 2010, em uma conversa com Peter Seewald, o então Papa declarou: «a partir da metade de 1970 (o direito penal canônico) simplesmente não se aplicou. Dominava a convicção de que a Igreja não tinha que ser uma Igreja do direito, mas, sim, uma Igreja do amor. Uma Igreja que não tinha que castigar». (BENEDICTO XVI, *Luce del mondo. Il Papa, la Chiesa e i segni dei tempi. Una conversazione con Peter Seewald*, Ciudad del Vaticano 2010, 47, trad.). Recentemente, ao publicar a reforma do Livro VI do *CIC*, o Papa Francisco afirmou: «se o respeito e a observância da disciplina é algo que cabe a todo o povo de Deus, sua correta aplicação cabe aos pastores», entendendo «o *munus* pastoral como expressão de caridade» (Const. ap. *Pascite gregem Dei*, 30.5.2021).

***CIC* 1983, um direito penal inaplicável**

O Código de Direito Canônico de 1983, uma reforma legislativa do precedente de 1917, seguiu a tendência pós-conciliar antes descrita. Além do mencionado garantismo e da ausência de suficientes canonistas bem formados, a complexidade de seu direito processual e penal fazia dele um instrumento jurídico tecnicamente perfeito, mas

inadequado para guardar a disciplina nos casos mais extremos. Há 20 anos, falava-se do Livro VI do *CIC* como um «Bin Laden eclesial»: se sabia que existia, mas ninguém o havia visto.

Assim que o *CIC* de 1983 foi publicado, ficou evidente, nos Estados Unidos, que a falta de um instrumento legal ágil, os

«remédios pastorais» - como a conversão pessoal e o acompanhamento espiritual, a transferência de paróquia ou diocese, as terapias psicológicas – eram absolutamente insuficientes para garantir a disciplina eclesiástica nos casos mais graves de indisciplina: v.g., em 1985, o Rev.^{mo} Gauthé (Abbeville, Lousiana) foi denunciado por Scott Gastal de ter violado a 37 menores. Não era o único caso.

O Cardeal Ratzinger, o então novo Prefeito da então CDF, começou a receber numerosas queixas dos Prelados dos Estados Unidos sobre o excesso de garantias do novo Código: como também se dizia popularmente na época, era um «direito penal pensado para os anjos».

O *Indulto*, aprovado em 1994, para os bispos dos Estados Unidos, foi uma primeira tentativa de solucionar o que começava a ser um pesadelo midiático e econômico: sem fazer qualquer referência às competências históricas da CDF, prescreveu-se, no *Indulto*, que a Congregação para o Clero fosse competente para os recursos na via administrativa e a Rota Romana para as apelações. Anos mais tarde, o Papa emérito reiterava, em seu mencionado escrito de 11 de abril de 2019 (cf. II.2), tais argumentos, confirmando-se assim, que a CDF dos anos noventa havia perdido a memória de sua práxis judicial disciplinar após quase 30 anos de inatividade desde a *Integrae servandae*.

Estando assim a situação, o Cardeal Ratzinger deu, mais uma vez, mostras de sua clarividência e sabedoria pastoral: apoiando-se em uma premissa histórico-jurídica equivocada, mas seguindo um raciocínio teológico correto, ele chegou à conclusão acertada: aqueles comportamentos não somente provocavam um dano irreparável nas vítimas, como, também, constituíam um ataque direto à fé.

«Juntamente com o Papa João Paulo II, acordamos que seria apropriado atribuir poderes relativos a esses delitos à Congregação da

Fé e precisamente com o título *Delicta maiora contra fidem*», afirmou no artigo de 11 de abril de 2019.

Além disso, o que inicialmente parecia ser um problema exclusivo dos Estados Unidos, descobriu-se que também estava presente em outras igrejas locais: em 1996, foi ampliado para a Irlanda o *Indulto* concedido, em 1994, para os Estados Unidos. Os casos singulares, com o passar dos anos, tornaram-se uma maré incontrolável de sujeira, dor, injustiça e vergonha.

***Sacramentorum sanctitatis tutela* 2001, mudança de direção de 180 graus**

O Cardeal Ratzinger obteve do Papa João Paulo II uma lei especial que esclareceu, de uma vez por todas, esses pecados que, ademais de serem delitos, estão entre os mais graves (*delicta graviora*) em razão dos danos que ocasionam à fé dos simples crentes e, portanto, estão reservados à Congregação para a Doutrina da Fé (*delicta graviora*). Esse dicastério da Cúria Romana, a serviço do Santo Padre e da Igreja universal, deveria ajudar os bispos a encontrar uma solução justa para aqueles clérigos que cometiam esses delitos mais graves.

As novas *Normae*, necessárias para acabar com a impunidade na qual permaneciam os sacerdotes pedófilos, muitos deles reincidentes, foram promulgadas com o *Motu proprio Sacramentorum sanctitatis tutela*, de 30 de abril de 2001, antecipando-se assim em oito meses o estrondoso caso *Spotlight*, em Boston, nos Estados Unidos (6 de janeiro de 2002).

Os acontecimentos superaram em muito as previsões do Legislador: uma avalanche de casos, que chegavam à CDF após a *Spotlight*, deixou claro que a simples reserva à CDF não era garantia de uma ação judicial na Igreja. A realidade era que os bispos eram incapazes de chegar a soluções justas e proporcionais para esses crimes de extrema gravidade e que estavam sendo denunciados, e isso devido às óbvias garantias e à complexidade do *CIC* em vigor.

O Prefeito da CDF, assistido pelo Promotor de Justiça Monsenhor Charles Scicluna, demonstrando uma incomum decisão e

criatividade jurídica, de 7 de novembro de 2002 a 14 de fevereiro de 2004, solicitou do Santo Padre, em sucessivas audiências, «faculdades especiais» que permitiriam enfrentar, com eficácia, a situação de exceção provocada: entre as principais, proceder à admissão, por via administrativa; derrogar *ad casum* a prescrição; resolver os recursos na própria CDF; e, em sendo um órgão especializado, julgar cardeais, bispos e outros hierarcas que fossem acusados de terem cometido esses crimes.

A primeira grande revisão do SST, em 2010, incorporou de modo definitivo aquelas «faculdades especiais» já confirmadas em 6 de maio de 2005, e introduziu outras mudanças legislativas não pequenas: a equiparação dos adultos com «habitual uso imperfeito da razão» aos menores; a extensão da prescrição aos 20 anos, sendo que o prazo prescricional começava a fluir após a maioridade e a imposição de medidas cautelares também em procedimentos investigatórios.

O que acontece entre 1963 e 2013

Vimos como o jovem teólogo Joseph Ratzinger, assistente no Concílio do Cardeal Frings, tornou-se um promotor na década de 1960 da tão esperada reforma do Santo Ofício. Sem que isso o possa qualificar de «progressista» ou demonstrar uma «grosse Wende» ou uma grande virada para posições conservadoras, a verdade é que, durante o Concílio, foi um defensor da denúncia da alegada repressão exercida pelo Santo Ofício, por séculos, contra os teólogos. Isto foi considerado amplamente incompatível com a modernidade e, portanto, intolerável. As competências da CDF, depois da *Integrae servandae*, não seriam de «perseguir heresias e reprimir crimes contra a fé, mas promovê-la e protegê-la».

Contudo, o Supremo Tribunal do Santo Ofício, além de tratar de questões doutrinárias, ocupava-se, também, dos casos disciplinares mais graves de «suspeitos de heresia» (Const. Apostólica *Immensa aeternae Dei*, 1588). A atividade judicial penal da Inquisição romana era desconhecida do grande público, uma vez que estava coberta pelo assim chamado «segredo do Santo Ofício». Não é de surpreender que Joseph

Ratzinger, em 1963, e Paulo VI, em 1965, ao conceberem uma nova Congregação para a Doutrina da Fé mais próxima da sensibilidade do mundo atual, num momento de exagerado otimismo antropológico e querendo evitar equívocos cometidos no passado, não tinham em mente que esse órgão curial também perseguia a indisciplina eclesiástica.

Durante os trinta anos seguintes, os pecados-delitos mais graves na Igreja não foram encaminhados a Roma e, portanto, ficaram sem punição. A ambiguidade de *Integrae servandae* e *Regimini Ecclesiae universae* fez-nos esquecer que continuavam a ser delitos reservados. Aqueles que causaram tais delitos foram tratados como doentes ou simples pecadores. Quando injustiças flagrantes vieram à luz, os bispos dos Estados Unidos buscavam acordos extrajudiciais com as alegadas vítimas, oferecendo-lhes compensações financeiras cada vez mais elevadas.

Por outro lado, devido ao desconhecimento generalizado entre os canonistas do direito penal em geral e à complexidade do processo contencioso em particular, era quase impossível proceder à demissão do estado clerical dos agressores sexuais. Os psicólogos, por sua vez, também não ajudaram, pois, naquela época, a cura dos pedófilos parecia viável: muitos deles, internados por um curto período de tempo em centro especializado e apoiados em perícias positivas, foram reincorporados às suas tarefas ministeriais para, sucessivamente, recair. O que deveria ser casos específicos, resolvidos na caridade e na justiça, à medida que fossem surgindo, como acontecia até 1965, acabou por se converter, graças à inação, na crise que vivemos hoje.

Pode-se afirmar que, na dolorosa lição da crise dos abusos, J. Ratzinger e com ele toda a Igreja aprenderam finalmente que sem um direito penal que busque efetivamente a conversão do réu, a reparação da injustiça cometida e a prevenção do escândalo (cân. 1341) é impossível manter a disciplina não só em qualquer sociedade, mas também na Igreja. Esta tarefa também faz parte do *munus pastoralis*. Talvez seja o mais difícil e delicado, uma vez que está em causa o estatuto jurídico da pessoa.

Francisco: uma nova sensibilidade diante de um contexto eclesial em mudança

Se Bento XVI entendeu a gravidade da crise escondida por detrás de um multissecular tabu social e eclesial, Francisco foi capaz de despertar uma nova sensibilidade eclesial a partir de sua percepção pessoal a respeito das causas que provocam tais comportamentos.

O Papa, diferentemente de seus Predecessores, provém de um cenário cultural e eclesial latino-americano. Sua formação intelectual e espiritual está enraizada na tradição inaciana. O seu estilo de governo pastoral não seria compreendido sem um discernimento contínuo das moções internas ou espirituais (3^a e 4^a regras da primeira semana dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio).

O fator determinante para compreender a posição de Francisco em face da estrondosa crise dos abusos é que o seu pontificado se move num contexto ligeiramente diferente daquele dos seus Predecessores.

Algumas causas do fenômeno dos abusos continuam, como a banalização da sexualidade na sociedade relativista de hoje, imbuída de uma cultura de liberdade sem limites morais. Outros, no entanto, mudaram nos últimos 10 anos, como o declínio global progressivo nas taxas de pedofilia homossexual clerical, embora os dados continuem a ser muito preocupantes (por exemplo, Encontro de Francisco com os bispos italianos, 21 de maio de 2018). Ao surgimento de casos em países onde as queixas não tinham surgido anteriormente, somam-se os esforços contínuos nos seminários e noviciados para melhorar o discernimento vocacional após a publicação da *Ratio fundamentalis* “O dom da vocação sacerdotal” em 8 de dezembro de 2016 (nn. 199-200).

Por outro lado, se em cada agressão sexual a um menor é sempre significativa a relação assimétrica ou posição de superioridade do agressor, nas novas denúncias que chegam ao Dicastério para a Doutrina da Fé (DDF) observa-se que foi decisivo nelas o abuso de poder exercido sobre a vítima e seus familiares. Os clérigos que abusam de menores, uma minoria, geralmente não sofrem de transtornos graves de personalidade. São ministros que, na sua

parafilia ou comportamento sexual anormal, de forma totalmente consciente e livre, praticam atos sexuais com menores ou pessoas vulneráveis que não são capazes de dar consentimento totalmente livre. Tais clérigos, com os seus «delitos abomináveis» (Bento XVI, 28 de outubro de 2006), não servem, mas se servem do dom recebido. Os privilégios que se autoconcedem na vivência dos seus votos ou promessas causam a «tragédia» atual (Francisco, 1º de maio de 2016).

O diagnóstico de Francisco é preciso: sempre houve e sempre haverá uma minoria de clérigos que violam gravemente o celibato, como mostra o Arquivo histórico da DDF. A secularização interna da Igreja, contaminada pela ausência de Deus em tantas sociedades atuais, contribui para um problema que, por outro lado, só não é maior pela seriedade com a qual a Igreja aplica hoje o direito penal canônico.

Finalmente, o clericalismo multissecular ou concepção elitista do ministério continua presente na Igreja. No entanto, cresce a oposição generalizada contra os privilégios indevidos de alguns, especialmente quando esses se permitem abusar de menores ou dos mais vulneráveis. Fatos antes pouco divulgados vêm à tona hoje. E isto é típico do paradigma social do nosso tempo. O inédito hoje é que os fiéis também se habituaram a viver em um estado de direito, em democracia e igualdade.

A primeira metade do pontificado (2013-2017): emergem as tensões

Desde o primeiro momento do seu pontificado, Francisco assumiu como lema próprio «tolerância zero» aos abusos, ou melhor, «impunidade zero». Era essa a vontade de toda a Igreja ou era um leitmotiv mais repetido que assumido? A crise dos abusos levou, em grande parte, à renúncia de Bento XVI e já não era possível continuar escondendo a realidade da gravidade do problema. Recentemente, o Papa confirmou que «a tolerância zero aos abusos é irreversível» (14 de julho de 2022).

Como sinal da sua vontade determinada, em março de 2014, criou a Pontificia Comissão para a Proteção dos Menores, utilizando-

se de um Quirógrafo, «para oferecer propostas e iniciativas destinadas a melhorar as normas e os procedimentos para a proteção de todos os menores e dos adultos vulneráveis». A subsequente renúncia de Peter Saunders e Mary Collins, «frustrados pela falta de cooperação dos outros órgãos da Cúria», revelou a falta de um projeto claro e compartilhado, o que contrariava a vontade expressa pelo Santo Padre.

Com o objetivo de melhorar o tratamento processual destes casos, cujo aumento progressivo parecia paralisar o trabalho da *Feria IV* da CDF, Francisco criou, em 2015, um Colégio para exame de recursos. Seria um tribunal superior, integrado na CDF e não presidido pelo Prefeito, para garantir a sua maior independência. Essa terceira instância de procedimento administrativo marcou a sucessiva jurisprudência do Dicastério, com resultados desiguais devido à tensão entre um setor de juristas, mais garantista, e outro mais atento às vítimas e aos danos causados à comunidade eclesial.

Em 2016, o Papa promulgou o *Motu proprio Come una madre amorevole* (CUMA) para gerir a grave negligência de alguns hierarcas no tratamento destes casos: demasiado revolucionário para a época, pois não apontava para a responsabilidade penal da hierarquia, mas, sim, para uma prestação de contas de natureza moral, a sua *receptio legis* é duvidosa ante a tibia recepção que teve entre seus destinatários. O esquecimento interessado da CUMA revela que muitos continuam a pensar que «pior que o abuso em si é o escândalo que causa». Num mundo novo em que a revolução cibernética mudou muitos paradigmas, eles acreditam que podem proteger a Igreja tratando de esconder a realidade do abuso que existe nela: «não vivemos um tempo de mudanças, mas, sim, uma mudança de época» (Francisco, 30 de maio de 2021).

Janeiro de 2018: irrompe a «crise chilena»

Estando assim a situação, na tensão entre um setor eclesial - que pretende fazer o que parece impossível, ou seja, esconder a realidade dos abusos - e aquele que entende a necessidade de enfrentar, de uma vez por todas, o problema, com responsabilidade institucional, por um

caminho de verdade e de reparação -, numa das suas viagens apostólicas, o Papa ficou impressionado negativamente com a recepção fria que lhe foi dispensada. Era janeiro de 2018. O Chile, país de profunda tradição católica e muito próximo do seu contexto vital, acusou-o de inação diante das repetidas denúncias de um grupo de vítimas do famoso pároco de El Bosque, Rev.^{mo} Karadima.

Regressando a Roma e com a liberdade de espírito que caracteriza este Papa jesuíta, depois de pedir conselhos e refletir, por meio da oração, a respeito do que tinha acontecido, decidiu enviar uma pequena delegação, composta por Dom Scicluna e pelo que subscreve este artigo, para compreender o que realmente tinha acontecido e se as reivindicações das vítimas de Karadima eram corretas.

Um «tempo de escuta e de discernimento» para uma mudança de mentalidade

O relatório que se seguiu à chamada «Missão Scicluna» permitiu ao Santo Padre ter uma ideia mais aproximada do que aconteceu e perceber que aquela Igreja local sofria de atrofias estruturais que permitiam uma impunidade generalizada para os abusos sexuais nela cometidos. Além disso, os problemas do Chile eram muito semelhantes aos sofridos por outras regiões do mundo católico.

Após 20 anos de implementação de diversas medidas legislativas, a crise dos abusos não só não parecia estar resolvida como estava a alastrar-se. Francisco, a partir do discernimento do ocorrido, entendeu que, além de uma melhoria legislativa, era necessária uma mudança de mentalidade entre todo o povo de Deus, a começar por ele mesmo, pelos seus irmãos no episcopado e pela Cúria Romana.

O Papa, demonstrando uma humildade desarmante, quis pedir perdão pessoalmente pelos seus próprios erros cometidos no tratamento das vítimas de Karadima, leigos e sacerdotes. Para isso, convidou-os à sua própria casa, a Santa Marta, para ouvi-los e partilhar a sua dor. Ficou especialmente impressionado com o depoimento de uma das vítimas, o jornalista Juan Carlos Cruz, que, em anos anteriores, havia

conseguido convencer a todos da credibilidade do seu depoimento, fazendo um uso muito inteligente da mídia.

Francisco, profundamente impactado após esses encontros pessoais, convocou os bispos chilenos para discernir com eles o ocorrido. Não deveriam fazer como fazem os gestores de uma empresa prestadora de serviços ou buscar bodes expiatórios para um evento em que houve responsabilidade solidária. Foram chamados para agir à luz do Espírito, como homens de fé, seguidores de uma Vítima, o Crucificado. Para se preparar para o encontro de Roma, no qual os Prelados acabariam por colocar os seus cargos à disposição do Santo Padre (tecnicamente não se tratava de uma renúncia ao ofício conforme estabelece o cân. 184), escreveu-lhes uma carta no dia 18 de maio de 2018.

Posteriormente, enviou novamente seus dois Delegados para pedir perdão, em seu nome, à diocese de Osorno, dirigindo-se, desta vez, a todo o Chile em sua Carta ao Povo de Deus em peregrinação no Chile (31 de maio de 2018): nela, «após de um tempo de escuta e de discernimento», falou, pela primeira vez, da necessidade de dizer «nunca mais à cultura do abuso, bem como ao sistema de encobrimento que lhe permite perpetuar-se». A essa última, seguiu-se a importantíssima Carta ao Povo de Deus, datada de 20 de agosto de 2018: nela, Francisco colocou no mesmo nível abrangente, pela primeira vez, em um documento magisterial, «o abuso de poder, sexual e de consciência».

2018: abertura de processos

O Papa, profundamente impressionado com o testemunho das vítimas chilenas que conheceu pessoalmente pouco antes em Santa Marta, concedendo-lhes longos períodos de tempo para conhecer a sua história, compreendeu as consequências derivadas de uma Igreja surda e autorreferencial (Mensagem para o Dia Mundial das Missões, 22 de outubro de 2017).

A cura de uma situação tão complexa não reside na aplicação meramente formalista das leis, como alguns pretendem. Tampouco

está na simples implementação de medidas de prevenção a serem cumpridas por mera “pró-forma”. A reconstrução da credibilidade perdida só é possível iniciando processos a partir de uma espiritualidade atenta ao mistério do mal e amadurecida na escuta e no cuidado dos mais vulneráveis. Mais pai do que nunca, o Papa percebeu, durante o ano da «crise chilena», a necessidade de uma conversão pessoal profunda que, a partir de uma «pastoral da conversão», leve a uma «conversão pastoral» generalizada.

Encontro de fevereiro de 2019: uma Igreja proativa

Plenamente consciente do *munus petrinum* que encarna, o Papa entendeu que o caminho interior que havia percorrido durante o ano de 2018 poderia ser proposto a todos os seus irmãos no episcopado. Para isso, no final do ano, considerou a necessidade de convocar um *Summit*, em Roma, com os presidentes de todas as conferências episcopais do mundo. Diferentemente de outras ocasiões, sugeriu-lhes que, antes de ir a Roma, cada deles se encontrasse com uma vítima de abuso sexual e se deixasse desafiar pela dor da vítima. Nessa reunião, realizada entre 21 e 24 de fevereiro de 2019, foi trabalhada a necessidade de uma Igreja mais «transparente, responsável e sempre disposta a prestar contas».

Curiosamente, a intervenção mais valorizada - pela sua interpretação perfeita do pensamento de Francisco em relação aos abusos - foi a de uma jornalista secular mexicana, Valentina Alazraki. Nas suas conclusões, centrou a questão na necessidade de uma nova atitude proativa: «Gostaria que a Igreja agisse, nesta ocasião, no ataque e não na defensiva, como aconteceu no caso dos abusos de menores. Poderia ser uma grande oportunidade para a Igreja tome a iniciativa e esteja na linha de frente na denúncia destes abusos, que não são apenas sexuais, mas sobretudo de poder”.

A Lei 269 e VELM: um salto qualitativo rumo à responsabilidade

Francisco ordenou, em primeiro lugar, que o Estado da Cidade do Vaticano tivesse uma legislação protetora dos menores comparável às mais sérias e rigorosas do mundo (Lei 297 de 26 de março de 2019).

Posteriormente, assumindo no direito eclesial definições não necessariamente ligadas à tradição canônica, mas derivadas do direito internacional e dos compromissos assumidos pela Santa Sé, emanou uma lei sobre a transparência de informação obrigatória. Para acabar de uma vez por todas com o encobrimento na Igreja, todas as dioceses do mundo deveriam implementar, no prazo peremptório de um ano, «estruturas estáveis e de fácil acesso» para receber denúncias sobre condutas inadequadas, com a obrigação positiva de cuidar das vítimas. Trata-se do *Motu proprio Vos estis lux mundi* (em vigor desde 1º de junho de 2019), que regulamenta a recepção e o tratamento das denúncias de crimes de natureza sexual alegadamente cometidos não somente por clérigos, mas por outros tipos de fiéis, e não só a menores, mas também a adultos «vulneráveis».

Abril de 2019: uma falsa polêmica

Um dos sinais do nosso tempo é o confronto e a tensão derivados de propostas maximalistas, ideológicas e maniqueístas. Também assim o é na Igreja. Esquecendo-se de que o diabo semeia continuamente joio num campo que pertence a Deus, julga-se o próximo não só sem piedade, mas também sem o conhecimento dos fatos. Cada um tem a sua opinião, mesmo que seja se escondendo covardemente no anonimato. Todos julgam e sentenciam. Todos se proclamam executores da vontade de Deus que melhor lhes convém. Nem mesmo o Santo Padre está imune aos seus ataques.

Quando o Papa emérito publicou uma reflexão pessoal, em Abril de 2019 (A Igreja e o escândalo dos abusos sexuais), para ajudar na reflexão que o seu Sucessor estava realizando, muitos, manipulando o conteúdo do documento, sentiram-se animados para

atacar Francisco pela sua suposta tolerância para com a imoralidade vivida por tantos clérigos em nome da “misericórdia”.

A explicação do Papa emérito não pode ser contrastada com a de Francisco. A conjunção de ambas, juntamente com outros dados inegáveis - como o já referido antijuridicalismo que se instalou na Igreja nos últimos decênios e a crescente contestação dos fiéis diante de toda a forma de abuso -, permitem-nos explicar o que aconteceu e a gravidade do atual estado de emergência eclesial.

Francisco, à luz dos casos recebidos pela DDF nos últimos anos, contextualizou o abuso sexual nas relações assimétricas que se tornam tóxicas quando alguém se aproveita da sua superioridade em benefício próprio: há uma especial gravidade quando o agressor sexual, a partir da posição de autoridade que lhe é conferida, apresenta-se como «homem de Deus»; ele penetra na consciência ou na vida interior do abusado. A vulnerabilidade e a fragilidade desta pessoa, seja menor ou adulta, não existiriam sem a diminuição da sua capacidade de consentir e reagir adequadamente. O abuso de poder ou de consciência, numa relação de confiança e dependência, é o prelúdio e o contexto de qualquer abuso sexual.

Os *Rescripta* de 2019: a concretização da transparência

Poucos meses depois, com duas *Rescripta ex audientia Ss.mi* (3 e 6 de dezembro de 2019), Francisco, além de facilitar aos operadores do direito o acesso aos processos, mostrou sua coragem no governo pastoral ao apontar, sem margem a dúvida, para a impossibilidade de se invocar o «segredo pontifício» para contornar a justiça: a exigência de confidencialidade típica de causas em que está em jogo a boa reputação de muitos fiéis, a defesa da liberdade e da autonomia da Igreja não poderia continuar a ser uma desculpa para impedir a denúncia de ações dolosas ou de seu encobrimento eclesial.

O Papa, a partir de um critério de discernimento baseado na *salus animarum suprema lex*, indicou aos líderes eclesiais do futuro uma linha muito interessante a seguir. O *munus pastoralis* não deveria

ser entendido apenas em termos de jurisdição, mas de responsabilidade, e essa última não apenas penal. Os pastores não deveriam ter como horizonte último o mero cumprimento da disciplina canônica, mas antes fazer da sua liderança um ministério de proteção e cuidado, especialmente dos membros mais vulneráveis que o Senhor lhes confiou. Ainda que nem sempre possam ser responsabilizados penalmente, devem estar cada vez mais conscientes da obrigação moral prestarem contas pelas graves negligências em seu governo pastoral.

Mais concretizações: Vademécum 1.0

Se todas essas alterações legislativas são suficientes para mostrar a vontade determinada do Papa na luta contra os abusos na Igreja, em 2020, ele promoveu a publicação, pela CDF, de um primeiro *Vademecum* 1.0 que, sem ser um texto normativo, é uma ajuda muito importante para os Ordinários e Hierarcas. Nele, não só lhes oferece a praxis do Dicastério em matéria processual e se insiste no respeito dos princípios do justo processo, mas também lhes facilita a compreensão do acervo jurídico-penal.

O novo Livro VI e SST: dois marcos para proteção

No dia 8 de dezembro de 2021, após doze anos de trabalho, entrou em vigor a reforma profunda dos 89 cânones do Livro VI do *CIC*, o direito penal da Igreja. Mais que uma nova sistematização do delito contra o sexto mandamento do Decálogo com menores entre aqueles que prejudicam a vida, bem como a liberdade e a dignidade (título 6), o novo *CIC* amplia os sujeitos ativos imputáveis (qualquer religioso e membro de uma sociedade de vida apostólica, bem como os fiéis leigos com especial dignidade, cargo ou função eclesial), os sujeitos passivos do delito (adultos aos quais a lei reconhece a tutela igual à dos menores) e os tipos penais (a pornografia de menores e o delito *contra sextum* com abuso de autoridade).

Somou-se a esta promulgação a reforma das *Normae* ou *SST*. Esses dois documentos, fundamentais para a realização da justiça na Igreja,

abrem novos caminhos para a acusação não somente em relação aos crimes sexuais, mas também aos de abusos de poder e de consciência.

Um balanço provisório mais que positivo

Pode-se afirmar que a intensa e nem sempre conhecida atividade legislativa penal destes primeiros 10 anos de pontificado de Francisco traz a sua marca pessoal.

O Papa, já no seu primeiro documento programático, insistia em «iniciar processos» à luz do Espírito: «dar prioridade ao tempo significa cuidar de iniciar processos mais que possuir espaços» (Exortação ap. *Evangelii gaudium*, 2013, n. 223), sendo este um dos pilares do seu pensamento. Como disse recentemente aos jovens, «não esqueçam esta palavra: iniciar processos, marcar caminhos, ampliar horizontes, criar pertenças» (21 de novembro de 2020).

Estamos diante de um processo aberto. Desinstalados de cômodas e falsas seguranças, especialmente daqueles mecanismos legalistas que são, de fato, uma *escamotage* da verdadeira justiça, será difícil para a Igreja das próximas décadas continuar a banalizar as relações de poder assimétricas e tóxicas.

O estilo evangélico de Francisco é uma inspiração para os líderes eclesiais: acolher a pessoa específica que se sente vítima de abusos, em toda a sua complexidade e dor. «Prefiro uma Igreja machucada, ferida e manchada que saia às ruas a uma Igreja doente pelo confinamento e pelo conforto de se apegar à própria segurança» (*Evangelii gaudium*, 49). O completo oposto da complacência com os sucessos terrenos ou da indiferença inaceitável para com as vítimas. Menos ainda uma Igreja que explica os abusos de forma simplista e ideológica, relativizando o escândalo causado numa sociedade mais igualitária e consciente dos seus direitos.

O esforço para reformar a Cúria Romana para torná-la mais eficiente e profissional, além de missionária e evangelizadora, apela implicitamente a todas as igrejas locais para evitarem os perigos do amadorismo e da negligência na administração da justiça canônica.

Levar este fenômeno tão a sério como o Papa faz significa, em primeiro lugar, formar canonistas, clérigos e leigos que possam gerir com rigor a justiça reparadora. Implica uma obediência afetiva e efetiva ao Santo Padre, instituindo estruturas, comissões ou escritórios diocesanos que acolham devidamente as vítimas. Isso se traduz em trabalhar de forma decisiva pela prevenção e por uma «cultura do cuidado», que envolve cursos de formação interdisciplinares sobre um tema muito técnico e de alta complexidade.

As perspectivas abertas por Francisco: cumplicidade sinodal

Os marcos aqui apresentados mostram o desejo inequívoco de Francisco de resolver de uma vez por todas a tragédia do abuso sexual de menores por parte de clérigos. Mas também, de uma forma muito ambiciosa, exortou toda a Igreja a ser, nos próximos anos, um lugar de relações saudáveis e seguras para os fiéis mais vulneráveis. A Igreja, num mundo abusivo, é chamada não apenas a superar o estigma de alegadamente ser um espaço de abuso sistêmico: a sua vocação é ser “mãe e professora” no cuidado e na proteção.

O Papa Francisco, abrindo novas perspectivas na persecução penal dos abusos sexuais, abusos de poder e de consciência (cf. Carta ao Povo de Deus, 2018), mostra um projeto que exigirá a cumplicidade de todo o grupo de fiéis. A experiência sinodal como desapropriação pneumatológica, oferecida a toda a Igreja como desafio e tarefa, pode ser uma metodologia ideal para aprofundar a resposta aos abusos.

Um processo em construção

São 10 anos de reformas e ainda podemos afirmar que o processo aberto apenas foi lançado, com aspectos muito específicos ainda por resolver. Além de promover a conscientização de todo o povo de Deus sobre a necessidade de erradicar os abusos dentro dele:

1. Talvez fosse necessário rever a necessidade futura de um *Colégio para exame de recursos* que, instituído por excesso de

processos perante a FERIA IV, já teria cumprido seu objetivo, devolvendo a terceira instância administrativa a um *coetus* em que a interação de juristas e teólogos permite contextualizar melhor tais *delicta maiora contra fidem* (Card. Ratzinger) entre os mais graves ataques sofridos pela fé dos simples.

2. Poderia ser considerada a oportunidade de um «processo judicial abreviado» que evitaria os inconvenientes da aplicação massiva do procedimento administrativo devido a uma escassez crônica de canonistas.
3. Incorporação no c. 1362 de «falso misticismo» entre «crimes contra a fé», uma violação externa não tipificada no *CIC*, permitiria que os abusos de consciência fossem enfrentados com maior segurança na Igreja.
4. Devido à já mencionada carência de especialistas em direito penal canônico, além da implementação de cursos especializados até mesmo na própria DDF, seria necessário rever a obrigatoriedade da instituição da defesa processual técnica adotada na posterior reforma da *SST*, bem como a incompatibilidade que se estabelece nela entre o delegado para a investigação e o delegado para o processo administrativo subsequente.
5. Outro órgão, como a *Pontifícia Comissão para a Proteção dos Menores*, após 8 anos de existência, seria beneficiado de um esclarecimento dos seus poderes e da sua relação com a DDF, órgão que detém o *know-how* dos abusos na Igreja.

Que venham muitos anos mais!

Os progressos alcançados por Francisco e as tarefas pendentes colocam o DDF no centro das atenções da opinião pública internacional, que é muito sensível à questão da pedofilia. Tais progressos também estão no eixo do seu Pontificado.

Temos aprendido com os erros do passado. Também do antijuridicalismo pós-conciliar que provocou a recusa generalizada em aplicar o direito penal aos casos mais graves de indisciplina eclesial:

hoje conhecemos as consequências dessa leitura superficial dos «sinais dos tempos», categoria conciliar fundamental (GS 4) para expressar a consciência eclesial coletiva daquelas realidades que «modificam o equilíbrio das relações humanas numa direção messiânica» (C.I. Casale Rolle).

A crise dos abusos na Igreja, longe de estar resolvida, é um desafio para a nossa experiência de fé e para a nossa proposta evangelizadora. Se ser cristão é viver o encontro com Cristo, a forma de enfrentar a pedofilia eclesial no futuro será o termômetro da nossa eclesialidade e obediência ao Senhor, bem como da vontade de servir a um mundo que anseia por relações mais fraternas, saudáveis e de relacionamentos seguros.

La *gravitas* del *defectus discretionis iudicii*: criterio ermeneutico per fondare l'incapacità *in decernendo*

The gravitas of defectus discretionis iudicii: a hermeneutic approach to establishing incapacity in decernendo

Paolo Lobiati¹

La giurisprudenza dei Tribunali Ecclesiastici ha visto, nell'ultimo decennio, un esponenziale aumento delle cause di nullità improntate sul grave difetto di discrezione di giudizio da parte di uno o di entrambi i contraenti (can. 1095 n. 2). Tale incremento di fattispecie di incapacità consensuale richiede all'operatore giuridico di riflettere per comprendere in quali situazioni possa parlarsi di consenso nullo ovvero valido. A questo soccorre la misura fornita dal Legislatore, ossia la *gravitas* che, secondo la lettera della norma, dovrebbe caratterizzare il *defectus discretionis iudicii* affinché questo possa delineare l'incapacità a consentire. Nella considerazione di questa nota, infatti, risiede il criterio atto a definire lo spartiacque tra il 'moralmente riprovevole' ed il 'giuridicamente rilevante'², che nei

¹ Dottore di Ricerca, Università Cattolica del Sacro Cuore di Milano e giudice del T.E.R.L. paologiuseppe.lobiati@unicatt.it.

² Sull'argomento uno studio di DAVIDE SALVATORI, *Forme di dipendenza internet-correlata: nuove tecnologie e nullità di matrimonio alla luce della recente giurisprudenza della rota Romana (2003-2018)*, in *L'incapacità consensuale tra innovazione normativa e progresso scientifico*, Città del Vaticano, LEV («Annales», VIII), 2019, pp. 283-320: 288, analizzando la sentenza *coram Sable* del 20 novembre 2003, cui si è accennato nel capitolo precedente, trattando di comportamenti sessuali abnormi spiega che: «I Giudici rotali si chiedono se si tratti di fatti e di circostanze che appartengono alla sfera meramente morale, oppure se, date le circostanze del caso e

casi concreti conduce gli operatori giuridici a ritenere un matrimonio contratto in assenza di autodeterminazione o meno.

In questo breve saggio, dopo aver considerato come la nozione di gravità sia fortemente richiesta per non esulare dalla retta interpretazione della norma, si considererà il valore della nota in relazione sia all'elemento oggettivo del capo di nullità sia a quello soggettivo, così da fornire delle linee pratiche per un corretto inquadramento delle fattispecie concrete. Nel porre in essere questa analisi ci si riferirà alle linee sia dottrinali sia giurisprudenziali per metterne in luce i pregi ed i limiti, arrivando poi a comprenderle alla luce del Magistero³.

1. La *gravitas* nella sistematica interpretativa del canone 1095 n. 2

In primo luogo, trattando di *gravitas*, non si può tralasciare quella parte di dottrina che ritiene l'aggettivo inserito all'interno del can. 1095 n. 2 come pleonastico, ciò a motivo della interpretazione stretta cui la norma inabilitante deve essere ricondotta.

Trattandosi di norma irritante, quando si tratta del can. 1095 n. 2 è necessario che questo sia soggetto ad interpretazione stretta. Tale esigenza discende dall'applicazione particolare del canone 18 sull'interpretazione delle norme, per questo è bene prendere le mosse dal principio fondamentale del can. 1058: il *ius connubii*⁴. Da questo canone si comprende che, come già affermato anche da Tommaso

della vita matrimoniale, non divengano, di contro, fatti giuridicamente rilevanti».

³ Il presente contributo riprende alcuni aspetti trattati in: PAOLO LOBIATI, *L'autodeterminazione nel consenso matrimoniale canonico. Linee dottrinali e giurisprudenziali*, Milano, Educatt, 2023. Per approfondimenti sia giurisprudenziali sia dottrinali si rimanda allo stesso.

⁴ Per approfondire l'argomento si veda PAOLO MONETA, *Il diritto al matrimonio (can. 1058)*, in *Diritto matrimoniale canonico*, v. I, I Roma, LEV («Studi Giuridici», LVI), 2003, pp. 191-206: 203. L'a. nel testo sottolinea che la Chiesa ha sempre tutelato il diritto del fedele a contrarre il matrimonio, e inerentemente al rapporto tra *ius connubii* e *consensus* afferma che: «Attraverso la previsione di varie ipotesi di nullità, si arriva ad incidere sulla concreta esplicazione del diritto al matrimonio, già abbiamo osservato come la normativa sul consenso, pur avendo adottato un regime decisamente più favorevole al riconoscimento della nullità rispetto alla legislazione precedente, non comporti in realtà una compromissione del diritto che stiamo considerando».

D'Aquino, tale *ius* è esercitabile salvo proibizione da parte del diritto, ma «anche l'esistenza di questo (la proibizione, n.d.a.) e l'applicabilità al caso concreto segue un criterio rigorosamente restrittivo, così che di fronte ad un semplice dubbio a nessuno può essere interdetta la celebrazione del matrimonio»⁵. Da questo corollario derivano alcune considerazioni.

In primo luogo, ogni interpretazione del testo legislativo in esame deve essere tale da non limitare il libero esercizio di un diritto di tale portata, che affonda le proprie radici nel *ius naturae*, così che «può subire limitazioni solo per ragioni gravi e giuste, come tali oggetto di specifica disciplina legislativa, con la conseguenza che le restrizioni introdotte dalle legge, limitando il libero esercizio di un diritto, devono essere interpretate in senso stretto»⁶. A sostegno di ciò viene anche quella dottrina che spiega che il diritto canonico, quando norma azioni che abbiano effetti giuridici come il matrimonio, è chiamato a richiedere un minimo di capacità attingibile da ogni essere umano⁷: di qui la conseguente necessità dell'interpretazione stretta a

⁵ MARIO F. POMPEDDA, *Il canone 1095 del nuovo Codice di diritto canonico tra elaborazione precodificale e prospettive di sviluppo interpretativo*, in «Ius canonicum», XXVII, 1987, Pamplona, pp. 535-555: 535. L'a. prosegue spiegando che: «Non è questo il ragionamento proposto dall'Angelico, il quale affronta il problema e lo risolve in una prospettiva antropologica anziché giuridica, ma finisce per offrire al canonista un criterio di fondamentale importanza e di applicazione vastissima. [...] Per spinta l'uomo tende alle nozze e quindi, la natura stessa si fa carico di preparare, di insegnare, di fornire ciascun individuo di quelle condizioni richieste perché egli sia capace di contrarre matrimonio».

⁶ OMBRETTA FUMAGALLI CARULLI, *Il matrimonio canonico tra principi astratti e casi pratici*, Milano, 2014, Vita e Pensiero, 1, p. 25. L'a. è lapidaria nell'asserire che: «In quanto diritto naturale, lo *ius connubii* preesiste al sistema giuridico, che devi limitarsi a riconoscerlo».

⁷ MARIO F. POMPEDDA, *Maturità psichica e matrimonio nei canoni 1095, 1096*, cit. p. 133. L'a. nel caso tratteggia il problema del concetto di maturità quale nodo fondamentale attorno a cui si snoderebbe la problematica ermeneutica del canone in esame, e sottolinea, nel caso come sia il concetto opposto a dover essere considerato, in rapporto al matrimonio, in modo restrittivo, proprio in virtù del *ius connubii* e spiega che Il diritto canonico è chiamato a restringersi «ad esigenze minime nelle azioni umane che abbiano riflessi e conseguenze giuridiche: e ciò particolarmente per quanto concerne il matrimonio».

cui devono sottostare le norme che limitano il libero esercizio dei diritti⁸. Il canone 1095 n. 2 si applica, infatti, a quelle norme che «autorizzano o riconoscono uno spazio di libero esercizio dei diritti»⁹, diritti tra i quali si annovera, ad es., il diritto del fedele alla libera scelta del proprio stato di vita e del matrimonio, così come esplicitato anche dal can. 1058. È conseguenza razionale che non solo le norme sugli impedimenti ma anche quelle sui vizi del consenso debbano sottostare ad una interpretazione stretta¹⁰, anche se è da rilevarsi che le seconde, a rigor di logica, rappresentano una eccezione alla norma sulla presunzione generale di validità del consenso prestato da determinate categorie di persone¹¹.

⁸ Il can 18 recita: «*Leges quae poenam statuunt aut liberum iurium exercitium coarctant aut exceptionem a lege continent, strictae subsunt interpretationi*». Allo scopo è utile anche ricordare quanto asserito dalla canonistica, in commento al previgente can. 1035, secondo cui: «*Omnes possunt matrimonium contrahere qui iure non proibentur. Hoc principio, quod iuris naturalis est, enuntiatur omnes homines per se ius habere matrimonii contrahendi. Omnes autem homines intelligere restrictive ad eos qui qualitates habent a natura contractus ipsius matrimonialis requisitas et capacitate fruuntur veri contractus ineundi*» (MATTHAEUS CONTE A CORONATA, *Institutiones iuris canonici, De Sacramentis*, v. III, *De Matrimonio*, cit., p. 133 s. n. 114).

⁹ VELASIO DE PAOLIS, ANDREA D'AURIA, *Le norme generali*, cit., 152. Diventa difficile accettare epistemologicamente la premessa posta, ove si afferma: «Di fatto la legge per sé restringe il libero esercizio dei diritti, appunto perché impone una norma restrittiva»: infatti non poche norme, piuttosto, sanciscono per il fedele la possibilità di far valere determinate posizioni giuridiche di vantaggio.

¹⁰ Invero, la dottrina ritiene questo secondo ambito di applicazione della legge di non semplice interpretazione, ma è concorde sul fatto che il *ius connubii* rientri tra quelle norme la cui limitazione deve essere soggetta ad interpretazione stretta per sua stessa natura (cfr. *ibid.*).

¹¹ Per quanto concerne la nozione di eccezione a una norma v. JAVIER OTADUY, *Comento al can. 18*, in *Comentario Exegético al código de derecho canónico*, vol. I, Pamplona, EUNSA, 20023, 372-379: 377: L'a. non include nell'esemplificazione il can. 1058, 1060 ma afferma che: «*Es frecuente que las leyes admitan excepciones o vías abiertas para valorar de modo distinto el supuesto común que se establece [...]. No podemos olvidar que el c. 18 tiene su marco natural en las leyes llamadas odiosas, que o bien llevan consigo la quiebra excepcional y anómala de la línea que estructura jurídicamente alguna institución*». In aggiunta dello stesso autore: *Interpretación de la ley*, in *Diccionario General de derecho canónico*, v. IV, Pamplona, Editorial Aranzadi, 2012, 720-730: 729 s.

Inoltre è da rilevarsi che una interpretazione larga del grave difetto di discrezione di giudizio risulterebbe contraria a tutta la sistematica matrimoniale perché comporterebbe la richiesta di una forma di capacità alle nozze innestata su una concezione di matrimonio di livello superiore a quello richiesto dalla stessa natura¹². Anche la giurisprudenza, per di più, sottolinea che il matrimonio è stato istituito per le 'persone comuni' e proprio per questo è la stessa natura a condurre gli esseri umani a questo istituto, dunque non può essere richiesta alcuna capacità che superi quella di qualsiasi individuo¹³. La necessità di tale sottolineatura tende a rimarcare come

¹² Cfr. Ivi, p. 204. Allo stesso modo ricorda MARIO F. POMPEDDA, *Il canone 1095 del nuovo Codice di diritto canonico tra elaborazione precodificale e prospettive di sviluppo interpretativo*, cit., p. 536, ove sottolineando il c.d. 'equilibrio' insito nella norma codiciale ribadisce che: «Tale equilibrio sostanzialmente consiste nell'essere, da una parte, richiesti l'uso di ragione, la discrezione di giudizio e l'abilità ad assumere gli oneri, mentre, dall'altra parte, tutto ciò viene a rivestire un significato non assoluto, non di stato perfetto, esigendosi una condizione proporzionata al matrimonio ma certamente da ciò stesso limitata». In argomento, anche la giurisprudenza più risalente paventava il pericolo di una comprensione troppo ampia della nozione di incapacità, asserendo che questa è una «*quaestio profecto gravis, immo gravissima. Quam non spernendam tenemus, sed periculis atque insidiis plenam iudicamus: siquidem, natura ipsa magistra est prima ordine temporis et prima dignitate atque efficacia, [...] in iis quae speciei multiplicationem respiciunt. Hinc, nedum rudes, sed et rudiores et rudissimos, item carentes quocumque ingenii acumine et quacumque scientia, insuper semi-fatuos, ferosque et incultos prorsus homines, et – ut generaliter dicam – eos omnes, in quibus praedicta “vis aestimativa” connubii minima est, vel fere nulla, valide tamen contrahere posse, a priori negandum non est, et, insuper, a priori praesumendum non est. [...] Nescimus, proinde, quaenam via sit percurrenda in eiusmodi vi aestimativa exigenda ac perpendenda: nescimus quodnam sit punctum discessus, quive itineris terminus, si novas has theorias, ceterum cum vetere ac solida iurisprudencia nec convenientes, amplecti tentemus» (coram Mattioli, *decisio diei 4 aprilis 1966*, in R.R.Dec. v. LVIII, p. 212 n. 3)*

¹³ Cfr. coram Bottone, *decisio diei 8 maii 2014*, Chicagien., [A 87/2014], n. 5: «*Matrimonium etenim pro communibus viris et mulieribus a Deo praestitutum est qui, plus minusve, aliquas deficientias secumferunt et ad ipsum ipsa humana natura ducit, ideo talis capacitas requiri non potest quae commune individuum, superet*». Allo stesso modo, in un'altra sentenza lo stesso Uditore afferma: «*Absoluta tamen maturitas, seu talis gradus facultatis cognoscitivae et criticae ut contrahens omnia et singula iura et officia matrimonii, vel omnia forte in matrimonio obventura, vel a statu matrimoniali requisita, intelligere et praevidere valeat, haud requiritur. Deus,*

la capacità naturale a contrarre sia da considerarsi in senso ampio e non stretto, a differenza del suo difetto. Questo secondo caso, od incapacità – comportando che «il diritto riconosce al soggetto la mancanza naturale di idoneità proporzionata al matrimonio (supporto naturale)»¹⁴ – configura la vera e propria asserzione di impossibilità di un agente ad esercitare un diritto a cui ogni uomo è inclinato, e non solo una prerogativa di un gruppo di ‘plusvalenti’, così come mettono in luce anche gli interventi dei pontefici che si andranno a richiamare. Per ora basti accennare che la nozione di incapacità in essi desumibile impone che le maglie interpretative della norma non siano ampliate a dismisura sulla base di spinte che, apparentemente mosse dall’afflato di vicinanza alle situazioni di dolore, si rivelino poi foriere di ulteriori problematiche¹⁵.

Atteso quanto finora richiamato, trattando di ‘difetto di discrezione di giudizio’ si considera una ipotesi fattuale – e normativa – che, per dispiegare la propria efficacia inabilitante, deve godere di forza tale da scalzare la presunzione di diritto di validità in generale dell’atto giuridico e, più precisamente, dello stesso consenso matrimoniale (cfr. can. 1060). Considerato siffatto fondamento interpretativo non vi è dubbio che la menomazione del soggetto a

enim, matrimonium pro omnibus viris et mulieribus constituit, non solum pro illis qui communem populum superant» (coram Bottone, decisio diei 10 iulii 2014, Taurinen., [A. 146/2014], inedita, n. 5). Dai due testi emerge che questo aspetto è ritenuto come particolarmente rilevante dal Ponente, proprio poiché attento ad evitare che dalla scorretta interpretazione dei capi di nullità potessero derivare conseguenze che snaturassero la stessa natura del diritto.

¹⁴ In argomento è utile richiamare quanto si legge in dottrina secondo cui: «L’incapacità comporta un’inettitudine giuridica al matrimonio molto più radicale e profonda che non l’inabilità, poiché questa si fonda su una legge positiva, quella su una legge naturale» (ANGELO AMATI, *L’immaturità psico-affettiva e matrimonio canonico*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», LXXXV), 2009, p. 132).

¹⁵ Cfr. PAOLO BIANCHI, *Il canone 1095*, in *Matrimonio e disciplina ecclesiastica*, Milano, Glossa, 1996, 63-84: 68. L’a. si sofferma sulla necessità di qualificazione del criterio di incapacità. Richiamate le allocuzioni di Giovanni Paolo II del 1987 e 1988 afferma: «Tale criterio appare essere importante ed oggettivo e solleva il giudice canonico, non già dalla sua responsabilità nella formazione del proprio convincimento sul caso (can. 1608 §3), bensì dal rischio di una non ben calibrata discrezionalità che talora si avverte considerando la valutazione della prova, sia comune che tecnica».

porre in essere un atto umano debba essere, per sua stessa natura, *gravis*¹⁶. Nonostante tale evidenza logica, la Commissione che elaborò il can. 296, poi divenuto can. 1095, partendo dallo schema della *adunatio* del 1977, risulta attenta ad evitare qualsivoglia forma di lassismo nell'interpretazione della ipotesi di nullità del matrimonio *ob defectum discretionis iudicii*, lassismo che, frutto di ampia interpretazione di una norma eccessivamente indeterminata, sarebbe poi sfociato in un forte, o meglio eccessivo, ridimensionamento del diritto alle nozze¹⁷.

2. *Gravitas*: i confini dell'ambito

Considerato questo aspetto, è fondamentale incentrare l'analisi cosa si intenda per *defectus gravis*¹⁸, ritenendosi non utile addentrarsi

¹⁶ In argomento si veda MARIO F. POMPEDDA, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo codice canonico*, in Mario F. Pompedda, *Studi di diritto matrimoniale canonico*, Milano, Giuffrè, 1993, pp. 161-356: 204-205. L'a. dopo aver sottolineato la differenza tra il concetto canonico di maturità e di discrezione di giudizio e dopo aver rapportato tale concetto al *ius connubii*, argomenta: «Debbo sinceramente osservare che ritengo pleonastico, nel testo e contesto del canone, un simile aggettivo: grave; e qui ripeterò alcuni rilievi che, in epoca anteriore alla promulgazione del Codice, muovevo circa una analoga formulazione per altro canone. Che infatti una qualifica di gravità, già intuitivamente anche solo in rapporto alla rilevanza del negozio giuridico matrimoniale, non debba non essere richiesta in un difetto incapacitante il nubente ed invalidante il matrimonio, nessuno potrebbe mettere in discussione».

¹⁷ Si legge in PONTIFICIA COMMISSIO CODICI IURIS CANONICI RECOGNOSCENDO, *Communicationes*, 9, 1977, 2, Città del Vaticano, p. 370: «*Loco verborum "qui laborant gravi defectu discretionis", nonnullis aptiora videntur verba "qui carent debita discretionem". Consultores praeferunt verba schematis, ne norma laxismo indulgeat: secundum verba canonis defectus discretionis debet esse gravis*». D'altro lato non può nemmeno seguirsi la dottrina che in merito alla scelta di mantenere l'aggettivo *gravis* nel canone spiega: «Sembra che si sia fatta prevalere una preoccupazione disciplinare, piuttosto che una valutazione di dogmatica giuridica» (GIORDANO CABERLETTI, *L'insufficiente uso di ragione ed il defectus discretionis iudicii*, cit., p. 99).

¹⁸ Vi è della dottrina che, nell'individuazione di un criterio identificativo, sottolinea la differenza tra punto di vista formale e punto di vista pratico. Ad es. PAOLO BIANCHI, *Quando il matrimonio è nullo?*, Milano, Ancora, 2008, p. 186, riferisce: «A tali domande si deve rispondere in due fasi. Anzitutto da un punto di vista più formale; in secondo luogo da un punto di vista più pratico. Come però si vedrà, i due livelli di risposta sono profondamente integrati, essendo anzi il primo di essi la

nell'analisi di come il difetto di discrezione di giudizio irritante il matrimonio influisca sulle facoltà superiori¹⁹. Allo scopo, non può prescindersi dalla definizione fornita dalla dottrina, che qualifica la *gravitas* come la c.d. «sproporzione fra *discretio iudicii* e consenso»²⁰. Similmente il concetto è stato espresso anche dalla giurisprudenza rotale, che esplicita il concetto di gravità del difetto di discrezione di giudizio qualora il nubente al tempo della manifestazione del consenso manchi della libertà interna necessaria, intesa quale unione di capacità di deliberare attraverso la valutazione delle cause e della libertà della volontà da qualsivoglia compulsione interiore²¹. Altra giurisprudenza, invece, al fine di definire il nubente incapace alle nozze, richiama la necessità che la discrezione di giudizio, ossia vuoi la capacità critica dell'agente vuoi la funzione elettiva di questo, sia carente in modo grave, non interessando, quindi, una semplice diminuzione di siffatte facoltà che non incide sulla attitudine a porre in essere un atto umano²².

condizione essenziale per orientarsi nel secondo». Ovviamente ciò che maggiormente interessa in questo studio è delineare i «criteri di carattere generale atti a determinare la possibilità di valutare il grado di capacità psichica della persona in rapporto ai diritti e doveri matrimoniali» (*Ibid*).

¹⁹ Per un approfondimento sull'argomento e sulla modalità in cui intelletto e volontà sono intaccate nella loro armonica cooperazione si consenta il rimando a PAOLO LOBIATI, *L'autodeterminazione nel consenso matrimoniale canonico*, cit., pp. 138-163; 185-199.

²⁰ PAOLO BIANCHI, *Il difetto di discrezione di giudizio circa i diritti e i doveri essenziali del matrimonio*, in *Diritto matrimoniale canonico*, v. II, pp. 73-89: 80. Invero, l'autore spiega in modo ancora più preciso che in questo modo ci si riferisce alla «sostanziale disfunzionalità delle facoltà naturali della intelligenza e/o della volontà nel prendere la decisione matrimoniale». Altra dottrina ritiene che: «Per questo aspetto dobbiamo tornare sul bene giuridico che si vuole proteggere, cioè sulla relazione tra la libertà del contraente e l'atto del consenso che origina e causa il vincolo», così rapportando la gravità alla nozione stessa di consenso (JUAN IGNACIO BAÑARES, *Il senso della discrezione di giudizio secondo il canone 1095 n. 2*, in *Discrezione di giudizio e capacità di assumere: la formulazione del canone 1095*, a cura di Hector Franceschi, Miguel A. Ortiz, Milano, Giuffrè, 2013, pp. 145-168: 162).

²¹ Così si legge in una *coram* López-Illana, *decisio diei 14 februarii 2001*, p. 118 n. 7: «*At defectus discretionis est quidem gravis, si alteruter nuptiens careat interna libertate tempore prolationis consensus, seu capacitate deliberandi cum causarum aestimatione et voluntatis libertate a qualibet impulsione interna*»

Sulla base della citata definizione di gravità, sono due le componenti in gioco quali termine di paragone: la *discretio iudicii*, elemento o aspetto soggettivo, ed il consenso, elemento oggettivo. Ne consegue che il criterio formale, attraverso cui dottrina e giurisprudenza sono ormai concordi nel qualificare la nota in esame, debba rinvenirsi nel duplice elemento soggettivo ed oggettivo, da coordinarsi tra di loro. Sull'argomento, anche se non chiarifica apertamente quale debba essere la specificazione precisa di entrambi i criteri, è utile citare una sentenza del 1987, *coram* Stankiewicz, ove si legge che il grave difetto di discrezione di giudizio, invalidante il matrimonio, nell'ordine canonico giuridico, deve essere considerato sotto duplice aspetto. Da un lato quello '*subiectivus*', ossia in relazione alla gravità della condizione psichica dell'agente, che estende la propria influenza sulle disfunzioni dei vari ambiti – intellettuale, volitivo ed affettivo – della personalità; dall'altro sotto l'aspetto oggettivo²³, cioè riferendosi al valore dei diritti e doveri matrimoniali essenziali, ai quali la capacità psicologica del contraente deve proporzionarsi per far sì che siano compresi e liberamente scelti²⁴.

²² In argomento, ad es., *coram* Caberletti, *decisio diei 22 ianuarii 2019*, n. 4: «*Nubens incapax foedus iugale ineundi habetur solummodo si discretio iudicii graviter vulneratur (cf. can. 1095, 2°), scilicet si subiectum caret capacitate critica, proportionata vinculo, quod est “natura sua perpetuum et exclusivum” (can. 1134), ideoque contrahens impar manet ad componendum iudicium practicum de obiecto eligendo, atque, si ipse ab intra coërceatur ad unum tantum videndum atque eligendum, sufficienti libertate reapse destitutus est: “Non quaelibet [...] diminutio vel imperfectio in usu facultatis criticae vel electivae secumfert incapacitatem contrahendi. Hoc ultimum datur solummodo in casu defectus dimensionis essentialis discretionis iudicii nempe capacitatis discretivae consideratae et in ordine ad eius obiectum” (coram Erlebach, sent. diei 14 aprilis 2011, RRD., vol. CIII, p. 179, n. 4)».*

²³ Cfr. *coram* Stankiewicz, *decisio diei 17 decembris 1987*, in R.R.Dec. v. LXXIX, pp. 741 s. n. 3: «*Hic vero discretionis iudicii gravis defectus, matrimonium nullitatem efficiens ex lege ecclesiali in iure naturae innixa, in ordine canonico-iuridico consideratur tum sub adspectu subiectivo, videlicet ratione habita gravitatis conditionis psychicae ipsius subiecti, in quam redundant disfunctiones in sphaera intellectiva, volitiva et affectiva personalitatis, tum sub adspectu obiectivo».*

²⁴ Cfr. *Ibid.* «*Ratione habita gravitatis essentialium iurium et officiorum coniugalium, cum quibus facultatum psychicarum actiones debitam proportionem*

Si può, dunque, concludere che è duplice il confine entro cui l'analisi sulla gravità deve essere condotta: da una parte la situazione psichica soggettiva che deve essere considerata anomala e dall'altra le obbligazioni coniugali alle quali questa vada rapportata. Circa questo secondo, tuttavia, parte della dottrina afferma che unico criterio valido per la commisurazione della intensità dell'incapacità debbano essere i diritti ed i doveri del matrimonio²⁵: tale affermazione appare, però, insidiosa poiché rischia di tralasciare totalmente la valutazione del soggetto agente nella propria integrità di persona, sbilanciando totalmente il baricentro dell'analisi sull'oggetto a detrimento del soggetto. Dall'altro lato è anche un dato ormai incontrovertibile la non sufficienza dei criteri meramente clinici e diagnostici per stabilire l'intensità del difetto di discrezione di giudizio, dal momento che si utilizzerebbe un criterio epistemologico inaccettabile, ossia l'assunzione *tout court* di concetti medici nell'ambito giuridico²⁶. Conclusione è che si dovranno mantenere ben presenti entrambi gli elementi, onde salvaguardare l'equilibrio tra attenzione al soggetto

servare debent». Tale partizione è ormai considerata dalla maggior parte delle sentenze, tanto che anche la *coram* Alwan, *decisio diei 11 maii 2004*, in R.R.Dec. v. XCVI, pp. 287 s. n. 7, ad es., afferma: «*Gravitas, de qua in can. 1095, n.2, relate ad defectum discretionis, semper habita est a iurisprudencia veluti fundata in iure naturali, duplici sub aspectu idest subiectivo et obiectivo. Subiectivo sub aspectu, gravitas respicitur ut gravis defectus aut etiam carentia plena facultatum intellectivarum et volitivarum*»; oppure la; *coram* Caberletti, *decisio diei 22 ianuarii 2009*, cit., n. 5: «*Tantummodo gravis defectus praepedit discretionem iudicii matrimonio proportionatam. Quapropter gravitas per criterium obiectivum, quae fertur a iuribus atque officiis matrimonii essentialibus, circumscribitur [...]. Cum autem iudicium sit actus humanus, ideoque a singulari persona efficiatur eiusque facultatibus procedat, criterium subiectivum neglegere haud licet*».

²⁵ Così ad es. MARIO F. POMPEDDA, *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo codice canonico*, cit., p. 206, afferma: «Mi sembra dunque che il criterio unico, oggettivamente valido e giuridicamente con contenuto rilevante, si abbia rapportando il grado di discrezione o piuttosto di difetto di discrezione con l'oggetto di essa, e pertanto con i diritti-doveri-essenziali del matrimonio».

²⁶ Ivi, p. 205. Spiega l'a. che nel caso: «Non sarebbe risolutivo del problema il ricorrere a stabilire prima la gravità del difetto con criteri medici, psichiatrici e psicologici, perché si finirebbe per assumere nell'ambito giuridico un concetto appartenente ad altra disciplina. Si avrebbe una indebita commistione di elementi tra loro formalmente estranei, anche se, almeno per qualche verso, affini».

agente e dignità dell'oggetto dell'atto – il Sacramento del matrimonio –, senza cadere in una forma di determinismo che sostituisca la scienza medica a quella giuridica.

Ciò premesso, poiché si ritiene che l'analisi sull'elemento oggettivo quale secondo termine di paragone esuli da questo studio, proprio perché ormai all'unanimità ricondotto ai diritti e doveri essenziali del matrimonio²⁷, ci si soffermerà precipuamente sulle varie modalità con cui l'elemento soggettivo è stato considerato di entità tale da costituire la sussistenza un difetto di discrezione di giudizio invalidante o, in altri termini, una forma di menomazione dell'autodeterminazione necessaria alle nozze.

3. Elemento soggettivo: la gravità della patologia ed il problema antropologico

Il primo criterio identificativo, approntato dalla giurisprudenza meno recente, è stato quello della gravità oggettiva della condizione psichica, o patologia, come emerge in una *coram* Sciacca, ove si chiosa siffatta posizione riprendendo i grandi classici: «*Vitiis nemo sine nascitur; optimus ille est Qui minime urgetur* (Horatius, *Sermones*, III, v. 68 s.)»²⁸. In questo senso, in non poche decisioni di vari ponenti si sosteneva che la gravità del difetto di discrezione di

²⁷ Per approfondire l'argomento, specialmente in rapporto ai diritti e doveri giuridicamente esigibili in ambito matrimoniale da distinguere rispetto a quelle che siano le mere obbligazioni morali, si consenta il rimando a: PAOLO LOBIATI, *L'autodeterminazione nel consenso matrimoniale canonico*, cit., pp. 164-184. Emerge che l'elemento oggettivo è considerabile il termine cui la norma debba essere costantemente riferita, così da non potersi mai trattare di difetto di discrezione di giudizio in senso assoluto ma soltanto relativo.

²⁸ *coram* Sciacca, *decisio diei 31 maii 2002*, cit., n. 8. Invero il Ponente inserisce la citazione classica all'interno del più ampio discorso secondo cui anche elementi che delineano delle c.d. anomalie non possono essere considerati indici di incapacità se non accompagnati da una grave patologia: «*Ideoque uti Romana-Rotalis iurisprudencia centies edixit, simplices vitiositates, diversa partium indoles, aut mutuae infidelitates etc. validitatem consensus inficere nequent. Ipsum coniugii naufragium minime constituit demonstrationem defectus iudicii discretionis seu incapacitatis assumendi obligationes, nec accipi potest uti signum gravis immaturitatis aut graviter deordinatae personalitatis* (cf. *ad hoc*, ex. gr., *inter permultas Rotaes decisiones*, c. Pinto-Gomez d. 30.VII.1986, c. Boccafola d.25.VI.1990, *Brooklyn*.)» (*ibid.*).

giudizio può giustificarsi solamente attraverso la gravità del disturbo psichico, pur non essendo quest'ultima riconducibile ad una categoria giuridica²⁹. Tale orientamento, considerato valido dalla dottrina minoritaria anche tutt'ora³⁰, mette in luce il nesso tra il capo di nullità e la gravità dello stato morboso che affliggerebbe il soggetto consenziente, ossia «in relazione al grado di severità dei sintomi che la corredano e della prognosi infausta che l'accompagna»³¹. Da qui il passo era molto breve, ossia ritenere che, una volta diagnosticata e conclamata una patologia psichica invalidante – riconducibile solitamente all'ambito delle psicosi –, fosse lecito sostenere, con relativa sicurezza, l'invalidità del consenso prestato³². In altri termini, quello che sembrerebbe abbracciarsi sarebbe il c.d. 'criterio statico' che, tuttavia, non risulta condivisibile dal momento che si profilerebbe il rischio di connessione automatica tra patologia psichica ed incapacità consensuale, o, dall'altro lato, carenza di seria patologia e

²⁹ Ad esempio si pensi ad una *coram* Bruno, *decisio diei 17 iunii 1983*, in R.R.Dec. v. LXXV, p. 361 n. 6, ove si legge: «*Comprobari debet gravem deordinationem psychicam. Deordinatio, etsi ad unum vel ad alium determinatum morbum trahi nequeat, talem tamen perturbationis gradum et amplitudinem in agro humanorum relationum attingit, ut necessaria ponderatio, electio et habilitas ad matrimonium in grave discrimem adducantur*»

³⁰ In argomento ad es. ANTONIO M. ABATE, *Il consenso matrimoniale*, in «Apollinaris», 59, 1986, 3-4, Roma, pp. 445-487: 456, arrivando a sostenere: «In ordine alle persone che ne soffrono deve essere "grave"».

³¹ ENRICA MARTINELLI, *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda: caratteristiche e peculiarità della discretio iudicii*, in «Stato, Chiese e pluralismo confessionale», rivista telematica, LXI, 2017, p. 8. Prosegue inoltre asserendo che: «Infatti una massiva destrutturazione della personalità, a una grave compromissione delle capacità mentali, non può sopravvivere una discrezione di giudizio proporzionata ai contenuti dell'istituto matrimoniale».

³² L'argomentazione in altri termini è riferita anche da PIERO PELLEGRINO, *La capacità di intendere e di volere nel nuovo codice giovanneo paolino (can. 1095, 1-2)*, cit., p. 19 sostiene: «Un tale grave difetto di discrezione di giudizio ha come sua causa una patologia del soggetto che pone l'atto di consenso, cioè, la persona che soffre o per un'assenza di sviluppo psicologico o per una regressione dallo sviluppo psicologico una volta raggiunto, quest'ultima sia temporanea sia duratura». A ciò si aggiunga quanto asserito da: RAYMOND L. BURKE, *Grave difetto di discrezione di giudizio: fonte di nullità del consenso matrimoniale*, cit., p. 142 sostiene che il soggetto manca, nel caso, di quella maturità necessaria alla pienezza dello sviluppo umano.

presenza della capacità³³. Altra dottrina, infatti, è ferma nel sostenere che non è «possibile ricondurre il *gravis defectus* alla grave malattia mentale: quest'ultima certamente, in quanto diagnosticata in modo attendibile, potrà condurre alla soluzione di certe fattispecie, ma non a tutte proprio per l'inopportunità o l'impossibilità di confondere il concetto giuridico di incapacità con quello clinico di malattia»³⁴.

Se il parametro della sola patologia nella propria dimensione deterministica risulta assai riduttivo e, perciò, totalmente da scartare, tuttavia esso ha preso origine da concetti antropologici che tendono a salvaguardare sia la libertà sia la dignità della persona che agisce, estremizzati ed interpretati erroneamente. In questo senso sono, così, da rileggersi, a mo' di conclusione di dibattiti dottrinali e giurisprudenziali, le due allocuzioni di Giovanni Paolo II alla Rota Romana degli anni 1987 e 1988³⁵. In esse si tracciano dei criteri

³³ In argomento si veda PEDRO J. VILADRICH, *Il consenso matrimoniale*, Milano, Giuffrè, 2001, p. 12 ove si legge: «Il fatto di una anomalia psichica può determinare un effetto giuridico, il difetto di capacità consensuale. Questa causalità tra quel fatto psichico e questo effetto giuridico non è automatica, poiché questo effetto giuridico non si ha ogni volta che si presenta un'anomalia di natura psichica». Il medesimo autore in *Commento al can. 1095*, cit., p. 1229, spiega che la natura della 'misura' fornita al grave difetto, ossia la gravità, è da considerarsi *legal y obiectiva*, così che: «La "gravedad" resulta una estimación jurídica, porque se hace con valores jurídicos, cuales son los derechos y deberes matrimoniales. [...] El término grave no alude a la gravedad del trastorno mental o anomalía psíquica de la personalidad o del comportamiento del sujeto, que son categorías diagnósticas médicas y, por lo tanto, a efectos jurídicos, elementos de hecho más o menos esclarecedores».

³⁴ SANDRO GHERRO, *Diritto Canonico (nozioni e riflessioni). II. Diritto matrimoniale*, Padova, Cedam, 2012, p. 89. L'autore prosegue proponendo una soluzione di indagine che eviti ogni forma di generalizzazione, poiché sarebbe «compito della giurisprudenza - ancora utilizzando la metodologia di indagine delineata prima della riforma - procedere caso per caso, per poi specificare parametri di riferimento tramite il formarsi di *communes opiniones* conformi al progresso e alle riflessioni *in similibus*».

³⁵ Si veda IOANNES PAULUS II, *Allocutio ad Prelatos Auditores diei 5 februarii 1987*, cit; IOANNES PAULUS II, *Allocutio ad Prelatos Auditores diei 25 ianuarii 1988*, cit. Il valore di questi due pronunciamenti è ben descritto da NIKOLAUS SCHÖCH, *Gli interventi del magistero pontificio in materia di difetto della discrezione di giudizio*, in *L'incapacità di intendere e di volere nel diritto matrimoniale canonico (can. 1095 nn. 1-2)*, Città del Vaticano, LEV, 2000, pp. 51-80e da: LORENZO GHIZZONI, *Il*

fondamentali, fatti propri dalla giurisprudenza, il cui valore, prima ancora che giuridico è antropologico. Allo scopo, prima di entrare nella analisi di quanto si può evincere dalle Allocuzioni, è bene richiamare quanto riferito dalla giurisprudenza. Una *coram* Erlebach del 2010, in modo pragmatico, sintetizza un aspetto primario: la gravità è connessa alla vera e propria incapacità e non alla mera difficoltà ad utilizzare armonicamente le facoltà intellettive e volitive. Ciò si evince, secondo il Ponente, proprio dal fatto che la norma connoti il difetto di discrezione di giudizio invalidante con un grado, ossia quello di *gravis*, sicché «*“gravis defectus” non significat omnimodam impossibilitatem usus facultatis discretivae et facultatis electivae*». Si prosegue, poi, spiegando che la misura della suddetta incapacità si fonda sulla proporzione con l’oggetto dell’atto da valutare e scegliere, ossia il matrimonio, così da potersi asserire che risulta grave soltanto quella condizione che impedisce al soggetto agente di pervenire ad una forma di autodeterminazione atta al negozio giuridico matrimoniale³⁶.

matrimonio tra psicologia e diritto, in «Quaderni di diritto ecclesiale», 1, 1998, 2, Milano, pp. 118-125. La dottrina in argomento afferma che: «Si dice in modo particolare in quanto indicazioni sullo stesso tema compaiono in diverse altre allocuzioni sia precedenti sia successive a quelle che più analiticamente affrontano questa questione: quelle appunto degli anni 1987 e 1988» (PAOLO BIANCHI, *Quando il matrimonio è nullo?*, cit., p. 187). Altra dottrina arriva a sostenere, in modo ancora più pragmatico, che merito di queste due allocuzioni, insieme a quella di Benedetto XVI del 2009 è quello di «collocare la gravità del *defectus discretionis iudicii* nell’ambito della dogmatica giuridica» (GIORDANO CABERLETTI, *L’insufficiente uso di ragione ed il defectus discretionis iudicii*, in *La giurisprudenza della Rota Romana sul matrimonio (1908-2008)*, Città del Vaticano, LEV («Studi giuridici», LXXXVII) , pp. 77-107: 99). Circa BENEDICTUS XVI, *Allocutio ad Sodales Romanae Rotae diei 29 ianuarii 2009*, in «AAS», CI, Città del Vaticano, LEV, 2009, pp. 124-128: 125 il Pontefice ricorda che: «Le summenzionate allocuzioni, in base ai principi dell’antropologia cristiana, forniscono i criteri di fondo non solo per il vaglio delle perizie psichiatriche e psicologiche, ma anche per la stessa definizione giudiziale delle cause. Al riguardo, è opportuno ricordare ancora alcune distinzioni che tracciano la linea di demarcazione innanzitutto tra “una maturità psichica che sarebbe il punto d’arrivo dello sviluppo umano”, e “la maturità canonica, che è invece il punto minimo di partenza per la validità del matrimonio”».

³⁶ *coram* Erlebach, *decisio diei 4 maii 2010*, Tucsonen., [A. 69/2010], n. 5: «*Locutio “gravis defectus” praesupponit evidenter gradus et agnoscit incapacitatem solummodo*

Queste riflessioni sembrano una esplicitazione delle parole del Pontefice che, nell'Allocuzione citata, afferma: «Solo l'incapacità e non già la difficoltà a prestare il consenso o a realizzare una vera comunità di vita e di amore rende nullo il matrimonio»³⁷. L'urgenza di questa distinzione si ricollega alla necessità di tutelare il *ius connubii*, così che, in assenza di condizioni che limitino sostanzialmente le c.d. facoltà naturali della persona, ritenere qualcuno incapace a contrarre sarebbe da «considerarsi abusivo e non conforme alla realtà dei fatti»³⁸. È innegabile, quindi, che nella nozione di gravità si gioca una posta molto più alta rispetto all'immediata rispondenza alla pretesa di dichiarazione di nullità di matrimonio: essa, infatti, investe l'intera concezione dell'essere umano nella propria capacità di compiere scelte concrete, autodeterminandosi ad esse. Invero, è sempre una delle allocuzioni citate a spiegare la chiamata di ogni uomo a portare a compimento la propria vocazione, nonostante le difficoltà di diversa natura, sia conscia sia inconscia, che possono riscontrarsi, ma anche che, nel medesimo tempo, tali difficoltà non sono tutte atte a coartare

in casu gravis [...]. Eundem effectum obtinet etiam gravis laesio harum facultatum. Mensura illius incapacitatis est generica, nempe criterium proportionalitatis relate ad suum obiectum, attento quod ad valide contrahendum requiritur discretio iudicii matrimonio proportionata. Ergo defectus discretionis dicitur gravis, si quis nequeat pervenire ad aestimationem et ad determinationem matrimonio proportionatam». È da aggiungersi che il Ponente in modo preciso entra nell'analisi dettagliata anche della *conspiratio facultatum*, frustrata dalla gravità dell'anomalia.

³⁷ IOANNES PAULUS II, *Allocutio ad Prelatos Auditores diei 5 februarii 1987*, cit., 1457 n. 7. In argomento commenta PAOLO BIANCHI, *Quando il matrimonio è nullo?*, cit., p. 189, sostenendo che: «Solo una sostanziale disfunzionalità della persona – l'intelligenza e la volontà – potrà produrre l'incapacità della persona stessa all'esercizio del suo diritto naturale al matrimonio».

³⁸ *Ibid.* A ciò si aggiunga che conseguenza di tale modo 'ampio' di intendere l'incapacità avrebbe gravi conseguenze. Infatti: «Non solo la declatoria di nullità di un tale vincolo non può che essere possibile, o per lo meno fondarsi su argomenti assai probabili; ma, e ancor più sostanzialmente, ciò che maggiormente pericola è la stessa libertà dell'uomo, messa in dubbio o negata da chi contesta la possibilità per ogni persona, ancorché non affetta da psicopatologie, di vincolarsi per sempre con un libero e cosciente atto che riguarda l'amante e l'amato, essendo tale capacità non solo influenzata ma determinata da condizionamenti di ordine psicologico e sociale» (ANDREA BETTETINI, *Iustitia et fides. Studi di diritto canonico processuale e matrimoniale*, cit., p. 188).

in senso sostanziale la libertà stessa³⁹. Partendo da questo presupposto, anche in relazione al rapporto con le scienze umane, il Pontefice spiega inequivocabilmente la *ratio* della sottolineatura, che diventa, contestualmente, anche una presa di posizione – e di distanza – dalla modalità interpretativa della patologia che si dà nelle suddette scienze umane: «Mentre per lo psicologo o psichiatra ogni forma di psicopatologia può sembrare contraria alla normalità, per il canonista, che si ispira alla suddetta visione integrale della persona il concetto di normalità, e cioè della normale condizione umana in questo mondo, comprende anche moderate forme di difficoltà psicologica, con la conseguente chiamata a camminare secondo lo Spirito anche fra le tribolazioni e a costo di rinunce e sacrifici. In assenza di una simile visione integrale dell'essere umano, sul piano teorico la normalità diviene facilmente un mito e, sul piano pratico, si finisce per negare alla maggioranza delle persone la possibilità di prestare un valido consenso»⁴⁰. Richiamare questo aspetto significa, in altri termini,

³⁹ Si veda ad es: IOANNES PAULUS II, *Allocutio ad Prelatos Auditores diei 25 ianuarii 1988*, cit., p. 1181 n. 5: «L'uomo dunque porta in sé il germe della vita eterna e la vocazione a far propri i valori trascendentali; egli, però, resta interiormente vulnerabile e drammaticamente esposto al rischio di fallire la propria vocazione, a causa di resistenze e difficoltà che egli incontra nel suo cammino esistenziale sia a livello conscio, ove è chiamata in causa la responsabilità morale, sia a livello subconscio, e ciò sia nella vita psichica ordinaria, che in quella segnata da lievi o moderate psicopatologie, che non influiscono sostanzialmente sulla libertà della persona di tendere agli ideali trascendenti, responsabilmente scelti».

⁴⁰ *Ibid.*, a ciò si aggiunga, avverso la c.d. deresponsabilizzazione, quanto può leggersi in IOANNES PAULUS II, *Littera Encyclica cunctis catholicis Ecclesiae episcopis de quibusdam quaestionibus fundamentalibus doctrinae moralis Ecclesiae: Veritatis Splendor*, in «AAS», LXXXV, Città del Vaticano, LEV, 1993, pp. 1133-1228: 1160 n. 33: «*Simul cum libertatis amplificatione, et inaudite illi refragrans, recens cultura hanc eandem libertatem penitus in controversiam adducit. Nonnullae tamen doctrinae, quae "scientiarum humanarum" uno nomine appellantur, merito animi intentionem in sociales et psychologicas potentias induxerunt, quae magnum habent pondus in libertate exercenda. Harum potentialium cognitio et animi intentio in eas conversa, sunt adeptiones magni momenti, quae variis in provinciis existentiae sunt adhibitae, veluti ex. gr. in educandi arte et in iustitia administranda. At nonnulli, modos rationesque praetergredientes quae ex animadversionibus his deduci possunt, in dubium decavarunt vel denegaverunt ipsam libertatis humanae veritatem*».

ribadire che trattando di grave difetto di discrezione di giudizio ci si riferisce ad un concetto giuridico. La qualifica di *gravis* utilizzata per delimitare il difetto è, allora, una misura prettamente legale che non fa riferimento esclusivamente alla categoria diagnostica medica, ma si collega «al non poter discernere con l'intelletto e non poter impegnarsi con la volontà nella costituzione stessa o instaurazione dei diritti e doveri coniugali»⁴¹.

Messo in luce il presupposto antropologico della nozione di *gravitas*, è sempre l'opera del Pontefice ad inquadrare concretamente la nota in esame, ribadendo a quali condizioni si potrà parlare di 'libertà interna', o di capacità di autodeterminazione, ferita gravemente. Invero, anche in questo caso a riprendere il concetto espresso dal Pontefice sovviene una *coram* Erlebach del 2003 ove, in poche battute, si centra il nodo del problema, asserendo che nella prassi si può trattare di grave difetto di discrezione di giudizio soltanto qualora si sia in presenza di una seria anomalia di ordine psichico, poichè: «*Admonet enim Summus Pontifex, Ioannes Paulus II, quod* "una vera incapacità è ipotizzabile solo in presenza di una seria forma di anomalia che, comunque si voglia definire, deve intaccare sostanzialmente le capacità di intendere e/o di volere del contraente"

⁴¹ PEDRO J. VILADRICH, *Il consenso matrimoniale*, cit., p. 53. Prosegue l'a. sostenendo che: «Ciò che è decisivo non è tanto la gravità medica del disturbo psichico che ha provocato l'indiscrezione di giudizio, né la gravità della sintomatologia statistica della anomalia psichica secondo le classificazioni dei manuali di diagnosi medico-psichiatrica, quanto l'effetto finale di tali cause psichiche sul soggetto». Stante questo, appare importante prendere le distanze da quella dottrina che sembra assolutizzare il rapporto – trattando di interdisciplinarietà del Codice vigente – tra diritto canonico e le scienze umane, arrivando addirittura ad asserire che proprio in questo è da rinvenirsi la novità del Codice vigente, compresa la redazione del can. 1095. Ad es. GABRIELE FATTORI, *Scienza e diritto nella giustizia della Chiesa*, Milano, Vita e Pensiero, 2011, p. 32: «Ma l'arretratezza interdisciplinare del vecchio codice canonico emergeva soprattutto in relazione agli aspetti psicologici del consenso, cioè alle sue dinamiche intellettuale-volizionali, per le quali mancava un canone corrispondente al can. 1095 del Codice 1983 e una corrispondente tripartizione delle fattispecie di nullità matrimoniale per difetto di consenso a causa psichica»

(*Allocutio ad Rotam Romanam diei 5 februarii 1987, AAS, vol. LXXIX, p. 1457, n. 7*)»⁴².

Nonostante la chiarezza espositiva di quanto asserito dal Pontefice, la nozione di ‘seria forma di anomalia’ non è stata così pacifica nella sua applicazione, creandosi così non poche difficoltà ermeneutiche ed interpretative. Un primo dato da tenere presente è che sia dottrina sia giurisprudenza sono concordi nell’affermare che ai criteri dell’incapacità consensuale, quindi della *gravitas*, possono rispondere alcune tra le sindromi patologiche maggiori in campo psichico, come le psicosi giunte allo stadio di malattia conclamata, tanto da esservi chi afferma: «In questo caso si deve registrare una delle poche (forse l’unica) presunzione di carattere generale che la

⁴² *coram Erlebach, decisio diei 28 novembris 2003, R.R.Dec. v. XCV, p. 728 n. 6.* L’Uditore introduce la propria riflessione asserendo che: «*Cum discretio iudicii est iudicium practico-practicum circa realitatem maximi momenti in vita subiecti et ideo ordinarie implicat aestimationem concretam plurium motivorum diversi generis, quae tamen capacitas praesumitur in personis quae pubertatem adeptae sunt ne dicamus de iis, qui consecuti sunt strictiorem gradum aetatis legitimae ad matrimonium contrahendum etiam sub aspectu legislationis loci*». Prosegue poi: «*In praxi forensi sequendum est criterium iuxta quod de gravi defectu discretionis iudicii agi potest tantummodo, si adsit aliqua seria anomalia ordinis psychici*». La dottrina, dal canto proprio, sottolinea che uno dei rischi da cui l’allocuzione vuole mettere in guardia è che: «Un altro caso di equivoco, provocato dal porsi in orizzonti antropologici diversi e dalla non attenzione alla diversità di categorie, è quello che sorge nella valutazione dell’*incapacità*. Il perito, parlando dell’incapacità psichica, spesso prende in considerazione la persona solo per quello che è di fatto con i suoi vizi, difetti e debolezze psicologiche; il giudice, invece, la intende come l’incapacità a realizzare la propria vocazione, cioè l’insieme dei valori essenziali propri del matrimonio, pur adoperando gli sforzi dovuti, le proprie potenzialità e accettando anche il peso e le rinunce che il matrimonio comporta. Così il perito parla di matrimonio invalido, ma si trova spesso di fronte solo ad un matrimonio infelice, per ragioni morali o psicologiche che potrebbero essere accettate e superate con l’aiuto della grazia e con la consulenza di un esperto» (LORENZO GHIZZONI, *Il matrimonio tra psicologia e diritto*, cit., pp. 119-120). Del resto, altra dottrina accreditata, PEDRO J., VILADRICH *Commento al can. 1095*, cit., p. 1229, sottolinea che: «*El término “grave” es el calificativo jurídico aplicable a aquel no poder discernir con el entendimiento y no poder poner en existencia con la voluntad la constitución misma o inestauración (don y aceptación) del vínculo conyugal del que, en un segundo momento lógico, dimanar los deberes conyugales*».

giurisprudenza ha formulato in merito alla prova dell'incapacità: dati episodi di psicosi, soprattutto schizofrenica, in stadio conclamato precedentemente al consenso e dati analoghi episodi successivi a esso, si deve presumere l'incapacità»⁴³. A ben vedere, tale affermazione appare accettabile solo in parte, poiché, pur rimanendo nella linea teorica, se da un lato sembra accogliersi in pieno il senso dell'allocuzione, dall'altro sembra cadere in una forma di determinismo stringente. Infatti, estremizzando questo pensiero ne conseguirebbe la sussistenza di grave difetto di discrezione di giudizio soltanto in presenza di una patologia grave – appunto maggiore. Ciò nonostante, tale forma interpretativa, per di più debitrice delle linee giurisprudenziali più risalenti, è presente ed utilizzata anche in una sentenza del 2002. In essa, a quindici anni delle allocuzioni citate, si fa coincidere il concetto di anomalia psichica e di patologia, affermando che sono gli stessi principi dell'antropologia cristiana, sui quali si fonda la normativa sulla incapacità a contrarre, a richiedere (*expostulare*) una 'severa forma di anomalia ovvero di patologia psichica', poiché solo da ciò può derivare la mancanza di cooperazione armonica tra le facoltà superiori⁴⁴. Pecca di siffatta interpretazione è non riuscire ad essere «funzionale alla traduzione normativa di una corretta visione antropologica»⁴⁵. Infatti, se da un lato questo modo di intendere la

⁴³ PAOLO BIANCHI, *Quando il matrimonio è nullo?*, p. 191; allo stesso modo: ENRICA MARTINELLI, *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda*, cit., pp. 8 s.

⁴⁴ *coram* Stankiewicz, *decisio diei 25 iulii 2002*, cit., n. 5: «*Quin etiam, ipsamet principia anthropologiae christianae, in quibus lex ecclesialis de incapacitate psychica fundatur, severam speciem anomaliae seu pathologiae psychicae expostulant, ut gravis defectus discretionis iudicii verificari possit. In tali enim hypothese modo substantiali laedi possunt sive operationes intellectivae, utpote apprehensivae, reflexivae et criticae, sive operationes volitivae in exercitio libertatis internae seu electionis. Profecto, sicut hac in re periti docent, in casibus gravis psychopathologiae ipse structurae psychicae, quae personam reddunt idoneam exercendi facultates psychicas, substantialiter corrumpuntur*». Il Ponente prosegue richiamando le parole dell'allocuzione già citata.

⁴⁵ PIERO PELLEGRINO, *La capacità di intendere e di volere nel nuovo codice giovanneo paolino (can. 1095, 1-2)*, in «*Revista Española de Derecho Canónico*»,

gravitas permette di evitare un eccessivo ampliamento della nozione di incapacità, comportante anche una coartazione del *ius connubii*, dall'altro possono scaturire due conseguenze. La prima concerne l'inevitabilità del fatto che, non potendosi dare la sovrapposizione tra patologia e capo di nullità a tutta quella serie di disagi mentali e caratteriali rappresentata dai disturbi nevrotici, in caso di presenza di questi sarebbe necessaria una interpretazione quanto mai legata alla maggiore o minore severità del giudice che indaga la validità del consenso rapportando ad esso la patologia minore⁴⁶. Seconda conseguenza, strettamente connessa alla prima, sarebbe che in relazione a questo capo di nullità non si potrebbe offrire alcuna qualificazione giuridica indipendente alle varie condotte attuate dall'asserito incapace, se non quella di epifenomeno della patologia di cui questi soffre, né a quelle poste in essere dall'altra parte, se non di mera circostanza – indipendentemente dal loro essere finalizzate ad ottenere che il presunto incapace consenta alle nozze –.

4. La 'Seria Anomalia': ipotesi di definizione

Considerate queste difficoltà, dottrina e giurisprudenza ormai consolidate sono, invece, concordi nel disancorare il requisito della gravità dai parametri della severità del tipo di disturbo che affligge il soggetto, per ancorarlo, piuttosto, ad una teoria in base alla quale ogni disturbo mentale, che porta con sé una peculiare sintomatologia e

LXIII, 2006, Pamplona, pp. 9-45: 19. In più l'a. si scaglia contro quella dottrina che ritiene l'espressione: «Dal punto di vista strettamente logico, pleonastica in quanto già implicita in quella di *defectus* nel senso sostanziale di insufficienza naturale al consenso; mentre va considerata avere un significato per così dire pratico e di chiarezza normativa per evitare interpretazioni estensive».

⁴⁶ Cfr. ENRICA MARTINELLI, *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda*, cit., p. 12. Invero, l'a. arriva ad esasperare la posizione interpretativa legata alla patologia asserendo che la patologia maggiore veniva considerata sinonimo di invalidità del vincolo, aspetto che, invece, è meglio riferito da PAOLO BIANCHI, *Quando il matrimonio è nullo?*, p. 191 s., quando da un lato parla della *praesumptio iuris*, e dall'altro della impossibilità di presumere il grave difetto di discrezione di giudizio in presenza delle patologie minori per cui: «Anche nel caso dei cosiddetti disordini della personalità si deve presumere la capacità consensuale del soggetto, restando l'ipotesi dell'incapacità piuttosto eccezionale» (*Ibid.*).

potenzialità destrutturante, può considerarsi idoneo ad inficiare la capacità di autodeterminazione dell'agente⁴⁷. In altri termini, la linea ormai maggioritaria abbandona l'identificazione del concetto di 'grave anomalia psichica' con quello di 'grave patologia', così da sostenersi che non sia più importante la c.d. etichetta diagnostica della stessa condizione dell'agente, piuttosto, la sua attitudine ad inficiare le facoltà superiori in ordine al consenso⁴⁸. È, dunque, accreditabile quella dottrina secondo cui: «La formulazione diagnostica, pur senza dubbio preziosa [...] non è tuttavia determinante: in realtà il criterio

⁴⁷ In argomento singolare è la posizione di DAVID MARIA JAEGER: *La "inutilità" della perizia nell'evoluzione dottrinale e giurisprudenziale*, in *L'incapacità consensuale tra innovazione normativa e progresso scientifico*, Città del Vaticano, LEV («Annales», VIII), 2019, pp. 79-93: 82 s. L'Uditore rotale muove dal fatto che: «La legge stessa non fa alcuna menzione circa il doversi attribuire il *gravis defectus discretionis iudicii* a *causae naturae psychicae*, quindi meno ancora ad un morbo o ad una anomalia, che richiederebbero una perizia». Si lamenta poi il fatto che la giurisprudenza e la dottrina per non poco tempo abbiano percorso una strada che richiedeva la presenza di una malattia psicologica, al fine di fondare la gravità della anomalia. Conclude poi il ragionamento asserendo che: «Tuttavia si possono verificare sviluppi e sfumature anche in senso alquanto diverso, specie qualora si tratti di *gravis defectus discretionis iudicii* dovuto alla mancanza di libertà interna, originata non già da qualche anomalia psichica, bensì dall'impatto delle circostanze. Infatti, considerato che l'effetto invalidante il consenso prestato *ob metum gravem* sarebbe, in radice, da attribuire all'effetto prodotto da tale *metus* nell'animo del nubente, anche del tutto sano, potrebbe essere arduo spiegare perché non riconoscere tale effetto (limitante eccessivamente la libertà interna) qualora prodotto nell'animo del nubente sano dalle circostanze in cui sia venuto a trovare». Quella che si propone, quindi, benché limitatamente all'azione della funzione elettiva, è la considerazione dell'asserito incapace nella sua totalità di essere agente, così rifuggendosi la limitazione all'ambito delle scienze psichiatriche per sostenersi la gravità dell'alterazione delle facoltà superiori.

⁴⁸ Così ed. es: GIORDANO CABERLETTI, *L'insufficiente uso di ragione ed il defectus discretionis iudicii*, cit., p. 100 afferma: «Proprio perché la *discretio iudicii* non è un concetto clinico, ma giuridico, pur riconoscendo la validità delle diagnosi dei periti psichiatri o psicologi, per il giudice è necessaria non tanto la determinazione del nome scientifico, ma la prova della *gravis perturbatio*»; oppure: ANGELO AMATI, *L'immatrità psico-affettiva e matrimonio canonico*, cit., p. 139, anche se c'è una tendenza a sovrapporre il termine anomalia a quella di disturbo: «La cosa rilevante in sede giuridica non è tanto l'anomalia o il disturbo in sé, quanto piuttosto la gravità dell'effetto, cioè l'incidenza sulla facoltà descrittiva di giudizio che rende incapaci al consenso».

della *gravitas* voluto dal legislatore, deve vedersi garantita una ‘mobilità’ per così dire, tanto verticale quanto orizzontale nell’ambito, vasto quanto evanescente, dei disagi mentali»⁴⁹. In questa visione risulta ancora più necessario per il giudice indagare non solo su tutti gli elementi clinici ed epidemiologici della patologia – lieve o grave che sia – addotta dalla parte in giudizio quale causa dell’incapacità, ma anche su tutti quei dati fattuali e circostanziali che permettano comprendere come la personalità dell’agente possa essere definita affetta da grave forma di anomalia⁵⁰. Questo modo di intendere l’anomalia non solo fornisce delle risposte adeguate alle situazioni più complesse e di minor immediatezza nella comprensione, ma permette anche di conferire valore confacente a fatti definibili patologici soltanto in senso improprio, poiché derivanti da fattori esogeni, come l’abnorme autosuggerione derivante da elementi esterni⁵¹.

⁴⁹ ENRICA MARTINELLI, *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda*, cit., 13. In effetti è anche da riferirsi che questa forma di mobilità, o apertura, che dir si voglia, verso le forme meno pervasive di patologia, quali le nevrosi, era già iniziata anche nella dottrina più risalente, ove si poteva leggere: MARIO F. POMPEDDA, *Progetto e tendenze attuale della giurisprudenza sulla malattia mentale e il matrimonio*, in «Ius canonicum», v. XXIII, 1983, Pamplona, pp. 59-89: 61: «Non tanto interessa qui sottolineare l'indifferente uso della parola ‘malattia’ o anche ‘stato morboso’ per diversissime condizioni psichiche in alcune delle quali tale termine è almeno ambiguo, quanto piuttosto l'estensione del medesimo non solo perché comporta una identica conclusione di incapacità psichica al matrimonio, ma altresì e soprattutto perché giunge ad includere nel concetto di malattia mentale anche condizioni anomale o immature della volontà del soggetto o della personalità, verificandosi così una gradazione estesissima in cui difficilmente si ravvisano i confini tra psichiatria e psicologia».

⁵⁰ In argomento si veda GIANFRANCO ZUANAZZI, *Psicologia e psichiatria nelle cause matrimoniali canoniche*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», XCIII), 20122, pp. 247 spiega che: «La psicoanalisi usa il termine nevrosi di carattere, equivalente a quello di personalità patologica. Esso designa gli stati nevrotici apparentemente asintomatici, in cui il conflitto difensivo non si traduce nella formazione di sintomi bensì in un’organizzazione patologica del carattere e in modi di comportamento. Il concetto non è ben delimitato e finisce per designare qualsiasi nevrosi apparentemente asintomatica in cui l’organizzazione patologica è rivelata dal tipo di carattere».

⁵¹ Ad esempio, si può vedere: PIERO AMENTA, *Sindromi di dipendenza comportamentale e consenso matrimoniale. Aspetti canonistici*, in *Dipendenze psicologiche e consenso matrimoniale*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», 88 | REVISTA SCIENTIA CANONICA

Siffatto tipo di valutazione della *gravitas* è descritto ed applicato in modo inequivocabile anche in una *coram Alwan* del 2004, ove il Ponente riesce a coordinare in modo netto gli elementi soggettivi ed oggettivi della nota in esame del difetto di discrezione di giudizio, per poi concludere che le argomentazioni poste derivano tanto dalle condizioni psicologiche quanto dalle circostanze fattuali presenti al tempo del consenso⁵². La sentenza è esemplificativa nel trattare del grave difetto, soprattutto per quel che concerne la facoltà

LXXIV), 2009, pp. 181-201. L'a., affrontando il problema dei c.d. disturbi dei controlli degli impulsi o delle c.d. alterazioni della condotta da mancato controllo degli impulsi, spiega che si è chiamati a riferirli alla categoria della c.d. dipendenza psichica e ritiene che: «È necessario però precisare anche che tali disturbi assumono un significato psicopatologico solo allorquando giungono ad intensità tale da impedire al soggetto di poter resistere alla spinta di determinati impulsi generando essi, in tal modo, un'incapacità del soggetto ad autodeterminarsi liberamente o, quantomeno, la determinazione ad agire in uno stato di coartazione della coscienza» (p. 185).

⁵² Cfr. *coram Alwan*, *decisio diei 11 maii 2004*, R.R.Dec. v. XCVI, p. 287 n. 6. «*Hae rationes fluunt tam ex condicione psychica personae et ex circumstantiis, tempore consensus, quam ex ipsius institutione seu humana psychicae historia, tempore evolutivo infantiae aut adolescentiae*». È bene, tuttavia, in questa sede inserire anche la completezza del ragionamento effettuato dal Ponente: «*Gravitas, de qua in can. 1095, n.2, relate ad defectum discretionis, semper habita est a iurisprudencia veluti fundata in iure naturali, duplici sub aspectu idest subiectivo et obiectivo. Subiectivo sub aspectu, gravitas respicitur ut gravis defectus aut etiam carentia plena facultatum intellectivarum et volitivarum: «Itaque sub adspectu subiectivo gravis defectus discretionis iudicii existimatur ratione habita gravitatis conditionis psychicae ipsius contrahentis, in quam redundant disfunctiones in sphaera intellectiva, volitiva necnon affectionum seu emotionum. Deinde idem discretionis defectus sub adspectu obiectivo aestimatur habita ratione sive irrepitibilis identitatis dignitatisque ipsius personae compartis, sive gravitatis essentialium iurium officiorumque coniugalium, in bonis coniugum, prolis, fidei et sacramenti essentialiter consistentium, cum quibus facultatum psychicarum acti vitas debitam proportionem servare debet (cf. coram infr. Ponente, sent. 17 decembris 1987, Singaporen., n. 3)» (Decis., coram Stankiewicz, diei 23 feb. 1990, R.R.Dec., vol. LXXXII, p. 154, n.5; cf. Decis., coram Huber, diei 26 oct. 1994, R.R.Dec., vol. LXXXVI, p. 502, n. 5). Gravis anomalia, ex natura psychica, quoque haud probata, adest discretionis iudicii defectus quando probata est, quamlibet ob rationem gravem, carentia internae libertatis in persona contrahenti. Legitur in una coram Lefebvre: «Requiritur ad gravem contractum, ut se praebebat matrimonialis contractus, certa harmonia variarum structurarum ipsius personalitatis, quae harmonia destruitur constitutiva quadam*

volitiva, collegandone l'origine non solo ad una patologia psichica, che per di più si concede che possa anche essere lieve, ma anche ad un insieme di circostanze fattuali che hanno mosso necessariamente il nubente al matrimonio. La dottrina a sua volta teorizza questo aspetto quando afferma che nella *discretio iudicii* viene ricompresa anche la capacità di elezione immune da impulsi interiori. In questi casi la *gravitas* può essere anche configurata «dall'esito o la somma di una carenza psichica di per sé non grave, ma che si rivela tale per il concorso di peculiari fattori o circostanze che rendono la scelta matrimoniale indirizzata in modo determinante ad un unico oggetto»⁵³, o, per dirlo con le parole della giurisprudenza: «*Ex quadam anomalia una cum peculiarissimis adiunctis impellentibus subiectum ad actus ponendos quod sponte non fecisset*»⁵⁴. Ulteriore elemento che viene messo in luce è che, in ogni modo, non si può prescindere dall'elemento nosografico, ossia almeno la presenza di una forma di debolezza psichica, che sia il fondamento su cui le circostanze esogene influiscono per impedire l'attuazione sufficiente delle facoltà

instabilitate, suggestionabilitate, mutabilitate affectionis, catatimia, incapacitate tolerandi minimas frustrationes, dummodo gradum attingant qui rectum volitionis processum impediunt... Tunc enim... ipsa personalitas in sua structura impedit profunde processus omnes electionis maturae, quae postulat perpensam decisionem et deliberationem consilii» (Decis. diei 8 iulii 1967, R.R.dec., vol. LIX, p. 563, n.3). *Hae rationes fluunt tam ex condicione psychica personae et ex circumstantiis, tempore consensus, quam ex ipsius institutione seu humana psychicaque historia, tempore evolutivo infantiae aut adolescentiae».*

⁵³ PAOLO MONETA, *Le sentenze coram Sciacca nella giurisprudenza rotale*, «Il Diritto Ecclesiastico», CXXII, Pisa-Roma, 2012, 1-2, pp. 225-285: 227.

⁵⁴ *coram Sciacca, decisio diei 17 martii 2006*, cit., n. 9. Spiega ancora più chiaramente il Ponente: «*Verum, alia ex parte, quod ediximus in una nuperrima diei 16 iun. 2005, Salernitana, coram infrascripto Ponente, scilicet quia 'gravitas' de qua Lex edicit - ('Sunt incapaces matrimonium contrahendi... qui laborant gravi defectu discretionis iudicii', can. 1095, 2) - non necessario provenire debet dumtaxat a gravi psychica anomalia sed - cum de internae libertatis carentia agatur - potest, in determinatis casibus, scatere una insimul et coniunctim ('combinato disposto') ex quadam anomalia una cum peculiarissimis adiunctis impellentibus subiectum ad actus ponendos quos sponte non fecisset, quae circumstantiae seu adiuncta locum habuerint tempore efformationis matrimonialis consensus (nn. 8-11)».*

volitive⁵⁵, anche se, si ribadisce in un'altra sentenza icastica, sempre del medesimo Ponente, altro è richiedere la presenza di una condizione morbosa quale una patologia maggiore, altro è ammettere il momento dei tratti di personalità connotanti una fragilità minore⁵⁶.

Da questa riflessione si può ricavare una conseguenza di ordine sistematico, ossia l'impossibilità di inquadrare le conseguenze della personalità patologica in modo fisso, al punto da rendersi necessario analizzare l'alterazione dei dinamismi psicologici così come si presenta caso per caso⁵⁷. Ne discende che sia dottrina sia giurisprudenza conferiscano sempre maggiore momento a quelle circostanze che aggravino la già fragile situazione psichica dell'agente, impedendogli sia la valutazione critica sia l'elezione commisurate al negozio giuridico che si sta compiendo⁵⁸. In sintesi,

⁵⁵ *Ibid*: «Attamen, hisce in casibus, esto non requiratur gravitas deordinationis, in se spectatae, exigitur certo certius existentiae anomaliae cuiusdam, quae contrahentem significant prouti subiectum pronum ac proclivem ad debilitatem ita ut complexus circumstantiarum impellentium in eodem contrahente producere veram debuisset autoimpulsionem exinde verum defectum liberae electionis coniugalis».

⁵⁶ Cfr. *coram Sciacca, decisio diei 26 martii 2009, Novarien.* [A. 42/2009], in *Le sentenze coram Sciacca nella giurisprudenza rotale*, cit., pp. 249-259, p. 251 n. 8: «Non autem praetermittendum est quod a Lege minime requiritur ut adsint condiciones morbosae quae laedere possint usum rationis vel iudicii discretionem, sed satis est – ad consensum irritandum – quod morbida condicio funditus vulneret capacitatem voluntatis nupturientis ad illud totius vitae consortium constituendum, id est ad assumendas obligationes coniugii essentielles».

⁵⁷ In argomento v. ENRICA MARTINELLI, *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda*, cit., p. 15: «A conclusione di questa doverosa disamina dei disturbi che accompagnano la personalità patologica e che frequentemente vengono sottoposti all'esame della giurisprudenza ecclesiastica in materia di *defectus discretionis iudicii*, non può non rilevarsi come il requisito della gravità di tale *defectus* possa caratterizzare, secondo diverse graduazioni, ciascuna delle anomalie che affliggono la psiche umana, senza che la presenza di alcuna di quelle patologie sia di per sé significativa ai fini dell'accertamento della *gravitas* della mancanza della necessaria maturità di giudizio».

⁵⁸ La giurisprudenza mette in luce come vi possano essere circostanze, quale ad esempio la gravidanza inopinata, che possono condurre, pur in assenza di patologia psichica, ad una forma coartata della prolazione del consenso. Ad es. *coram Salvatori, decisio diei 20 iunii 2018, Tarnovien.*, [A 127/2918], n. 5: «Ast libertas interna minui vel supprimi potest multis ex causis, inter quas necopinata praegnantia eminet, si

per quel che concerne il difetto di discrezione di giudizio, si può sostenere che ricercarne la *gravitas* significhi fare «riferimento al grado dell'effetto giuridico finale della causa psichica sulla capacità consensuale di quel determinato soggetto»⁵⁹.

Proseguendo, rileva che in una *coram* McKay, in merito ad un effetto giuridico così prorompente, si possano dare due tipi di cause, così componendo quanto finora richiamato. La prima, *habitualis*, riconducibile alla c.d. base nosografica, cioè la situazione di morbosità; la seconda, *transitoria*, ossia l'insieme di circostanze particolari che impediscono all'agente la sufficiente attività delle facoltà superiori volta al matrimonio⁶⁰. Ovviamente, più la causa c.d.

autem coniungitur cum personalitate nubentis valde deordinata vel saltem valde immatura, ita ut consensus nuptialis a voluntate deliberata non promanet». Per quanto concerne la dottrina, ad es., ILARIA ZUANAZZI, COLAIANNI NICOLA, *La gravidanza inattesa: valore presuntivo nella giurisprudenza rotale*, in «Stato, Chiese e pluralismo confessionale», Rivista telematica, XII, 2018, pp. 23-29 rapporta la circostanza al difetto di libertà interna, affermando: « Se sussiste un disturbo che compromette strutturalmente le facoltà di discernimento e di elezione del nubendo, l'evento della gravidanza imprevista si viene a inserire in un quadro psicopatologico preesistente, con diversi effetti: può operare come un fatto destabilizzante che aggrava una situazione già compromessa, oppure può agire come una mera *causa nubendi*, che induce il nubendo a sposarsi e, per le modalità in cui viene assunta questa decisione, può anche configurare una manifestazione o un sintomo del disturbo, ma non porta ad aggravare la sua condizione complessiva».

⁵⁹ PEDRO J. VILADRICH, *Il consenso matrimoniale*, cit. p. 21. Prosegue inoltre l'a. spiegando che: «La gravità è proprio questo effetto giuridico finale: mancare, secondo una delle tre modalità della capacità che attribuisce al consenso la specifica volontarietà richiesta per la sua validità».

⁶⁰ Così la *coram* McKay, *decisio diei 11 iulii 2016*, Maiaguezen., [A 125/2016], inedita, n. 5: «*Causa incapacitatis, seu aliqua anomalia psychica, distinguitur in habitualement aut transitoriam. Sæpius in causis matrimonialibus habetur anomalia habitualis, vel psychoses vel plerumque deordinatio aliqua personalitatis. Causa vero transitoria ob confluentiam plurium elementorum in adiunctis peculiaribus in subiecto nulla laborante deordinatione habituali capacitatem discernendi matrimonii obligationes essentielles interdum suppressere potest. Verumtamen, argumentum non est facile admittendum, potius e complexu circumstantialium familiarium necnon socialium demonstrandum, una cum adiunctis conversationis partium sumptarum*». Invero, alla luce di quanto analizzato, la sentenza non appare accettabile nella misura in cui sembra accogliere la totale assenza di qualsivoglia elemento nosografico al fine di rinvenire la mancata cooperazione delle facoltà superiori.

habitualis sarà debole tanto più quella *transitoria* dovrà essere caratterizzata da elementi fattuali che inequivocabilmente possono essere ricondotti a situazioni idonee ad influire fortemente sulle capacità critica-comprensiva e volitiva dell'agente. È quindi la concertazione di stato personologico e dell'ambiente circostante che influisce – o addirittura determina – la formazione del consenso, per questo motivo nessuno dei due ambiti può essere pretermesso dall'indagine valoriale.

A supportare la sopraesposta nozione di gravità viene, infine, la riflessione sulla abitualità o la attualità del capo di nullità di cui si tratta, caratteristica che, a maggior ragione, dipende dal valore che si conferisce alla patologia psichica (intesa in senso stretto) in relazione al consenso. Infatti, la giurisprudenza tratta l'argomento precipuamente in relazione alla causa della incapacità, ossia anomalia psichica. Si legge in una *coram* Bottone del 2014 che gli stati morbosi o le anomalie gravi devono essere presenti al momento delle nozze, poiché non avrebbero incidenza sul consenso le patologie psichiche sanate prima del matrimonio o sorte dopo: in questo caso sarebbe da dimostrarsi la loro sussistenza, per lo meno in forma latente già al momento stesso della prolocazione del consenso⁶¹. Questa affermazione, stante quanto finora osservato, risulta non del tutto condivisibile, dal momento che con essa sembra porsi un necessario ed imprescindibile collegamento tra difetto di discrezione di giudizio e patologia psichica, tale da non permettere di conferire valore a gradazioni inferiori della patologia che, accompagnata ad altre circostanze, possa però ledere le facoltà superiori. Invece

⁶¹ Cfr. *coram* Bottone, *decisio diei 10 iulii 2014*, cit., n. 7. «*Graves hae perturbationes vel anomaliae praesentes esse debent momento quo nuptiae celebrantur et non sanatae. Nullum momentum, enim, pro irritando matrimonio habere possunt perturbationes forte ante matrimonium expertae sed sanatae, vel post celebratum matrimonium supervenientes, sed demonstrari possit absque dubio ipsas praesentes iam fuisse, saltem in forma latenti, sed realiter et iam influentes momento quo consensus praestitus est*». Altra dottrina si sofferma ad analizzare l'attualità o l'abitualità dello stato di natura mentale per definire o meno l'incapacità di cui si tratta (vide: ENRICA MARTINELLI, *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda*, cit., pp. 1-7).

quanto deve essere indagato per considerare la presenza della incapacità *in decernendo* è fondato sul fatto che: «La discrezione di giudizio riguarda sempre uno stato abituale del soggetto, pur ammettendo delle fasi, degli episodi»⁶². La natura dinamica del matrimonio e, allo stesso modo, il processo formativo del consenso di cui si occupa il can. 1095 n. 2, impongono che tanto abituale debba essere la cooperazione tra le facoltà per giungere alla valida prolazione del consenso, quanto abituale il difetto perché sia invalido⁶³. Ne consegue che la questione, talvolta semplicemente posta in relazione alla causa della incapacità, sia fuorviante per lo specifico capo di nullità di cui si tratta, dal momento che riguarderebbe, piuttosto, il rapporto con l'uso di ragione, necessario nel momento della prolazione del consenso⁶⁴. Allo stesso modo,

⁶² MIGUEL ANGEL ORTIZ, *Le dichiarazioni delle parti, la prova documentale e testimoniale e la loro portata processuale nelle cause ex can. 1095, 1-2*, in *L'incapacità di intendere e di volere nel diritto matrimoniale canonico (can. 1095 nn. 1-2)*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», LII), 2000, pp. 337-381: 376. L'a. prosegue spiegando: «Certamente un soggetto può essere privo del sufficiente uso di ragione al momento di porre il segno nuziale e allo stesso tempo possedere una discrezione di giudizio abituale; e d'altra parte può esercitare un sufficiente uso di ragione per intendere e volere l'atto del segno nuziale come atto umano, e mancare dell'autogoverno di sé o dei suoi atti, proporzionata ai diritti e doveri coniugali che dice di dare e ricevere». A sostenere che la discrezione di giudizio sia da considerarsi uno stato abituale si veda PEDRO J. VILADRIK, *Il consenso matrimoniale*, cit., p. 48.

⁶³ In Ivi, p. 51, si afferma che: «Benché il contraente debba possedere discrezione di giudizio nel momento in cui presta il consenso, la qualificazione giuridica di questa discrezione valuta uno stato biografico di maturità il cui sufficiente possesso o grave difetto ha una natura abituale».

⁶⁴ Del resto, anche la dottrina sottolinea che: «Uso di ragione e discrezione di giudizio si distinguono per la differenza dell'oggetto del consenso sul quale si costituiscono. L'atto del segno nuziale o atto di manifestazione del consenso, secondo la definizione contenuta nel canone 1104, ha un evidente carattere attuale, per cui la mancanza di sufficiente uso di ragione si misura in quel momento, benché di fatto derivi da un disturbo abituale, persino congenito» (Ivi, p. 50): Allo stesso modo, per comprendere entro quali termini la questione era presentata sotto la vigenza della vecchia codificazione si veda PIETRO AGOSTINO D'AVACK, *Cause di nullità e di divorzio nel diritto matrimoniale canonico*, pp. 122 s. Per ulteriore approfondimento si consenta il rimando a: PAOLO LOBIATI, *L'autodeterminazione nel consenso matrimoniale canonico*, cit., pp. 116-127 ove si rinviene proprio nella attualità la nota che distingue

insistere su questo aspetto condurrebbe necessariamente a sbilanciare l'asse dell'indagine sull'attualità della patologia così che, ancora una volta, si ritornerebbe ad incentrare la problematica non tanto sull'attitudine delle facoltà superiori a giungere alla decisione nuziale, quanto sulla gravità diagnostica della condizione psicologica. A ciò si aggiunga che si toglierebbe qualsivoglia valore o significato alle circostanze che hanno influito sulla scelta nuziale, facendo venir meno la necessità di indagine più attenta al singolo vissuto personale che alla presenza o meno di una situazione morbosa definita inabilitante.

5. Un argomento processuale

A rafforzare la tesi secondo cui la *gravitas* sia da ricercare nell'impossibilità di compiere un atto umano nella totalità della vicenda del nubente, viene anche un argomento di natura processuale, ricavabile dalla interpretazione della possibilità, sancita nel can. 1678 §3, di omettere al perizia qualora *evidenter inutilis appareat*⁶⁵. Sulla questione non manca giurisprudenza che riconduce siffatta inutilità alla valutazione, caso per caso, della presenza di argomenti medici o fattuali che mettano in luce la presenza di una malattia mentale in grado di fondare l'incapacità⁶⁶.

la carenza del sufficiente uso di ragione dal grave difetto di discrezione di giudizio. Nel primo caso sarà da indagare esclusivamente la condizione psicologica abnorme, richiedendosi la presenza di una condizione attuale.

⁶⁵ È da notarsi che, secondo la dottrina, pur trattandosi di una eccezione alla norma, quindi da interpretarsi *stricto sensu* a norma del can. 18, tuttavia lo stesso disposto del can. 1678 §3 non specificando se il *nisi evidenter inutilis appareat* debba riferirsi solo alla possibilità di sentenze affermative, permette l'omissione della perizia in ipotesi c.d. "di segno negativo" (cfr. PAOLO BIANCHI, *Le perizie mediche e, in particolare, quelle riguardanti il can. 1095*, in Hector Franceschi – Joaquín Llobell - Miguel A. Ortiz, *La nullità del matrimonio: temi processuali e sostantivi in occasione della "Dignitas Connubii"*, Roma, EUNSA, 2005, p. 154 s.).

⁶⁶ Cfr. *coram* Turnaturi, *decisio diei 21 novembris 1997*, in R.R.Dec. v. LXXXIX, p. 832 n. 19: «*Quamvis peritorum votum, nedum utile, verum necessarium aliquando sit ubi de psychica anomalia alterutriusque partis agitur, non desunt rotales decisiones quae attentis conclamationis signis deordinationis personalitatis necessitatem iudicii peritalis non urgent*». In questa sentenza la perizia pur effettuata in primo grado non viene per nulla citata nella parte *in facto*, come se fosse di fatto irrilevante.

Questa interpretazione appare, però, riduttiva poiché debitrice della identificazione della incapacità con la malattia psichica. Più vevoli risultano altre osservazioni dottrinali che, inoltre, mettono in luce alcuni aspetti della incapacità di cui si sta trattando. Infatti, se vi è chi sostiene essere maggiormente utile il ricorso ad un approfondimento peritale nei casi di incapacità di assumere gli oneri essenziali del matrimonio, considerato l'esplicito richiamo normativo alle cause di natura psichica⁶⁷, non manca chi, all'opposto, ritiene che proprio nei casi di difetto di discrezione di giudizio debba ritenersi di massima efficacia l'intervento del Perito, specialmente qualora non ci si trovi davanti ad una vera e propria patologia psichica ma ad un grave turbamento assommato a circostanze esterne⁶⁸. Ciò che importa è che, riferendosi alla incapacità in *decernendo*, il discorso sull'intervento del Perito richieda di guardare innanzitutto come a dare origine alla incapacità non sia soltanto la patologia, ma anche – e soprattutto – l'insieme dei fatti, ossia le circostanze. Stante questo aspetto è assodato nella giurisprudenza che la perizia appaia inutile in presenza di elementi incontrovertibili – siano essi documenti clinici ovvero delle circostanze fattuali – che permettono di fornire un chiaro

⁶⁷ Cfr. ad es. ELENA DI BERNARDO, *Commento: Officialité interdiocésane de Rennes-Angers*, in «Monitor Ecclesiasticus», CXXX, Roma, 2015, 2, pp. 413-423: 415: «Di fatto il parere peritale sarà più utile se l'incapacità accusata riguarda l'assunzione degli oneri essenziali coniugali, piuttosto che l'insufficiente uso di ragione o la mancanza di discrezione di giudizio». Similmente, DAVID MARIA JAEGER, *La "inutilità" della perizia nell'evoluzione dottrinale e giurisprudenziale*, cit., p. 81 s. Specialmente a pag. 82 il Ponente sottolinea che la questione risulta essere più radicata in ambito sostantivo che processuale.

⁶⁸ Cfr. ROBERTO PALOMBI, *Il Giudice e la valutazione delle Perizie*, in «Apollinaris», LXXXVIII, Roma, 2011, pp. 59-111: 64: «Il ruolo dei Periti viene considerato di massima utilità proprio nei casi in cui non si tratti di una patologia psichica ma soltanto di un grave turbamento che "*accidenter et transeunter mentem afficiat*"». A questo si aggiunga una *coram* Boccafola, *decisio diei 20 novembris 2003*, in R.R.Dec. v. XCV, p. 684 n. 9 e 10. Invero, nella sentenza citata dall'a., non è proposto alcun principio generale sulla perizia ma trattatosi del difetto di libertà interna e della possibilità che questi sia portato anche da una mera *anomalya psychica*, al n. 10 si richiama che: «*Ad constabiliendam capacitatem eliciendi liberum et validum consensum matrimoniale, valde iuvat iudicium peritorum*».

inquadramento della situazione psichica del soggetto al tempo delle nozze. Ne consegue che, proprio dalla riflessione sulla norma processuale, si evince come la grave anomalia di cui si tratta, originante l'incapacità, non sia indagata soltanto dal punto di vista clinico, ma sia da rinvenirsi, anzitutto, nei fatti che denotano menomazioni nel processo decisionale *tout court* considerato⁶⁹. Dunque, riferendosi al *gravis defectus discretionis iudicii*, anche dal punto di vista probatorio, appare più preciso trattare di condizione psichica del soggetto, non di presenza di patologia, considerato che anche l'opera giurisprudenziale è arrivata a sostenere l'inutilità dell'opera del Perito qualora dalle tavole processuali non emergano circostanze tali da descrivere una menomazione del processo⁷⁰. In altri termini, la giurisprudenza

⁶⁹ Anche la riflessione dottrinale che segue la riforma del processo matrimoniale del 2015, in materia di inutilità della perizia, trattando di quando questo mezzo di prova sia stato considerato inutile in cause che abbiano ottenuto decisione affermativa, asserisce: «La perizia risulta essere inutile in presenza di elementi incontrovertibili – siano essi documenti clinici, siano essi delle circostanze fattuali – che permettano di avere un chiaro inquadramento della situazione psichica del soggetto al tempo delle nozze e del suo influsso nel consenso». Ancora più netta appare la posizione nel caso in cui la perizia sia ritenuta inutile in senso negativo, cioè: «Qualora, da tutti questi mezzi di prova, emerga l'assenza di qualsivoglia elemento fattuale attestante una condizione anomala, fondamento dell'eventuale incapacità. Non sono pochi gli Uditoi che ritengono che la perizia sia inutile ogniqualevolta dalle tavole processuali non emergano fatti od elementi idonei a dimostrare l'agito anomalo dell'assunto incapace. [...] Il raggiungimento della certezza morale si fonda sulla dimostrazione di fatti, considerati prove di prim'ordine, mentre la perizia – secondo questa linea dottrinale – sarebbe da considerarsi prova di second'ordine» (MAURO BUCCIERO, *Inutilità della perizia ai sensi del can. 1678 §3: alcune riflessioni a partire da una sentenza coram Caberletti*, in *Iustitia et sapientia in humilitate. Studi in onore di Mons. Giordano Caberletti*, Tomo II, a cura di Roberto Palombi, Héctor Franceschi, Elena Di Bernardo, Città del Vaticano, LEV, («Annales», XII), pp. 703-723: 720 s.).

⁷⁰ Cfr. *coram* Stankiewicz, *decisio diei 20 iulii 1995*, in R.R.Dec. v. LXXXVII, p. 515 n. 25: «*Quod si partium ac testium depositiones nulla signa gravis defectus discretionis iudicii in alterutra vel in utraque parte denotent, hisce in rerum adiunctis opera peritorum inutilis evidenter appareat*». La citazione è ripresa anche nella *coram* Huber, *decisio diei 22 maii 2002*, Pinanghen., [A. 59/2002] inedita, n. 13, ove, prima di concludere per una negativa, si afferma: «*Universis actis pervolutis, Auditores de turno necessarium non duxerunt opera periti vel peritorum*

rotale non si è limitata a dichiarare inutile il ricorso alla perizia qualora i documenti e le circostanze conducessero alla certezza morale sulla situazione patologica del soggetto agente, ma anche qualora da tutti questi mezzi di prova si rinveniva l'assenza di qualsivoglia elemento fattuale attestante una condizione anomala, fondamento della eventuale incapacità⁷¹. In sintesi, si può concordare nel sostenere che dottrina e giurisprudenza, nel valutare le occasioni di inutilità della perizia nei casi di incapacità *in decernendo*, muovono la riflessione dalla comprensione di diritto sostantivo che vede il capo di nullità quale svincolato dalla necessità di patologia grave, assumendo il concetto di anomalia grave quale assommarsi di condizioni soggettive ed oggettive che impediscono nell'agente la *conspiratio facultatum*⁷².

6. Conclusioni: il valore dei fatti in relazione alla *gravitas*

La nozione di *gravitas* che si è sostenuta in questo breve saggio impone la riflessione sulla collocazione dei fatti storici all'interno dell'architettura dell'incapacità *in decernendo*. Infatti si è visto come nelle decisioni si eviti qualsivoglia forma di determinismo

uti. Acta enim satis ostendunt immaturitatem psychoaffectivam tempore nuptiarum talem gradum non attingisse, ut vir capacitate matrimonii contrahendi orbaretur».

⁷¹ Cfr. GRAZIANO MIOLI, *Prove lecite, prove utili e poteri del giudice istruttore alla luce della Dignitas Connubii*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale. Rivista telematica* 2008, II, p. 22 s.: «La mitigazione del precetto è stata intesa dalla giurisprudenza rotale in un duplice senso: quando i segni del morbo della mente sono molti, certi e non ambigui o quando manchino completamente».

⁷² Interessante è quanto si legge nella *coram* Salvatori, *decisio diei 22 octobris 2020*, Detroiten., [A. 129/2020], n. 7, ove, dopo essersi citata la regola generale sull'utilizzo dell'opera dei Periti per il raggiungimento della certezza morale, si sostiene: «*Cum agatur de causa dimetienda de defectu libertatis internae quando libertas ab extrinseco et ab intrinseco difficillime distingui potest – sicuti in praesentiarum –, peritia inutilis videri potest et, si facta adiunctaque omnia ad unum corrivant, evidenter quoque inutilis. Namque, si una ex parte valet illud «Testimonia cribranda sunt sub luce quaestionis, utrum necne vir anxietate, ideis obsessivis, impulsibus incoercibilibus, motibus abnormibus ad matrimonium eligendum sit compulsus» (coram Huber, sent. diei 31 iulii 1997, cit., p. 697, n. 5) – ut defectus libertatis internae invicte probetur –, ex altera, quando causa ex can. 825 CCEO de plano diiudicari quoque potest, peritia evidenter inutilis certo certius apparet».*

dal punto di vista sia morale sia nosografico, valutando le condotte dell'agente non semplicemente nel loro aspetto oggettivo ed assoluto ma in relazione alla totalità della vicenda delle parti, così da comprendere se il difetto di discrezione di giudizio invocato a base della nullità del matrimonio fosse grave o meno.

Tale valutazione porta a concludere che le condotte fattuali, nelle cause in cui è messa sotto accusa l'autodeterminazione nel momento formativo del consenso, sono da valutarsi in relazione alla loro attitudine di circostanze dotate di forza tale da dimostrare la sussistenza dell'incapacità a consentire in chi le attua. Questo modo di comprendere è fortemente ancorato alla nozione di 'grave anomalia' ancorata alle parole del Sommo Pontefice Giovanni Paolo II, intesa come necessaria presenza di 'debolezza psichica' da assommarsi alla presenza di circostanze esterne determinanti. Infatti, interpretare l'incapacità di cui al can. 1095 n. 2 soltanto alla luce della patologia psichica e della sua gravità comporta conseguenze che si scontrano con l'antropologia cristiana, da un lato, e con la corretta comprensione dell'atto del consenso, dall'altro. Questo criterio, infatti, rischia di instaurare una prassi deterministica che potrebbe causare sia una *praesumptio pro nullitate*, in presenza di una delle patologie maggiori, sia, di converso, una *praesumptio pro validitate*, che esula da quella *iuris* del can. 1060, in assenza di queste. Dal siffatto modo di agire deriva una vera e propria inversione dei termini, « attribuendo alla medicina e alla perizia psichiatrica la responsabilità dello *ius*, e cioè di determinare se un matrimonio sia valido o nullo »⁷³. Rifuggire tale tipo di interpretazione, del resto, permette anche di salvaguardare la nozione di peculiarità e di singolarità di ogni singolo caso concreto che si presenta al giudice, chiamato, in primo luogo, a comprendere –

⁷³ PEDRO-JUAN VILADRIK, *È necessaria una riforma del canone 1095?*, in *La ricerca della verità sul matrimonio e il diritto a un processo giusto e celere*, cit., pp. 205-222: 210, che prosegue spiegando: «Questa ragione così profonda è la medesima che sta dietro ad altra considerazione che non deve essere dimenticata. La malattia psichica non è sinonimo di incapacità a contrarre il matrimonio. La presenza di episodi schizofrenici o di certe depressioni, tanto per fare qualche esempio, non sono di per sé causa di nullità».

ed a fornire – qualificazione giuridica più idonea ad ogni fatto che viene allegato in giudizio⁷⁴.

In sintesi, stante quanto finora affrontato è necessario che il criterio ermeneutico per l'indagine sulla sussistenza o meno del grave difetto di discrezione di giudizio sia il consenso, nella sua duplice nozione soggettiva ed oggettiva⁷⁵, da rapportarsi alla condizione dell'agente nella idoneità delle facoltà superiori a porre in essere un atto umano. Perciò, è necessario comprendere come determinati fattori, sia endogeni – patologie psichiche – sia esogeni – anche condotte messe in atto da terzi – possano incidere sulle facoltà superiori di chi dà vita all'atto consensuale attraverso un percorso decisionale, alla luce dell'importanza del negozio-sacramento. Allo scopo sarà fondamentale indagare non solo la presenza o l'assenza di una determinata condizione morbosa, ma anche analizzare i fatti descritti nelle tavole processuali, attribuendo loro il corretto valore, così che, qualificati come fatti giuridici, possano ritenersi o meno idonei a costituire il difetto grave inficiante il consenso⁷⁶.

⁷⁴ Circa il ruolo/potere del Giudice di fornire qualificazione giuridica ai fatti storici allegati dalle parti, si consenta il rimando a: PAOLO LOBIATI, *Nullitas Matrimonii ob defectum consensus: implicazioni processuali attuali*, in «Apollinaris», 92, Roma, 2019, 1, pp. 193-219: 199. Trattandosi del ruolo del Giudice e del dovere di questi di fornire un *nomen iuris* ai fatti sottoposti alla valutazione, si spiega che: «Il Giudice, nel suo incedere *in decernendo*, sia chiamato a concentrarsi in modo precipuo sui fatti storici che mettano in luce, all'interno della relazione giuridica analizzata, la sussistenza di un valido Consenso ovvero di un suo *defectus*, non rimanendo vincolato riduttivamente alla qualificazione giuridica, ossia al *nomen*, che ad essi era stato attribuito all'inizio della Causa nella formulazione del *dubium*».

⁷⁵ In questo senso risulta inaccettabile quella parte della dottrina che ritiene doversi suggerire di: «Mettere in quarantena anche l'altro criterio ermeneutico che riguarda la struttura personologica dell'atto umano del contraente, che è stato chiamato consenso soggetto» per il fatto che: «Come il conoscere e sempre conoscere qualcosa e il volere è sempre volere qualcosa, la natura del consenso è conseguenza della sua subordinazione al matrimonio, che è il suo oggetto reale e concreto» (PEDRO-JUAN VILADRICH, *È necessaria una riforma del canone 1095?*, cit., p. 211).

⁷⁶ Per quel che invece concerne il c.d. fatto giuridico, si consenta il rimando a quella linea dottrinale che: «Identifica la *causa petendi* nel processo matrimoniale non con la qualificazione giuridica dei fatti, quale è il capo di nullità, ma con i fatti storici stessi allegati dalle parti alla domanda e dimostrati in sede di giudizio, che assumono, in sede valutativa, qualificazione di «fatti giuridici»» (PAOLO LOBIATI,

Bibliografia

ABATE A.M., *Il consenso matrimoniale*, in «Apollinaris», 59, 1986, 3-4, Roma, pp. 445-487.

AMATI A., *L'immaturità psico-affettiva e matrimonio canonico*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», LXXXV), 2009.

AMENTA P., *Sindromi di dipendenza comportamentale e consenso matrimoniale. Aspetti canonistici*, in *Dipendenze psicologiche e consenso matrimoniale*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», LXXIV), 2009, pp. 181-201.

BAÑARES J.I., *Il senso della discrezione di giudizio secondo il canone 1095 n. 2*, in *Discrezione di giudizio e capacità di assumere: la formulazione del canone 1095*, a cura di Hector Franceschi, Miguel A. Ortiz, Milano, Giuffrè, 2013, pp. 145-168.

BENEDICTUS XVI, *Allocutio ad Sodales Romanae Rotae diei 29 ianuarii 2009*, in «AAS», CI, Città del Vaticano, LEV, 2009, pp. 124-128.

BIANCHI P., *Il canone 1095*, in *Matrimonio e disciplina ecclesiastica*, Milano, Glossa, 1996, pp. 63-84.

BIANCHI P., *Il difetto di discrezione di giudizio circa i diritti e i doveri essenziali del matrimonio*, in *Diritto matrimoniale canonico*, v. II, pp. 73-89.

BIANCHI P., *Le perizie mediche e, in particolare, quelle riguardanti il can. 1095*, in Hector Franceschi – Joaquín Llobell - Miguel A. Ortiz, *La nullità del matrimonio: temi processuali e sostantivi in occasione della "Dignitas Connubii"*, Roma, EUNSA, 2005.

BIANCHI P., *Quando il matrimonio è nullo?*, Milano, Ancora, 2008.

BUCCIERO M., *Inutilità della perizia ai sensi del can. 1678 §3: alcune riflessioni a partire da una sentenza coram Caberletti*, in *Iustitia et sapientia in humilitate. Studi in onore di Mons. Giordano Caberletti*, Tomo II, a cura di Roberto Palombi, Héctor Franceschi,

Qualificazione di fatto storico e caput nullitatis nel processo canonico, in «Ius Ecclesiae», XXXIII, Milano, 2021, 1, pp. 67-88: 77).

Elena Di Bernardo, Città del Vaticano, LEV, («Annales», XII), pp. 703-723.

CABERLETTI G., *L'insufficiente uso di ragione ed il defectus discretionis iudicii*, in *La giurisprudenza della Rota Romana sul matrimonio (1908-2008)*, Città del Vaticano, LEV («Studi giuridici», LXXXVII), pp. 77-107.

DI BERNARDO E., *Commento: Officialité interdiocésane de Rennes-Angers*, in «Monitor Ecclesiasticus», CXXX, Roma, 2015, 2, pp. 413-423.

FATTORI G., *Scienza e diritto nella giustizia della Chiesa*, Milano, Vita e Pensiero, 2011.

FUMAGALLI CARULLI O., *Il matrimonio canonico tra principi astratti e casi pratici*, Milano, Vita e Pensiero, 2014.

GHERRO S., *Diritto Canonico (nozioni e riflessioni). II. Diritto matrimoniale*, Padova, Cedam, 2012.

GHIZZONI L., *Il matrimonio tra psicologia e diritto*, in «Quaderni di diritto ecclesiale», 1, 1998, 2, Milano, pp. 118-125.

IOANNES PAULUS II, *Littera Encyclica cunctis catholicae Ecclesiae episcopis de quibusdam quaestionibus fundamentalibus doctrinae moralis Ecclesiae: Veritatis Splendor*, in «AAS», LXXXV, Città del Vaticano, LEV, 1993, pp. 1133-1228.

JAEGER D.M., *La "inutilità" della perizia nell'evoluzione dottrinale e giurisprudenziale*, in *L'incapacità consensuale tra innovazione normativa e progresso scientifico*, Città del Vaticano, LEV («Annales», VIII), 2019, pp. 79-93.

LOBIATI P., *L'autodeterminazione nel consenso matrimoniale canonico. Linee dottrinali e giurisprudenziali*, Milano, Educatt, 2023.

LOBIATI P., *Nullitas Matrimonii ob defectum consensus: implicazioni processuali attuali*, in «Apollinaris», 92, Roma, 2019, 1, pp. 193-219.

LOBIATI P., *Qualificazione di fatto storico e caput nullitatis nel processo canonico*, in «Ius Ecclesiae», XXXIII, Milano, 2021, 1, pp. 67-88.

MARTINELLI E., *Il defectus discretionis iudicii nel sistema matrimoniale canonico. Parte seconda: caratteristiche e peculiarità della discretio iudicii*, in «Stato, Chiese e pluralismo confessionale», rivista telematica, LXI, 2017.

MIOLI G., *Prove lecite, prove utili e poteri del giudice istruttore alla luce della Dignitas Connubii*, in *Stato, Chiese e pluralismo confessionale. Rivista telematica* 2008, II.

MONETA P., *Il diritto al matrimonio (can. 1058)*, in *Diritto matrimoniale canonico*, v. I, I Roma, LEV («Studi Giuridici», LVI), 2003, pp. 191-206.

MONETA P., *Le sentenze coram Saccia nella giurisprudenza rotale*, «Il Diritto Ecclesiastico», CXXII, Pisa-Roma, 2012, 1-2, pp. 225-285.

ORTIZ M.A., *Le dichiarazioni delle parti, la prova documentale e testimoniale e la loro portata processuale nelle cause ex can. 1095, 1-2*, in *L'incapacità di intendere e di volere nel diritto matrimoniale canonico (can. 1095 nn. 1-2)*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», LII), 2000, pp. 337-381.

OTADUY J., *Comento al can. 18*, in *Comentario Exegético al código de derecho canónico*, vol. I, Pamplona, EUNSA, 2023, pp. 372-379.

PALOMBI R., *Il Giudice e la valutazione delle Perizie*, in «Apollinaris», LXXXVIII, Roma, 2011, pp. 59-111.

PELLEGRINO P., *La capacità di intendere e di volere nel nuovo codice giovanneo paolino (can. 1095, 1-2)*, in «Revista Española de Derecho Canónico», LXIII, 2006, Pamplona, pp. 9-45.

POMPEDDA M.F., *Annotazioni sul diritto matrimoniale nel nuovo codice canonico*, in Mario F. Pompedda, *Studi di diritto matrimoniale canonico*, Milano, Giuffrè, 1993, pp. 161-356.

POMPEDDA M.F., *Il canone 1095 del nuovo Codice di diritto canonico tra elaborazione precodiale e prospettive di sviluppo interpretativo*, in «Ius canonicum», XXVII, 1987, Pamplona, pp. 535-555.

POMPEDDA M.F., *Progetto e tendenze attualie della giurisprudenza sulla malattia mentale e il matrimonio*, in «Ius canonicum», v. XXIII, 1983, Pamplona, pp. 59-89.

SALVATORI D., *Forme di dipendenza internet-correlata: nuove tecnologie e nullità di matrimonio alla luce della recente giurisprudenza della rota Romana (2003-2018)*, in *L'incapacità consensuale tra innovazione normativa e progresso scientifico*, Città del Vaticano, LEV («Annales», VIII), 2019, pp. 283-320.

SCHÖCH N., *Gli interventi del magistero pontificio in materia di difetto della discrezione di giudizio*, in *L'incapacità di intendere e di volere nel diritto matrimoniale canonico (can. 1095 nn. 1-2)*, Città del Vaticano, LEV, 2000, pp. 51-80.

VILADRICH P.J., *Il consenso matrimoniale*, Milano, Giuffrè, 2001.

ZUANAZZI G., *Psicologia e psichiatria nelle cause matrimoniali canoniche*, Città del Vaticano, LEV («Studi Giuridici», XCIII), 2022.

ZUANAZZI I., COLAIANNI N., *La gravidanza inattesa: valore presuntivo nella giurisprudenza rotale*, in «Stato, Chiese e pluralismo confessionale», Rivista telematica, XII, 2018, pp. 23-29.

**JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL
DA ROTA ROMANA**

Alocução aos Oficiais do Tribunal da Rota Romana na inauguração do Ano judiciário (27 de janeiro de 2023)¹

Address to Officials of the Rota Romana Tribunal at the inauguration of the judicial Year (January 27, 2023)

Papa Francisco

Estimados Prelados Auditores!

Agradeço ao Decano as suas amáveis palavras e saúdo-vos cordialmente e a todos aqueles que desempenham funções na administração da justiça no Tribunal Apostólico da Rota Romana. Renovo o meu apreço pelo vosso trabalho a serviço da Igreja e dos fiéis, sobretudo no âmbito dos processos relativos ao matrimônio. Fazeis tanto bem com isto!

Hoje gostaria de partilhar convosco algumas reflexões sobre o matrimônio, porque, na Igreja e no mundo, há uma forte necessidade de redescobrir o significado e o valor da união conjugal entre homem e mulher sobre os quais se funda a família. De fato, um aspecto certamente não secundário da crise que afeta tantas famílias é a ignorância prática, tanto pessoal como coletiva, acerca do matrimônio.

A Igreja recebeu do seu Senhor a missão de proclamar a Boa Nova, e ela ilumina e sustenta também aquele «mistério grande» que é o amor conjugal e familiar. Pode-se dizer que toda a Igreja é uma grande família, e de uma maneira muito especial por meio da vida daqueles que formam uma igreja doméstica, ela recebe e transmite a luz de Cristo e do seu Evangelho no âmbito familiar. «Seguindo a Cristo que “veio” ao mundo “para servir” (Mt 20, 28), a Igreja considera o serviço à famí-

¹ FRANCISCO, Redescobrir o matrimônio como vínculo habitado pelo amor de Deus, in *L'Osservatore Romano*, edição semanal em português. Cidade do Vaticano, v. 54, n. 5 (2805), p. 7, fev. 2023.

lia uma das suas obrigações essenciais. Neste sentido, tanto o homem como a família constituem “a via da Igreja”» (São João Paulo II, *Carta às Famílias*, 2 de fevereiro de 1994, 2).

O Evangelho da família remete para o desígnio divino da criação do homem e da mulher, ou seja, para o «princípio», segundo as palavras de Jesus: «Não lestes que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher, e disse: por isso o homem deixará o pai e a mãe e se unirá à sua mulher, e serão os dois uma só carne? Portanto, já não são dois, mas uma só carne. Pois bem, o que Deus uniu, não o separe o homem» (Mt 19, 4-6). E este ser *uma só carne* faz parte do plano divino de redenção. São Paulo escreve: «Este mistério é grande: digo-o com referência a Cristo e à Igreja!» (Ef 5, 32). E São João Paulo II comenta: «Cristo renova o desígnio primitivo que o Criador inscreveu no coração do homem e da mulher, e, na celebração do sacramento do matrimônio, oferece um «coração novo»: assim os cônjuges podem não só superar a «dureza do coração» (cf. Mt 19, 8), mas também e sobretudo compartilhar o amor pleno e definitivo de Cristo, nova e eterna Aliança feita carne» (Exort. ap. *Familiaris consortio*, 22 de novembro de 1981, 20).

O matrimônio segundo a Revelação cristã não é uma cerimônia ou um acontecimento social, nem é uma formalidade; nem é um ideal abstrato: *é uma realidade com a sua exata consistência*, não «uma mera forma de gratificação afetiva, que se pode constituir de qualquer maneira e modificar-se de acordo com a sensibilidade de cada um» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 24 de novembro de 2013, 66).

Podemos perguntar-nos: como é possível que se realize uma união tão envolvente entre o homem e a mulher, uma união fiel e para sempre e da qual nasça uma nova família? Como é isto possível, dadas as limitações e a fragilidade dos seres humanos? Convém que nos façamos essas perguntas e que nos deixemos surpreender diante da realidade do matrimônio.

Jesus dá-nos uma resposta simples e ao mesmo tempo profunda: «Pois bem, o que Deus uniu não o separe o homem» (Mt 19, 6). «O próprio Deus é o autor do matrimônio», como afirma o Concílio Vaticano II (cf. Const. past. *Gaudium et spes*, 48), e pode-se entender em referência a cada união conjugal. De fato, os cônjuges dão vida à sua união com o livre consentimento, mas apenas o Espírito Santo tem o

poder de fazer de um homem e de uma mulher uma só existência. Além disso, «o Salvador dos homens e esposo da Igreja vem ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do matrimônio» (*ibid.*, 48). Tudo isto nos leva a reconhecer que todo verdadeiro matrimônio, até o não sacramental, é um dom de Deus aos cônjuges. O matrimônio é sempre um dom! A fidelidade conjugal apoia-se na fidelidade divina, a fecundidade conjugal funda-se na fecundidade divina. O homem e a mulher são chamados a aceitar este dom e a corresponder-lhe livremente com o dom recíproco de si.

Esta bela visão pode ser considerada utópica, pois parece não ter em conta a fragilidade humana, a inconstância do amor. A indissolubilidade é muitas vezes concebida como um ideal, e a mentalidade de que o casamento dura enquanto houver amor tende a prevalecer. Mas de que amor se trata? Também aqui há frequentemente falta de consciência do verdadeiro amor conjugal, reduzido ao nível sentimental ou a meras satisfações egoístas. Ao contrário, o amor conjugal é inseparável do próprio matrimônio, no qual o amor humano, frágil e limitado, encontra o amor divino, sempre fiel e misericordioso. Pergunto-me: pode haver um amor «devido»? A resposta encontra-se no mandamento do amor, tal como Cristo o disse: «Um novo mandamento vos dou: que vos ameis uns aos outros; assim como eu vos amei, vós também vos deveis amar uns aos outros» (Jo 13, 34). Podemos aplicar este mandamento ao amor conjugal, também ele um dom de Deus. Esse mandamento pode ser cumprido porque é Ele mesmo que sustenta os cônjuges com a sua graça: «assim como eu vos amei, amai-vos vós também». Trata-se de um dom confiado à sua liberdade com os seus limites e as suas quedas, de modo que o amor entre marido e mulher necessita de contínua purificação e amadurecimento, de compreensão e perdão recíproco. Quero salientar este último aspecto: as crises escondidas não são resolvidas no escondimento, mas no perdão recíproco.

O matrimônio não deve ser idealizado, como se ele só existisse onde não há problemas. O plano de Deus, sendo colocado nas nossas mãos, é sempre imperfeitamente realizado, e, no entanto, «a presença do Senhor habita na família real e concreta, com todos os seus sofrimentos, lutas, alegrias e propósitos diários. Quando se vive em família, é difícil

fingir e mentir, não podemos mostrar uma máscara. Se o amor anima esta autenticidade, o Senhor reina nela com a sua alegria e a sua paz. A espiritualidade do amor familiar é feita de milhares de gestos reais e concretos. Deus tem a sua própria habitação nesta variedade de dons e encontros que fazem maturar a comunhão. Esta dedicação une “o humano e o divino” porque está cheia do amor de Deus. Em suma, a espiritualidade matrimonial é uma espiritualidade do vínculo habitado pelo amor divino» (Exort. ap. pós-sinodal *Amoris laetitia*, 19 de março de 2016, 315).

É preciso redescobrir a realidade permanente do matrimônio como vínculo. Esta palavra por vezes é encarada com suspeita, como se fosse uma imposição externa, um fardo, um «laço» em oposição à autenticidade e liberdade do amor. Se, por outro lado, o vínculo for entendido precisamente como ligame de amor, então revela-se como o núcleo do matrimônio, como dom divino que é fonte da verdadeira liberdade e que preserva a vida matrimonial. Neste sentido, «a pastoral pré-matrimonial como a matrimonial devem ser, antes de mais nada, uma pastoral do vínculo, na qual se ofereçam elementos que ajudem quer a amadurecer o amor, quer a superar os momentos duros. Estas contribuições não são apenas convicções doutrinárias, nem se podem reduzir aos preciosos recursos espirituais que a Igreja sempre oferece, mas devem ser também percursos práticos, conselhos bem encarnados, estratégias tomadas da experiência, orientações psicológicas» (*ibid.*, 211).

Estimados irmãos e irmãs, sublinhamos que o matrimônio, dom de Deus, não é um ideal nem uma formalidade, mas que o matrimônio, dom de Deus, é uma realidade com a sua exata consistência. Agora gostaria de salientar que ele é *um bem!* Um bem extraordinário, um bem de valor extraordinário para todos: para os próprios cônjuges, para os seus filhos, para todas as famílias com as quais entram em relação, para a Igreja inteira, para toda a humanidade. É um bem que se difunde, que atrai os jovens a responder com alegria à vocação matrimonial, que conforta e reaviva continuamente os cônjuges, que dá muitos e diversos frutos na comunhão eclesial e na sociedade civil.

Na economia cristã da salvação, o matrimônio constitui, antes do mais, a via mestra para a santidade dos próprios cônjuges, uma santidade vivida na rotina diária da vida: este é um aspecto essencial do

Evangelho da família. É significativo que a Igreja proponha hoje como exemplos de santidade alguns casais; e estou também a pensar nos inúmeros cônjuges que se santificam e edificam a Igreja com aquela santidade à qual chamei «a santidade da porta ao lado» (cf. Exort. ap. *Gaudete et exsultate*, 19 de março de 2018, 4-6).

Entre os muitos desafios que afetam a pastoral familiar na sua resposta aos problemas, às feridas e aos sofrimentos de cada pessoa, agora penso nos casais em crise. A Igreja, tanto os Pastores como os demais fiéis, acompanha-os com amor e esperança, procurando apoiá-los. A resposta pastoral da Igreja procura transmitir de modo vital o Evangelho da família. Neste sentido, um recurso fundamental para enfrentar e superar crises é renovar a consciência do dom recebido no sacramento do matrimônio, um dom irrevogável, uma fonte de graça com a qual sempre podemos contar. Na complexidade das situações concretas, que por vezes exigem a colaboração das ciências humanas, esta luz sobre o próprio matrimônio é parte essencial do caminho de reconciliação. Assim, a fragilidade, que permanece sempre e também acompanha a vida conjugal, não levará à ruptura, graças ao poder do Espírito Santo.

Queridos irmãos e irmãs, alimentemos sempre em nós o espírito de reconhecimento e gratidão ao Senhor pelos Seus dons; e assim poderemos também ajudar os outros a nutri-lo nas diferentes situações da vida.

Que Nossa Senhora, Virgem fiel e Mãe da Graça Divina o obtenha para nós. Invoco os dons do Espírito Santo sobre o vosso serviço à verdade do matrimônio.

Abençoo-vos de coração.

E peço-vos, por favor, que rezeis por mim. Obrigado!

Acta Tribunalium Sanctae Sedis. Romanae Rotae Tribunal

Coram R. P. D. Francisco Viscome, Ponente¹

Sentença definitiva por grave defeito de descrição de juízo e incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio (6 de novembre de 2020)²

Tradutor: Leonardo Rosa Ramos³

I. - Facti species. - Anno 1969 penes coetum paroecialem mutuam habuerunt notitiam d.nus Antonius, actor in causa, catholicus, qui tunc suae aetatis annum decimum quintum attigerat et d.na Maria, conventa, item catholica, novem circiter mensibus natu minor. Sese placuerunt iuvenes et amatoriam intexuerunt conversationem, carnali quoque indulgentes intimitati, deindeque decisionem sacro vinculo se iungendi ceperunt. Nuptiae canonicae celebratae sunt die 10 septembris 1978 in Ecclesia paroeciali posita intra fines Archidioecesis Mutinensis-Nonantulanae.

1. - Facti species. - No ano de 1969, o senhor Antônio, autor da causa, católico, que tinha completado a idade de 15 anos, e a senhora Maria, demandada, também ela católica, mais jovem cerca de nove meses, conheceram-se num grupo paroquial. Os jovens apaixonaram-se mutuamente e instauraram uma relação amorosa, mantendo também relações íntimas, e depois decidiram unir-se com vínculo sagrado. O casamento canônico foi celebrado no dia 10 de setembro de 1978 numa Igreja paroquial da Arquidiocese de Modena-Nonantola.

¹ Capelão de Sua Santidade, Prelado Auditor do Tribunal da Rota Romana e Juiz da Corte de Apelação do Estado da Cidade do Vaticano.

² A sentença foi gentilmente enviada à Revista Scientia Canonica para publicação pelo Prof. Vincenzo Fasano, diretor desta revista e docente da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino *in Urbe*.

³ Doutor em Letras Cristãs e Clássicas, com ênfase na didática das línguas clássicas, e professor convidado de latim junto à Universidade Pontifícia Salesiana e ao Pontifício Ateneu Santo Anselmo, em Roma. Entre 2009 e 2011, integrou a Academia *Vivarium Novum* em Roma. Com a arqueóloga portuguesa Filomena Barata, é coautor de “Glossário de termos latinos para a Arqueologia”, em dois volumes.

Convictus iugalis, ortu novem filiorum laetatus, plures per annos perrexit ast infelix evasit ob diversitatem partium indolum et agendi rationum; quam ob rem anno 2010 terminatus est cum vir domum iugalem dereliquit. Separatio legalis, instante muliere, pronuntiata est mense martio 2013, quam secutum est civile divortium mense aprili 2018 a Rei publicae Tribunali statutum. Post divortium vir actor unionem civilem cum alia muliere contraxit.

2. - *Die 15 octobris 2015 vir supplicem porrexit libellum Tribunali Reg. Aemiliano, competenti ratione contractus, expetens ut nullum declaretur suum matrimonium cum d.na Maria contractum ob defectum discretionis iudicii et ob incapacitatem adsumendi onera coniugalia essentialia ex utraque parte. Collegio constituto, libello admissio, vocata in ius muliere conventa, concordatum est dubium iuxta formulam a viro propositam. Instructoria peracta est per auditionem partium sexque testium, e quibus tres ex parte actoris fuerunt, tres vero ex parte conventae. Huc accedunt duae peritiae, altera ex officio altera privata, super viro tantum exaratae. Admissa sunt etiam nonnulla documenta. Reiecta a limine Decreto Vicarii Iudicialis diei 16 iunii 2017 instantia*

A vida conjugal, alegrada pelo nascimento de nove filhos, durou muitos anos, mas não chegou a bom termo por causa da diferença de índoles e dos modos de agir das partes; por esta razão, a convivência chegou ao fim no ano de 2010, quando o homem abandonou a casa. A separação legal, sob instância da mulher, foi decretada no mês de março de 2013, seguida pelo divórcio civil decretado pelo Tribunal Civil no mês de março de 2018. Depois do divórcio, o autor contraiu união civil com outra mulher.

2. - No dia 15 de outubro de 2015, o autor apresentou o libelo ao Tribunal Regional Emiliano, competente em razão do contrato, pedindo a declaração de nulidade do seu matrimônio com a senhora Maria por defeito de descrição de juízo e por incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio de ambas as partes. Constituído o Colégio, admitido o libelo, chamada em juízo a demandada, foi concordado o *dubium* segundo a fórmula apresentada pelo autor. A instrutória foi realizada mediante a oitiva das partes e de seis testemunhas, sendo três da parte do autor e três da parte da demandada. Acrescentam-se duas perícias realizadas somente no autor, uma *ex officio* e outra privada. Foram acolhidos também alguns outros documentos. Rejeitada liminarmente com Decreto do Vigário Judicial do dia 16 de junho de 2017 a instância do Advogado

Patroni conventae de Praesidis Collegii recusatione et recurren- te Patrono conventae dein praefata instantia admissa ad pertractationem una cum causa principali, expletis explendis, die 7 novembris 2017 aditum Tribunal quaestionem incidentalem a Patrono conventae suscitata negative dimisit et sententiam pro vinculo ad omnia tulit.

Actore appellante, causa pervenit ad H. A. T. ubi, Turno rite constituto, die 2 maii 2018, dubium statutum est iuxta genericam formulam: An constet de matrimonii nullitate, in casu. Instante Patrocinatu actoreo, annuente Patrono pro conventa, Partes per litteras rogatorias denuo auditaе sunt una cum teste a viro indicato. Secutae sunt peritia privata super viro et relatio peritalis ex officio. Actis publicatis et rite expleta phasi disceptatoria, Nostrum est hodie respondere ad dubium modo statutum.

da demandada sobre um indeferimento do Presidente do Colégio, e tendo o mesmo Advogado interposto recurso, a mencionada instância foi acolhida para ser tratada juntamente com a causa principal e, completado o que havia de se completar, no dia 7 de novembro o Tribunal rejeitou a questão incidental suscitada pelo Advogado da demandada e emanou a sentença em favor do vínculo em todos os aspectos.

Tendo o autor apelado, a causa chegou a este Tribunal Apostólico, onde, constituído o Turno segundo os ritos, no dia 2 de maio de 2018 foi concordado o *dubium* sob a fórmula genérica: *Se consta de nulidade do matrimônio, no caso.* Sob instância do Advogado do autor e com anuência do Advogado da demandada, as Partes foram ouvidas novamente por meio de um questionário escrito, juntamente com uma testemunha indicada pelo autor. Seguiram-se uma perícia privada sobre o autor e o relatório pericial *ex officio*. Publicados os autos, e completada a fase de discussão segundo os ritos, cabe-Nos hoje responder ao *dubium* acima concordado.

3. - In iure. - *Quamvis matrimonium, de cuius nullitate ob defectum discretionis iudicii et ob incapacitatem adsumendi onera coniugalia essentialia ad normam can. 1095, nn. 2-3, heic fit disceptatio, sub regimine Codicis Piani-Benedictini celebratum sit, nihilominus definiri potest iuxta dispositionem*

3. - In iure. - Embora o matrimônio, cuja nulidade por defeito de discrição de juízo e por incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio à norma do o cân. 1095, n. 2-3, discute-se aqui, tenha sido celebrado sob o regime do Código Piano-Beneditino,

novi Codicis, qui et casibus incapacitatis psychicae expresse cavet (can. 1095). Nam communis et constans iurisprudencia Nostri Fori normam novi Codicis de incapacitate psychica etiam matrimoniis sub vetere Codice initis applicare consuevit, quia formulatio novi canonis 1095 principia iuris naturalis explicat, quae in Codice vetere saltem implicite continebantur (cf. Communicationes 2 [1971], p. 77).

4. - *Consensus, ut par sit ad validum matrimonium ineundum, esse debet actus humanus. «Est autem homo dominus suorum actuum per rationem et voluntatem, unde et liberum arbitrium esse dicitur facultas voluntatis et rationis. Illae ergo actiones proprie humanae dicuntur, quae ex voluntate deliberata procedunt» (Thomas Aquinas, Summa Theologiae, I-II, q. 1, art. 1), id est procedens ex voluntate deliberata in quantum voluntas sequitur deliberationem rationis.*

Omnibus pernotescit vero in iudicii discretionem duo praecipua momenta processus deliberativi exstare, primam nempe facultatem intellectivam, qua contrahens, supposita necessaria scientia matrimonii, apta facultate critica aestimationis ac ponderationis, perpendere valet, non modo in abstracto sed etiam in concreto, scilicet

este todavia pode ser definido segundo as disposições do novo Código, o qual dispõe expressamente também sobre os casos de incapacidade psíquica (cân. 1095). Com efeito, a comum e constante jurisprudência do Nosso Foro, de praxe, aplica a norma do novo Código sobre a incapacidade psíquica também aos matrimônios contraídos sob o antigo Código, pois a formulação do novo cânon 1095 expõe os princípios do direito natural, que eram contidos, ao menos implicitamente, no antigo Código (cf. *Communicationes* 2 [1971], p. 77).

4. – O consentimento, para que seja apto a tornar o matrimônio válido, deve ser um ato humano. «Ora, senhor das suas ações o homem o é pela razão e pela vontade: sendo por isso o livre arbítrio chamado faculdade da vontade e da razão. Portanto, chamam-se ações propriamente humanas as procedentes da vontade deliberada» (Thomas Aquinas, *Summa Theologiae*, I-II, q. 1, art. 1), isto é, que procedem da vontade deliberada enquanto a vontade segue a deliberação da razão. Sabe-se que na discrição de juízo existem dois momentos característicos do processo deliberativo, dos quais o primeiro é a faculdade intelectual, mediante a qual o contraente, supostos o necessário conhecimento do matrimônio e a adequada faculdade crítica de discernimento e de ponderação, é capaz de refletir não só abstratamente, mas também concretamente

relate ad nuptias quas ipse contrahere intendit; alteram nempe facultatem volitivam, quae postulat nubentis sufficientem libertatem sive ab extrinseco sive ab intrinseco, id est in motivis aestimandis atque in dominandis interioribus pulsionibus, ita ut germana auto-determinatio haberi possit. Aliis verbis, si decisio matrimonialis non ex nupturientis voluntate profluat sed unice ex eius incoercibilibus pulsionibus internis, illa decisio libera certo dici non potest. Namque -legitur in una coram Defilippi- «requisita libertas psychologica non pulsionibus internis opponitur; sed exigit ut interni impulsus non sint illius naturae et gravitatis quae impediatur sanam aestimationem criticam et voluntatem necessario ad unum determinet» (Coram Defilippi, sent. diei 29 martii 2001, RRDec., vol. XCIII, p. 256, n. 8).

sobre o matrimônio que pretende contrair; a outra faculdade é a volitiva, que requer suficiente liberdade externa e interna do nubente ao considerar as motivações e dominar os impulsos interiores, para que haja uma genuína autodeterminação. Em outras palavras, se a decisão pelo matrimônio provier não da vontade do nubente, mas unicamente de seus irrefreáveis impulsos internos, tal decisão não pode ser dita livre. Com efeito - lê-se numa sentença coram Defilippi - «a requerida liberdade psicológica não se opõe às pulsões internas, mas exige que os impulsos internos não sejam tais cuja natureza e gravidade impeçam a sã reflexão crítica e determinem a vontade necessariamente numa só direção» (Coram Defilippi, sent. diei 29 martii 2001, RR-Dec., vol. XCIII, p. 256, n. 8).

5. - Quod pertinet in specie ad defectum libertatis internae, lucide affirmatum est in una coram Pinto: «Quisque noscit jurisprudentiale principium defectum libertatis internae nihil aliud esse quam speciem defectus discretionis iudicii, quae sicuti hic ultimus oriri potest ex perturbata facultate sive cognoscitiva-critica sive volitiva cui accedit sphaera affectiva. Consensus cum sit aliquod unum inextricabile ab intellectu et voluntate constructum, nullus fit si oriatur ex gravi contrahentis immaturitate affectiva, seu non adepta vel etiam amissa proportionata capacitate aestimandi et/vel appetendi jura

5. - Quanto ao defeito de liberdade interna especificamente, está lucidamente afirmado em uma sentença coram Pinto: «Sabem todos que o princípio jurisprudencial do defeito de liberdade interna não é mais que uma espécie de defeito de discrição de juízo, a qual, como esse último, pode originar-se de um distúrbio da faculdade seja cognitiva-crítica, seja volitiva, à qual pertence a esfera afetiva. O consentimento, sendo uma realidade unitária, constituído por intelecto e vontade, resulta nulo se procedente da imaturidade afetiva do contraente, ou da não adquirida ou mesmo perdida capacidade

officiaque matrimonialia essentialia, sive in se considerata sive ad alterutrum nupturientem relata, qua praepeditur interna libertas decidendi» (Coram Pinto, sent. diei 25 maii 2001, RRDec., vol. XCIII, p. 334, n. 4).

6. - *Can. 1095, n. 2, notam gravitatis explicite requirit ut defectus discretionis iudicii matrimonium irritet. Gravitatis perpendenda est in primis sub respectu subiectivo, id est habita ratione condicionis psychicae nubentis ac deordinationum pathologicarum quibus ille laborat. Gravitatis huius defectus pensitanda est quoque sub respectu obiectivo, scilicet illam comparando cum iuribus et officiis matrimonialibus essentialibus mutuo tradendis et acceptandis. Namque eatenus nupturiens sufficienti discretionem iudicii ad validum matrimonium ineundum gaudet, quatenus apta proportionalitas adest discretionem iudicii inter et praedicta iura et officia.*

7. - *Incapacitas adsumendi habetur solummodo si quis iam tempore commutationis consensus non valeat deducere in praxim obligationes matrimoniales essentialia. Agi tamen debet de vera incapacitate et non de mera -etsi gravi- difficultate. Prae oculis habendum est semper monitum S. Ioannis Pauli II: «Per il canonista deve rimanere chiaro il principio che solo la incapacità, e non*

proporcional de reflexão e/ou de aceitação dos direitos e deveres matrimoniais essenciais, seja considerados em si, seja em relação a um ou outro nubente, o que impede a liberdade interna de decisão» (Coram Pinto, sent. diei 25 maii 2001, RRDec., vol. XCIII, p. 334, n. 4).

6. - O cân. 1095, n. 2, requer explicitamente a nota de gravidade para que o defeito de discrição de juízo configure nulo o matrimônio. A gravidade deve ser apurada primeiramente sob o aspecto subjetivo, isto é, avaliados o estado psíquico do nubente e os distúrbios patológicos que o acometem. A gravidade deste defeito deve ser investigada também sob o aspecto objetivo, comparada com os direitos e deveres matrimoniais essenciais a serem mutuamente prestados e acolhidos. De fato, o nubente goza de suficiente discrição de juízo para contrair validamente o matrimônio enquanto subsiste a apta proporcionalidade na discrição de juízo entre os mencionados direitos e deveres.

7. - A incapacidade de assumir se dá somente se alguém não for capaz de colocar em prática as obrigações essenciais do matrimônio já no momento da manifestação do consentimento. Deve-se, contudo, tratar de uma verdadeira incapacidade e não de uma mera - embora grave - dificuldade. Tenha-se presente a exortação de São João Paulo II: «Para o canonista deve estar claro o princípio segundo o

già la difficoltà a prestare il consenso e a realizzare una vera comunità di vita e di amore, rende nullo il matrimonio» (Ioannes Paulus PP. II, Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987, in Acta Apostolicae Sedis 79 [1987], p. 1457, n. 7). Ideoque mala voluntas, omissio debitae diligentiae vel quaenam, uti dicitur, incompatibilitas characterum non sunt aequivocandae cum proprie dicta incapacitate, quae excedere debet limites humanae voluntatis. Revera ad constabiliendam istam incapacitatem, minime sufficit probare quod coniux obligationes essentielles de facto non implevit, sed probare oportet quod subiectus, ob causas naturae psychicae, obligationes matrimonii essentielles assumere haud potuit. Sedulo sunt tamen distinguenda essentialia ab iis quae non sunt essentialia. Capacitas consequendi ea quae sunt solummodo accidentalia pertinet non ad esse matrimonii, sed ad melius esse (cf. Coram Pinto, sent. diei 13 novembris 1998, RRDec., vol. XC, pp. 735-736, n. 7).

8. - *In ordine ad probationem in huiusmodi causis, praeter declarationes partium et testium, necnon documenta -potissime illa quae sunt utilia ad dignoscendam naturam et gravitatem possibili causae incapacitatis-, adhibenda est ordinarie opera periti vel peritorum*

qual somente a incapacidade, e já não a dificuldade em prestar o consentimento e em realizar uma verdadeira comunidade de vida e de amor, torna nulo o matrimônio» (Ioannes Paulus PP. II, Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987, in Acta Apostolicae Sedis 79 [1987], p. 1457, n. 7). Portanto a má vontade, a omissão da devida diligência ou uma, como costuma-se dizer, incompatibilidade de caráter não podem ser confundidas com a incapacidade propriamente dita, a qual deve superar os limites da vontade humana.

Em verdade, para se configurar tal incapacidade, não basta provar que o cônjuge de fato não cumpriu as obrigações essenciais, mas é preciso provar que o sujeito, por razões de natureza psíquica, não pôde assumir as obrigações essenciais do matrimônio. Deve-se, porém distinguir com precisão as obrigações essenciais das não essenciais. A capacidade de cumprir as que são somente acidentais pertence não ao “ser” do matrimônio, mas ao seu aperfeiçoamento. (cf. Coram Pinto, sent. diei 13 novembris 1998, RR-Dec., vol. XC, pp. 735-736, n. 7).

8. - Relativamente às provas em tais causas, além dos depoimentos das partes e das testemunhas e das provas documentais -principalmente aquelas úteis ao diagnóstico da natureza e gravidade da possível causa da incapacidade-, deve-se recorrer ordinariamente ao trabalho

(cf. can. 1574), *quod et ipsa lex imponit, nisi hoc ex adiunctis inutile evidenter appareat* (cf. can. 1678, § 3). *Quae omnia videnda sunt sub luce circumstantiarum antecedentium, concomitantium et subsequentium nuptias.*

9. - *Non raro, denique, obicitur quod sit omnino improbabilis accusatio matrimonii validitatis ex incapacitate alterutrius vel utriusque partis si iugalibus convictus diu perduravit. Attamen semper mente tenendum est “non firmari tractu temporis quod de iure ab initio non subsistit” (Regulae iuris in VI Decretalium Bonifacii VIII, n. 18) seu “quod initio vitiosum est, non potest tractu temporis convalescere” (Dig. De regulis iuris, L. 29).*

10. - In facto. - *In causa prae manibus, obtenta sententia negativa in primo iudicii gradu, vir -qui credibilitate gaudere videtur quia ob solam rationem conscientiae, post sententiam civilem divortii diei 24 aprilis 2018, quaestionibus definitive solutis de alimentis, ad N.A.T. appellavit et quia ille (sub adspectu intrinseco) constans mansit in iudicio (dum sub adspectu extrinseco, videantur ipsae attestationes credibilitatis ab eius Parocho latae)- accusat nullitatis suum matrimonium ob incapacitatem discernendi et adsumendi ex utraque parte, cui strenue sese opponit*

do perito ou dos peritos (cf. can. 1574), a não ser que, pelas circunstâncias, isso pareça evidentemente inútil (cf. can. 1678, § 3). Tudo isto deve ser visto à luz das circunstâncias antecedentes, concomitantes e subsequentes às núpcias.

9. - Não raramente, objetiva-se que seja completamente indemonstrável a acusação da validade do matrimônio por incapacidade de uma ou de ambas as partes se a vida conjugal durou por muito tempo. Tenha-se em mente, contudo, que “não se firma com o tempo o que desde o início não subsiste segundo o direito” (Regulae iuris in VI Decretalium Bonifacii VIII, n. 18) ou “não pode o tempo tornar válido o que é viciado na origem” (Dig. De regulis iuris, L. 29).

10. - In facto. - Na causa que temos em mãos, obtida a sentença negativa em primeiro grau de juízo, o autor -que parece gozar de credibilidade, pois apelou ao Nosso Tribunal Apostólico somente por razão de consciência, depois de emitida a sentença civil de divórcio do dia 24 de abril de 2018, resolvidas em definitivo as questões alimentícias, e também porque ele (sob o aspecto intrínseco) permaneceu constante em juízo (já sob o aspecto extrínseco, vejamos as próprias atestações de credibilidade emitidas pelo seu pároco)- acusa a nulidade do seu matrimônio por incapacidade de discernir e de assumir de ambas as partes, ao que se opõe

mulier conventa. Infitiandum haud est quin haec causa non paucas praebeat difficultates sive propter ipsam naturam capitum nullitatis concordatorum, sive ob quasdam discrepantias inter partium narrationes, sive ex facto longinqui temporis elapsi, cum matrimonii celebratio evenisset anno 1978 atque ex facto novem filiorum. Attamen si examen aggrediamur actorum, facile inveniri possunt elementa et solida argumenta quoad viri actoris immaturitatem psycho-affectivam, potissimum si facta et eventa, de quibus hic agitur, recte ac debite ponuntur in suo historico peculiari -et quidem sub specie sociali, culturali et religiosa- contextu.

II. - *Etenim ex tabularum lectione constat de angusta illa et severa forma mentis illius loci, ubi progressa est historia huius matrimonii necnon de variis circumstantiis (scilicet diuturna desponsatione, sexualibus intimitatibus et quidem a mulieris matre detectis, adhaesione viri ad regulam idealem consociationis “Operis Dei”, quae praesertim stat pro sacrificio acceptandi compartem sine reservationibus), ob quas vir actor sese invenit in statu magnae pressionis psychologicae internae et quae impulerunt eum ad matrimonium contrahendum. En eiusdem viri verba: «[il] fatto [...] che una mattina la madre [della convenuta] mi abbia scoperto in camera della figlia ha fatto sì che in me si sia radicato un forte senso del dovere nell’andare*

tenazmente a demandada. Não se pode negar que esta causa apresenta muitas dificuldades, seja pela própria natureza dos capitula de nulidade concordados, seja por algumas discrepâncias entre os depoimentos das partes, seja pelo longo tempo passado, uma vez que o matrimônio aconteceu em 1978, e pelos nove filhos. Contudo, se examinarmos os autos, facilmente encontrar-se-ão elementos e argumentos sólidos relativos à imaturidade psicoafetiva do autor, sobretudo se os fatos e eventos aqui tratados forem colocados em seu peculiar contexto histórico, inclusive do ponto de vista social, cultural e religioso.

11. - Da leitura dos autos emerge a mentalidade estrita e rigorosa do lugar onde se desenrolou a história deste matrimônio, como também várias circunstâncias (como o longo noivado, as intimidades sexuais, descobertas pela mãe da demandada, a adesão do autor à regra ideal da associação “Opus Dei”, que defende sobretudo o sacrifício de aceitar o consorte sem reservas), devido às quais o autor encontrou-se em estado de grande pressão psicológica interna e que o levaram a contrair matrimônio. Eis as palavras do mesmo autor: «[o] fato de, numa manhã, a mãe [da demandada] ter-me encontrado no quarto da filha fez com que se arraigasse em mim o forte senso do dever de levar adiante esta relação com esta menina que eu tinha

avanti in questa relazione con questa ragazza che avevo ‘compromesso’ anche con la conoscenza della di lei madre» (Summ., pp. 33; 212-213); et adhuc: «determinante per me fu la formazione all’interno dell’opus Dei» (Summ., p. 212); «l’Opera [...] mi indicava la via della santità come sacrificio e accettazione dell’altro, compresi i limiti e i difetti e questi suoi insegnamenti mi hanno ulteriormente indirizzato alla consacrazione del sacrificio sponsale» (Summ., p. 36). Clare illa adhaesio postulatis consociationis “Operis Dei” -quae ab alio viro magni momenti existimata non esset- ab actore, ob suam structuram personalitatis, perspecta eiusdem formatione et educatione religiosa, utpote “imperiosa” percepta est, ipso fatente: «Mi sforzavo di interpretare e realizzare le principali finalità dell’Opera: santificazione della famiglia e santificazione del lavoro, nonostante le cadute personali dovute alla fragilità umana. Anche Maria si sforzava di vivere con me questi ideali propri dell’Opus Dei [...]. Per me sposarsi era realizzare un’aspettativa della mia vita nonché compiere quanto tutti da me naturalmente si aspettavano» (Summ., pp. 33-34). Itaque quam maxime coactiones internae indolis religiosae, moralis, socialis et psychologicae, non permittebant eidem viro congruum sibi efformare iudicium de matrimonio constituendo nec videtur ille sufficientem habere potuisse libertatem ad hunc gressum semet autodeterminandi.

‘comprometido’ também com o conhecimento de sua mãe» (Summ., pp. 33; 212-213); e ainda: «determinante para mim foi a formação dentro do Opus Dei» (Summ., p. 212); «a Obra [...] me indicava o caminho da santidade como sacrifício e aceitação do outro, inclusive dos limites e defeitos, e estes seus ensinamentos direcionaram ulteriormente a consagração do sacrifício sponsal» (Summ., p. 36). Claramente, tal adesão aos postulados da associação “Opus Dei” -que um outro homem não consideraria importante- por parte do autor, dada a estrutura da sua personalidade, vista a sua formação e educação religiosa, foi vista como “imperiosa”, como ele próprio admite: «Esforçava-me para interpretar e realizar as principais finalidades da Obra: a santificação da família e do trabalho, apesar das quedas pessoais devidas à fragilidade humana. Também Maria se esforçava para viver comigo estes ideais próprios do Opus Dei [...]. Para mim, casar era realizar uma expectativa da minha vida, mas também cumprir o que todos naturalmente esperavam de mim» (Summ., pp. 33-34). Portanto, principalmente as coações internas de índole religiosa, moral, social e psicológica não permitiam que o autor formasse em si o congruo juízo acerca da constituição do matrimônio e nem parece que ele tenha podido ter suficiente liberdade para este passo de autodeterminação.

12. - *Conventa quemcumque pressum pro matrimonio ex parte contextu socialis et religiosi negat: «il fidanzamento era serio e finalizzato al matrimonio; l'idea che ci saremmo sposati maturò molto presto, in particolare da quando anch'io iniziai a frequentare i ritiri dell'Opus Dei, di cui Antonio aveva abbracciato appieno le idee [...]. Non ci sono stati condizionamenti dall'esterno o interiori nel dare il consenso matrimoniale» (Summ., p. 203). Sed in actis non desunt aliqua elementa quae pro versione actoris militent. Ac primum oculos vertamus ad vadimonium hac in instantia fratris actoris, qui declarat: «Antonio da qualche anno apparteneva all'Opus Dei e pertanto aveva fatto suo uno dei cardini della prelatura, ovvero quello che il matrimonio è una vocazione e l'apertura alla procreazione una sua diretta conseguenza» (Summ., p. 220). Et de actoris decisione matrimonium celebrandi dicit: «Ritengo che Antonio non fosse oggettivamente pronto nei riguardi del matrimonio che stava per celebrare, ma era mosso da un entusiasmo misto ad una incoscienza fondata sulla fede; egli si era appena laureato e guadagnava pochissimo [...]; inoltre da un punto di vista morale era consapevole di non poter più rispettare la castità matrimoniale dopo tanti anni di fidanzamento e dormendo in casa di Maria durante i fine settimana, tant'è che molti anni più tardi venni a sapere che*

12. - A demandada nega qualquer pressão social e religiosa pelo matrimônio: «o noivado era sério e finalizado ao matrimônio; a ideia de que nos casaríamos amadureceu muito cedo, particularmente a partir de quando eu comecei a frequentar os retiros do Opus Dei, cujas ideias Antônio tinha abraçado plenamente [...]. Não houve condicionamentos internos ou externos na prestação do consentimento matrimonial» (Summ., p. 203). Contudo, nos autos não faltam alguns elementos que corroboram com a versão do autor. Veja-se em primeiro lugar o depoimento do irmão do autor nesta instância, o qual declara: «Antônio pertencia ao Opus Dei havia alguns anos e, portanto, tinha feito seu um dos pilares da prelazia, ou seja, que o matrimônio é uma vocação e a abertura à procriação uma sua consequência direta» (Summ., p. 220). E, acerca da decisão do autor por celebrar o matrimônio, diz: «Acredito que Antônio não estava objetivamente pronto para o matrimônio que estava prestes a celebrar, mas ele era movido por um entusiasmo misturado a uma inconsciência fundada sobre a fé; ele acabara de se formar e ganhava muito pouco [...]; ademais, do ponto de vista moral, estava ciente de que não mais poderia respeitar a castidade matrimonial após tantos anos de noivado e por dormir na casa de Maria nos fins de semana, a ponto de eu descobrir, muitos anos

il loro primo figlio era stato concepito prima delle nozze» (Summ., p. 221). Vide etiam quod actoris consobrina declarat: «Ritengo che la scelta matrimoniale sia stata troppo affrettata [...]; i due erano troppo giovani. Mi sembrava che Antonio dovesse portare a termine un dovere e dimostrare a tutti noi la bontà delle sue scelte» (Summ., p. 60).

13. - *Certo certius coram nobis adest vir; qui crevit in apto contextu familiarum, cum optimo cursu studiorum et professionis, sed recta gestio rerum vitae necessarie non comprehendit capacitatem et iudicium maturum matrimonium celebrandi et hoc sub aspectu vir actor graves lacunas manifestavit; nam Nobis videtur virum sensum verum matrimonii non intellexisse, eius officia non perspexisse et non adimplevisse, praesertim quoad bonum coniugum. Hoc, uti patet, demonstratur non solum indole ipsius viri sed potissimum eius agendi et cogitandi ratione in ordine ad electionem matrimonii.*

Pressius vita coniugalibus, nemo negare audeat, longam habuit durationem et, etsi inde ab initio aliquas difficultates ostendat, ab externo regulariter visa est evolvi; ast infitias pariter nemo ibit, quin huiusmodi convictus operatio tribuenda sit peculiari relationi, quam vir, dominans, cum muliere instituit. Mulier nam tot per annos hanc

depois, que o primeiro filho deles houvera sido concebido antes do casamento» (Summ., p. 221).

Veja-se também o que declara a prima do autor: «Creio que a escolha matrimonial foi muito precipitada [...]; os dois eram jovens demais. Parecia-me que Antônio devesse levar a termo um dever e demonstrar a todos nós a bondade de suas escolhas» (Summ., p. 60).

13. - Certamente, diante de nós está um homem que cresceu num bom contexto familiar, com ótimo currículo estudantil e profissional, mas a correta administração das coisas da vida não compreende necessariamente a capacidade e o juízo maduro acerca da celebração do matrimônio e sob esse aspecto o autor exibiu graves lacunas; com efeito, parece-nos que o autor não entendeu o verdadeiro significado do matrimônio, não conheceu e não cumpriu os seus deveres, sobretudo no que tange o bem dos cônjuges. Demonstra-o, como é evidente, não somente a índole do próprio autor, mas sobretudo o seu modo de agir e de pensar em relação à escolha pelo matrimônio.

Em suma, a vida conjugal, ninguém ousa negá-lo, teve uma longa duração e, embora revele algumas dificuldades desde o início, externamente parece ter corrido regularmente; igualmente ninguém pode negar que o desenrolar de tal convivência deve ser atribuída à relação peculiar que o homem, dominante, estabeleceu

relationem servavit, seu potius subiit, ipsa fatente: «Fino al 1991 Antonio ed io condividevamo la scelta di non proteggere le intimità e di accogliere quello che sarebbe arrivato; durante la nona gravidanza, però, le cose tra noi iniziaono a non essere più come prima tant'è che Antonio in quel periodo non mi rivolse più la parola. Ebbe una crisi esistenziale, questo è quello che mi disse, per poi rientrare qualche mese dopo la nascita del figlio che nacque con una serie di problemi». Et pergit mulier: «La vita coniugale mi vedeva stare sempre 'dietro' Antonio; era lui che gestiva tutto e tutti ed io dipendevo completamente da lui» (Summ., p. 204). De facto, difficultates relationales inter partes, utpote coniuges, ingravuerunt. Vita coniugalis diu continuavit sed -conventa- declarat: «il disagio maggiore arrivò con il passare del tempo: ad Antonio sembrava che il successo professionale non gli bastasse mai ed era tutto proiettato per la carriera [...]; la goccia che fece traboccare il vaso [...] fu una lettera che lui mi scrisse nel maggio 2006: mi elencò le cose di me che non gli piacevano e l'insoddisfazione che aveva per la nostra vita matrimoniale; alla sua lettera io risposi con un mutismo e per diverso tempo non ci parlammo più» (Summ., p. 205).

com a mulher. De fato, a mulher observou, ou melhor, suportou esta relação por anos, como ela mesma admite: «Até 1991 Antônio e eu compartilhávamos a escolha de não proteger a intimidade e acolher o que viesse; durante a nona gravidez, porém, as coisas entre nós começaram a não ser mais como antes, ao ponto de Antônio naquele período não me ter mais dirigido a palavra. Ele teve uma crise existencial, isto é o que me disse, para voltar alguns meses após o nascimento do filho que nasceu com uma série de problemas». E prossegue a mulher: «A vida conjugal me via estar sempre dependente de Antônio; era ele que administrava tudo e todos e eu dependia completamente dele» (Summ., p. 204). De fato, os problemas relacionais entre as partes, enquanto cônjuges, agravaram-se. A vida conjugal continuou por muito tempo mas a demandada declara: «o desconforto maior veio com o passar do tempo: a Antônio parecia que o sucesso profissional nunca era suficiente e ele estava completamente focado na carreira [...]; a gota que fez transbordar o copo [...] foi uma carta que ele me escreveu em maio de 2006: elencou-me as coisas de que não gostava em mim e a insatisfação que experimentava pela nossa vida matrimonial; eu respondi à sua carta com mutismo e por muito tempo não mais nos falamos» (Summ., p. 205).

Et actor sua ex parte describit defectionem ligaminis affectivi inter partes, cuius causae indicantur ab eodem in divergentia indolis et culturae, unde sequebatur defectus dialogi inter eos: «la nostra vita matrimoniale, che io ora definisco come una sorta di ‘cavalcata furiosa’ senza il tempo di fermarci, riflettere, approfondire le ragioni più profonde del nostro stare insieme [...], si è bruscamente interrotta dopo la nascita dell’ultimogenito, nostro figlio Alessandro avvenuta nel 1991 [...]. Era mia presunzione che entrambi avessimo e coltivassimo l’ideale della famiglia numerosa e naturalmente ‘aperta alla vita’. Solo al momento della nostra separazione, nel 2010, ho scoperto che per Maria le cose, in realtà, non erano state proprio così [...]. Con il 2000 si è avverato il nostro lento progressivo ed inesorabile distacco-allontanamento, coltivando vite sociali distinte e separate [...]. È stata Maria a chiedere e a volere la separazione a pochi giorni di distanza dal compimento del 18° anno di età del nostro ultimogenito Alessandro» (Summ., pp. 34-35).

E o autor, por sua vez, descreve a falta de ligação afetiva entre as partes, cujas causas são por ele indicadas na divergência de índoles e de cultura, donde a falta de diálogo entre eles: «a nossa vida matrimonial, que eu agora defino como uma espécie de ‘cavalgada furiosa’ sem o tempo de parar, refletir, aprofundar as razões mais profundas do nosso estar juntos [...], foi interrompida bruscamente depois do nascimento do ultimogênito, nosso filho Alessandro, em 1991 [...]. Eu presumia que ambos tivéssemos e cultivássemos o ideal da família numerosa e naturalmente ‘aberta à vida’. Só no momento da nossa separação, em 2010, descobri que para Maria as coisas, na verdade, não tinham sido propriamente assim [...]. Com o ano 2000 tornou-se verdade o nosso lento, progressivo e inexorável destacamento-afastamento, cultivando vidas sociais distintas e separadas [...]. Foi Maria a pedir e a querer a separação a poucos dias de distância do aniversário de 18 anos do nosso ultimogênito Alessandro» (Summ., pp. 34-35).

14. - *Sententia primae instantiae negativa inter argumenta pro vinculo praebebat longam vitae coniugalis durationem (Summ., pp. 130-131). Revera longa convictus duratio argumentum non est decretorium, quia explicari potest variis de rationibus, sive -puta- propter curam adolescenti soboli praestandam, sive propter laudabiles utique conatus*

14. - A sentença negativa de primeira instância, entre os argumentos em favor do vínculo, alega a longa duração da vida conjugal (Summ., pp. 130-131). Em verdade, a longa duração da convivência não é argumento decisivo, porque pode ser explicada de vários modos, seja -por exemplo- pelo cuidado a ser dispensado aos filhos adolescentes, seja pelas

relationem sarcienti, licet frustratorii plerumque hi evadant, uti nostro in casu, attenta vera incapacitate viri actoris relationem paritariam sustinendi.

15. - *Ad dignoscendam viri actoris indolem psychicam eiusque capacitatem eliciendi consensum matrimonialem et adsumendi onera coniugalia tam in primo quam in altero iudicii gradu peritiae ex officio exaratae sunt. Utraque pars insuper privatam alligavit. Itaque quattuor peritiae in actis prostrant.*

Perita ex officio in primo iudicii gradu deputata, doct. M., quae relationem ob decisionem iudicis instructoris tantum super virum confecit agnoscit incapacitatem consensualem viri: «Emergono nel periziando elementi di temperamento ipertimico complicati nel tempo da stabilirsi di personalità narcisistica» (Summ., p. 90); ipsa Perita asseverat praesentiam aliquorum: «tratti ipertimici e narcisistici [che] sono pervasivi e permanenti e non consentono [...] modifiche sostanziali [...]. Questi tratti ipertimici e narcisistici [...] hanno influito in modo determinante nel formarsi del processo di consenso [...]. Non furono valutate le difficoltà, in favore di una eccessiva idealizzazione del matrimonio e delle forze di

louváveis tentativas de salvar a relação, embora geralmente muitas acabem frustradas, como no nosso caso, vista a verdadeira incapacidade do autor de sustentar uma relação a dois.

15. - Para se analisar a índole psíquica do autor e a sua capacidade de prestar o consentimento matrimonial e de assumir as obrigações conjugais, foram realizadas perícias ex officio seja em primeiro, seja em segundo grau de juízo. Ambas as partes anexaram também, cada uma, uma perícia privada, de modo que os autos constam de quatro perícias.

A perita designada ex officio em primeiro grau de juízo, doutora M., a qual por decisão do juiz de instrução redigiu o relatório somente sobre o autor, reconhece a incapacidade consensual do homem: «Emergem no periciado elementos de temperamento hipertímico complicados com o tempo, de modo a estabelecer-se uma personalidade narcisística» (Summ., p. 90); a própria Perita afirma a presença de alguns: «traços hipertímicos e narcisísticos [que] são pervasivos e permanentes e não consentem [...] alterações substanciais [...]. Esses traços hipertímicos e narcisísticos [...] influenciaram de modo determinante a formação do processo de consentimento [...]. Não foram avaliadas as dificuldades, em favor de uma excessiva idealização do matrimônio e das forças

entrambi» (Summ., p. 90); et concludit: «i disturbi intaccavano una lucida progettazione del matrimonio. La vita sessuale, focalizzata quasi unicamente sulla procreazione, non fu un buon elemento di comunicazione e condivisione. Appare da una parte un'affermazione esorbitante del proprio sé e dall'altra quasi un rito sacrificale» (Summ., p. 90).

16. - *Peritus autem privatus, doct. D., perscrutatis actis ad explendum munus a muliere conventa commissum, relationem peritalem redegit et condicionem psychicam viri actoris in ambitu normalitatis posuit, asserens: «Le affermazioni del[la] perit[a] non appaiono fondate e sono prive di qualsiasi riscontro oggettivo, non raggiungendo così un grado di certezza nemmeno minimamente probabile, potendosi ridurre invece a mere congetture e supposizioni» (Summ., p. 106), et pergit Peritus: «La realtà dei fatti, di una coppia che ha condiviso per molti anni sacrifici e gioie, anche attraverso una procreazione consapevole e fortemente voluta, non fa che rafforzare la tesi che il consenso e la consapevolezza dei doveri e degli obblighi essenziali matrimoniali al momento delle nozze fossero assolutamente pieni» (Summ., p. 106). Attamen, omnibus perpensis, patet hanc peritiam minus quam meruissent aestimavisse facta biographiae actoris relate ad severa principia consociationis “Operis Dei”, quibus vir incumbere tenebatur ob formationem et educationem religiosam.*

de ambos» (Summ., p. 90); e concludi: «os distúrbios afetavam um lúcido planejamento do matrimônio. A vida sexual, focada quase exclusivamente na procriação, não foi um bom elemento de comunicação e partilha. Aparece, de uma parte, uma afirmação exorbitante do próprio “eu” e, de outra, quase um rito sacrificial» (Summ., p. 90).

16. - O perito privado, doutor D., analisados os autos na realização da função para a qual foi encarregado pela demandada, redigiu o relatório pericial e enquadrou a condição psíquica do autor nos padrões de normalidade, afirmando: «As afirmações d[a] perit[a] não parecem fundamentadas e carecem de qualquer confirmação objetiva, não atingindo, assim, um grau de certeza nem minimamente provável, podendo-se reduzir a meras conjecturas e suposições» (Summ., p. 106), e continua o Perito: «A realidade dos fatos, de um casal que compartilhou por muitos anos sacrifícios e alegrias, também através de uma procriação consciente e fortemente desejada, apenas fortalece a tese de que o consentimento e a consciência dos deveres e das obrigações matrimoniais essenciais no tempo das núpcias eram absolutamente plenos» (Summ., p. 106). No entanto, analisado tudo, fica evidente que esta perícia subestimou os fatos da biografia do autor relativamente aos rigorosos princípios da associação “Opus Dei”, aos quais o autor era obrigado por sua formação e educação religiosa.

17. - Prof. B. in sua relatione privata pro actore, hac in instantia exarata, actis causae ponderatis et adhibito colloquio cum viro, inter alia, de prole hac in coniugio retinet: «La copiosa prole, a fronte di una qualità progressivamente deteriora della relazione interpersonale, non è sintomatica di un dono di sé autentico ed alla pari, ma è epifenomenica di una impostazione coattiva di un egocentrismo che non trova mai sufficienti limiti; se non quelli della natura, quando la donna, dopo la decima gravidanza non può più procreare; anche se il fatto viene interpretato dall'uomo in termini proiettivi, cioè narcisistico-persecutori: secondo lui, del resto, sarebbe stata la donna ad essere responsabile di tutto quanto» (Summ., p. 141). Insuper Peritus agnoscit virum actorem, tempore nuptiarum perturbatione naturae psychicae affectum fuisse. Id claris verbis ipse exprimit: «All'epoca delle nozze, l'assetto di personalità del Periziando era da considerarsi realisticamente incompiuto e disorganizzato a livello affettivo, emotivo e sessuale. Tale condizione [...] consiste in un funzionamento di personalità di tipo narcisistico-ipertimico. L'origine di questa condizione è sicuramente prenuziale [...]. La gravità di questa condizione è concretamente confermata dall'entità e dalla persistenza delle lacune presenti a livello di identità personale, relazioni interpersonali, regolazione emotivo-affettiva, nonché coscienza di malattia del Periziando» (Summ., p. 142); et concludit: «Il Periziando non [era]

17.- O professor B., em seu relatório privado sobre o autor, exarado nesta instância, analisados os autos da causa e realizado o colóquio com o autor, entre outras coisas, afirma a respeito da prole desta união: «A prole numerosa, diante de uma qualidade progressivamente deteriorada da relação interpessoal, não é sintomática do dom de si em paridade, mas é epi fenomênica de uma imposição coercitiva de um egocentrismo que nunca encontra limites suficientes, exceto os impostos pela natureza, quando a mulher, após a décima gravidez, não mais pode procriar; embora o fato seja interpretado pelo homem de maneira projetiva, ou seja, narcisista-persecutória: na visão dele, afinal, teria sido a mulher a responsável por tudo» (Summ., p. 141). Além disso, o Perito reconhece que o homem, no momento do casamento, já sofria de distúrbios psíquicos. Ele o expressa claramente: «Na época do casamento, o ajuste de personalidade do periciado devia ser considerado realisticamente incompleto e desorganizado a nível afetivo, emocional e sexual. Essa condição [...] consiste num funcionamento de personalidade de tipo narcisístico-hipertímico. A origem dessa condição é definitivamente pré-nupcial [...]. A gravidade dessa condição é concretamente confirmada pela existência e persistência das lacunas presentes a nível de identidade pessoal, relações interpessoais, regulação emocional-afetiva, bem como consciência de doença do periciado» (Summ., 142); e conclui: «O periciado

in grado di diventare e rimanere coniuge in modo autentico ed in misura complementare e paritetica» (Summ., p. 142). Ideo, ex voto huius Periti, haurire possumus viri incapacitatem decernendi et adsumendi matrimonii obligationes essentielles sub aspectu instituendi communionem vitae proprie coniugalis.

18. - *Denique nostro in casu pensanda est peritia, quae ex officio exarata penes Rotam a prof. T., iuxta quem: «L'esame clinico e la valutazione psicodiagnostica consentono di riconoscere la presenza nell'attore [...] di una grave immaturità affettiva nel contesto di un altrettanto rilevante disturbo di personalità con marcati tratti ipertimici [...] nonché tratti narcisistici. La presente condizione psicopatologica [...] era certamente presente al tempo della celebrazione delle nozze, trattandosi di un disturbo strutturale che, come tale, tende a mantenersi relativamente stabile nel tempo» (Summ. Alt., p. 27). Ipse Peritus in lucem praecipue ponit et defectum libertatis actoris affirmans quod «Il disturbo di personalità con tratti ipertimici, narcisistici e una grave immaturità affettiva come presente nell'attore al tempo della celebrazione delle nozze era di rilevanza tale da renderlo incapace di autodeterminarsi con un sufficiente grado di libertà interna e comprometteva la sua capacità valutativa, non essendo pertanto in grado di esprimere un giudizio sufficientemente critico e responsabile e di operare una scelta a lungo termine*

não [era] capaz de se tornar e permanecer cônjuge de maneira autêntica e em medida complementar e paritária» (Summ., p. 142). Portanto, da avaliação deste perito pode-se depreender a incapacidade de discernir e assumir as obrigações essenciais no sentido de estabelecer uma comunhão de vida propriamente conjugal.

18. - Enfim, no nosso caso deve ser apurada a perícia ex officio realizada junto à Rota pelo professor T., segundo o qual: «O exame clínico e a avaliação psicodiagnóstica permitem reconhecer no autor a presença [...] de uma grave imaturidade afetiva no contexto de um igualmente relevante distúrbio de personalidade com fortes traços hipertímicos [...] bem como traços narcisísticos. A presente condição psicopatológica [...] estava presente certamente no tempo da celebração do casamento, tratando-se de um distúrbio estrutural que, como tal, tende a manter-se relativamente estável no tempo» (Summ. Alt., p. 27). O mesmo Perito expõe enfaticamente também o defeito de liberdade do autor, afirmando que «O distúrbio de personalidade com traços hipertímicos, narcisísticos e uma grave imaturidade afetiva como aquela presente no autor no tempo da celebração das núpcias era de tal relevância que o tornou incapaz de autodeterminar-se com suficiente grau de liberdade interna e comprometeu a sua capacidade avaliativa, não sendo ele portanto capaz de exprimir um juízo suficientemente crítico e responsável de operar

radicata in un reale progetto di vita. A causa della grave immaturità affettiva e della patologia di personalità da cui era affetto, facevano gravemente difetto all'attore il senso della propria identità, del proprio sé, nonché la consapevolezza di quali fossero i bisogni e le esigenze interiori suoi e della partner, né si rendeva sufficientemente conto che della convenuta in realtà non aveva alcuna vera conoscenza» (Summ. Alt., p. 28). Peritus, propter gravem immaturitatem psychoaffectivam inspectam in actore una cum «tratti ipertimici e narcisísticos», tempore nuptiarum, fundamentum praebere videtur ad declarandam viri incapacitatem matrimonii contrahendi ob defectum discretionis iudicii (cum vir caruisset sive capacitate obiective ponderandi matrimonii iura et officia essentialia sive sufficienti libertate interna), sive fortius fundamentum praebet ad declarandam matrimonii nullitatem ob eiusdem incapacitatem adsumendi onera coniugalia essentialia quia actor «a causa della predetta condizione [...] non [era] specificamente in grado di stabilire un'autentica, intima e paritetica comunione di vita e di amore» (Summ., p. 29). Quae conclusiones, cum recte hauriantur ex actis causae et ex ceteris probationibus, accipiendae sunt pro nostra decisione.

uma escolha a longo prazo fundada num real projeto de vida. Por causa da grave imaturidade afetiva e do distúrbio de personalidade de que sofria, faltavam gravemente ao autor o senso da própria identidade, do próprio “eu”, e a consciência de quais fossem as necessidades e as exigências suas e da consorte, e ele nem se dava conta suficientemente de que na realidade não conhecia verdadeiramente a demandada» (Summ. Alt., p. 28). O perito, posta a imaturidade psicoafetiva identificada no autor com «traços hipertímicos e narcisísticos», no tempo das núpcias, parece fornecer fundamento para que se declare a incapacidade do autor de contrair matrimônio por defeito de discricção de juízo (pois o homem carecia seja de capacidade de ponderar objetivamente os direitos e deveres essenciais, seja de liberdade interna), ou seja, fornece fundamento ainda mais robusto para que se declare a nulidade do matrimônio por incapacidade do mesmo de assumir as obrigações conjugais essenciais porque o autor «por causa da mencionada condição [...] não [era] especificamente capaz de estabelecer uma autêntica, íntima e paritária comunhão de vida e de amor» (Summ., p. 29).

Tais conclusões, que constam nos autos da causa e nas demais provas, devem ser acolhidas para a formação da nossa decisão.

19. - *Utique vinculi Tutrix ad casum deputata, quae munere suo diligentissime perfuncta est, de peritiis exaratis a*

19. - A Defensora do vínculo designada para o caso, no exercício de sua função com suma diligência, declara, acerca

doct. M., B. et T., animadvertit quod: «non apte considerant acta causae unde minime emergit, quod condiciones valetudinis mentalis actoris, sive ante sive post nuptias, essent adeo labiles, ut eum prohiberent praestare validum consensum matrimonialem» (Animadv., n. 12). Attamen, iuxta Inferascriptos Patres hoc severum iudicium admitti nequit et quidem ob rationes sive intrinsecas sive extrinsecas illarum peritiarum.

Quod attinet ad rationes intrinsecas peritiae scilicet quae pertinent ad ipsam methodum confectionis peritiae, animadvertendum est non requiri ut peritus conclusiones solummodo hauriat in aliis mediis probationis quae inveniuntur in tabulis processualibus. Peritia veri nominis, e contra, praesupponit etiam examen directum peritiandi atque, uti nostro in casu, usum instrumentorum psychodiagnosticorum, seu s.d. “tests” personalitatis, haud omissis vel praetermissis, sicut patet, elementis quae hauriuntur ex tabularum lectione. Quae omnia recte peracta sunt hoc in casu.

Rationes extrinsecae peritiae seu quae respiciunt relationem peritiae cum aliis mediis probatoriis, requirunt solummodo ut peritus recte colligat facta et circumstantias quae hauriuntur ex illis probationibus; denique ut illa elementa prae oculis habeat in confectione peritiae, recte eis tribuens congruentem valorem probatorium. Quam

das perícias realizadas pelos doutores M., B. e T., que: «não consideram adequadamente os autos da causa, de onde não emerge que as condições de saúde mental do autor, seja antes, seja depois das núpcias, eram tão delicadas que o impedissem de prestar um consentimento matrimonial válido» (Animadv., n. 12). Contudo, segundo os Padres abaixo assinados, esse juízo severo não pode ser admitido seja por razões intrínsecas, seja extrínsecas das perícias.

No que concerne às razões intrínsecas da perícia, isto é, pertencentes ao próprio método de realização da perícia, deve-se notar que não é necessário que o perito extraia as suas conclusões somente a partir dos outros meios probatórios que se encontram nas peças processuais. A perícia propriamente dita pressupõe também o exame direto do periciando e, como no nosso caso, o uso de instrumentos psicodiagnósticos, como os assim ditos “testes” de personalidade, evidentemente sem omissão ou negligência dos elementos que se colhem da leitura das peças. Tudo isto foi operado regularmente neste caso. As razões extrínsecas da perícia, ou seja, que pertencem à relação da perícia com os demais meios probatórios, requerem somente que o perito relacione corretamente os fatos e as circunstâncias que se depreendem de tais provas; enfim, que considere tais elementos ao realizar a perícia, atribuindo-lhes corretamente o justo valor probatório. Portanto, a perícia

ob rem, peritia debet esse in actis fundata, eis non contradicere e pro posse instrumenta iudici praebere ad melius definiendum casum, de quo iudicium est. Ad peritum autem pertinet facta sub aspectu psychologico interpretari. Et hoc revera fecerunt praefati Periti.

20. - *Cl.mus Patronus fiduciae partis conventae de peritia coram Rota peracta profert suo in Restrictu sequentem considerationem: «Peritus haud resolvit, revera, quaestionem substantialem: cur 'gravis' difficultas personalitatis emergit tantum (tantum!) in contextu relationis sponsaliciae et nullo modo personalitas abnormis et graviter affecta constat in relationibus socialibus viri actoris?» (Restr. pro conventa, n. 11). Facilis scatet responsio: agitur de planis omnino differentibus; nam aliquis, etsi valde habilis est in sua arte vel bona fama utitur in relationes sociales, potest eodem tempore esse ineptus ad vitam coniugalem ducendam, ex. gr., eius índoles male adaptatur mutuae oblationi quae pertinet ad matrimonium, vel quia, uti in casu, immaturitas psycho-affectiva inficit eius personalitatem et reddit eum incapacem decernendi et adsumendi onera coniugalia, etc. Hac de re Peritus Rotalis ex officio, uti diximus, asserit quod «Il disturbo di personalità con tratti ipertimici, narcisistici e una grave immaturità affettiva [erano] present[i]*

deve ser fundada nos autos, não os deve contradizer e, na medida do possível, deve fornecer ao juiz instrumentos para uma melhor elucidação do caso levado a juízo. Ao perito cabe a interpretação dos fatos do ponto de vista psicológico. E fizeram-no os mencionados peritos.

20. - O claríssimo Advogado de confiança da demandada, em sua defesa, faz esta consideração acerca da perícia realizada junto à Rota: «O Perito não resolveu, na verdade, a questão substancial: por que o 'grave' distúrbio de personalidade emerge somente (somente!) no contexto da relação sponsal e de nenhum modo a personalidade anormal e gravemente comprometida consta nas relações sociais do autor? » (Restr. pro conventa, n. 11).

É fácil a resposta: trata-se de planos completamente diferentes; com efeito alguém, embora seja muito hábil em seu trabalho ou goze de boa fama nas relações sociais, pode ao mesmo tempo ser inepto a conduzir uma vida conjugal, por exemplo, se a sua índole é inadequada à mútua oferta de si que é própria do matrimônio, ou porque, como neste caso, a imaturidade psicoafetiva molda a sua personalidade e o torna incapaz de discernir e assumir as obrigações conjugais etc. A tal respeito, o Perito Rotal ex officio, como dito, afirma: «O distúrbio de personalidade com traços hipertímicos, narcisísticos e a grave imaturidade

nell'attore al tempo della celebrazione delle nozze» (Summ. Alt., p. 28).

Itaque sub luce rerum expositarum pro certo in viro actore satis probata sunt tam gravis defectus discretionis iudicii quam incapacitas adsumendi obligationes matrimonii essentielles, singillatim bonum coniugum.

21. - *Quoad alia capita invocata, id est defectum discretionis iudicii et incapacitatem adsumendi onera coniugalia ex parte mulieris conventionae, peracto examine critico omnium mediorum probationis, quae collecta sunt hac in causa, Nos infrascripti Patres censemus quod fundamentum his accusationibus deesse videtur.*

Iam Tribunal primi gradus haec capita circa conventionae incapacitatem negative dimisit, quia ex actis elementa pro nullitate desumi nequeunt: «in data 22 giugno 2016, il G.I., nel Decreto di nomina del perito riteneva non necessaria la perizia sulla parte convenuta in quanto agli atti mancano elementi di conforto» (Summ., p. 129).

Nec partes vero nec periti indigitare valent aliquam mulieris personalitatis anomaliam vel quandam eius gravem immaturitatem. Declarationes partium earumque testium in luce ponunt tantum mulieris conventionae indolem clausam et timidam sed excludunt eius incapacitatem in matrimoniali electione.

afetiva [estavam] presente[s] no autor no tempo da celebração das núpcias» (Summ. Alt., p. 28).

Por conseguinte, à luz do exposto, com certeza ficam suficientemente provados seja o grave defeito de discrição de juízo seja a incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimônio, particularmente o bem dos cônjuges.

21. - Relativamente aos outros capita alegados, isto é, ao defeito de discrição de juízo e incapacidade de assumir as obrigações conjugais por parte da demandada, efetuado o exame crítico de todos os meios de prova coletados nesta causa, Nós os Padres abaixo assinados notamos que tais acusações parecem carecer de fundamento.

O Tribunal de primeiro grau já não havia acolhido esses capita acerca da incapacidade da demandada porque dos autos não emergiriam elementos em favor da nulidade: «no dia 22 de junho de 2016, o Juiz de Instrução, no decreto de nomeação do perito, considerava desnecessária a perícia na parte demandada, enquanto os autos carecem de elementos que a ensejariam» (Summ., p. 129).

Nem mesmo as partes nem os peritos conseguem indicar alguma anomalia na personalidade da mulher ou uma sua grave imaturidade. As alegações das partes e das respectivas testemunhas trazem à luz somente a índole fechada e tímida da demandada, mas excluem a sua incapacidade na escolha pelo matrimônio.

Pressius Peritus penes Nostrum Apostolicum Tribunal electus excludit quamlibet anomaliam vel perturbacionem quae eiusdem mulieris conventae consensum graviter limitare potuerit et concludit: «Nel complesso, non emergono dagli atti elementi idonei a suggerire la presenza nella convenuta, al tempo della celebrazione del matrimonio, di una patologia psichica di rilievo clinico, specificamente, di un disturbo di personalità e/o di una rilevante immaturità psico-affettiva o di altra anomalia psichica» (Summ. Alt., p. 30). Incapacitas mulieris conventae igitur omnino aleatoria patet, adeo ut ipsa viri actoris cl.ma Patrona de facto locuta sit in suo Restrictu solummodo de mulieris difficultatibus in convictu coniugali (cf. Restr. pro actore, n. 16). Itaque attente perpensis actis atque periti conclusionibus censent Patres Infrascripti nullitatem ob defectum discretionis iudicii et ob incapacitatem adsumendi onera coniugalia ex parte mulieris conventae, in casu declarari non posse.

22. - *Quibus omnibus tam in iure quam in facto perpensis, Nos Infrascripti Patres Auditores de Turno, pro Tribunali sedentes et solum Deum prae oculis habentes, Christi Nomine invocato, decernimus, declaramus ac definitive sententiamus ad dubium propositum*

Em suma, o Perito designado pelo Nosso Tribunal Apostólico exclui qualquer anomalia ou distúrbio que possa ter limitado gravemente o consentimento da demandada e conclui: «No geral, não emergem dos autos elementos idôneos a sugerir a presença na demandada, no tempo da celebração do matrimônio, de uma patologia psíquica de relevância clínica, especificamente, de um distúrbio de personalidade e/ou de uma relevante imaturidade psicoafetiva ou de outra anomalia psíquica» (Summ. Alt., p. 30). A incapacidade da demandada aparece, pois, completamente aleatória, de tal modo que a própria claríssima advogada de fato do autor, em sua Defesa, referiu-se somente às dificuldades da mulher na convivência conjugal (cf. Restr. pro actore, n. 16).

Portanto, após cuidadosa análise dos autos e das conclusões do perito, os Padres abaixo assinados consideram que no caso não pode ser declarada a nulidade por defeito de discricão de juízo e por incapacidade de assumir as obrigações conjugais por parte da demandada.

22. – Examinado todo o exposto seja in iure seja in facto, Nós, os Padres Auditores do Turno abaixo assinados, arrolados neste Tribunal e tendo somente Deus diante dos olhos, invocado o Nome de Cristo, decidimos, declaramos e definitivamente pronunciamos a sentença no sentido de responder ao

respondentes: Affirmative, seu constare de matrimonii nullitate, in casu; censuere Patres vetitum severum apponendum esse viro in casu; ea mente autem ut Episcopus loci de re ipse decernat.

Ita pronuntiamus atque committimus locorum Ordinariis et Administris Tribunalium, ad quos spectat, ut hanc Nostram sententiam definitivam notificent omnibus, quorum intersit, ad omnes iuris effectus.

Romae, in Sede Rotae Romanae Tribunalis, die 6 novembris 2020.

*Vitus Pius Pinto, Decanus
Franciscus Viscome, Ponens
Ioannes Petrus Fischer*

dubium concordado: Affirmativamente, ou seja, consta de nulidade matrimonial, no caso; os Padres consideraram que se deve impor ao autor, no caso, um rigoroso veto, o que porém deve ser decidido pelo próprio Bispo local.

Assim pronunciamos e incumbimos os Ordinários locais e os Ministros dos Tribunais competentes, para que notifiquem os interessados acerca desta Nossa sentença definitiva, para todos os efeitos do direito.

Dado em Roma, na Sede do Tribunal da Rota Romana, aos 6 de novembro de 2020.

Vito Pio Pinto, Decano
Francismo Viscome, Ponente
João Pedro Fischer

Comentário à sentença de Mons. Francisco Viscome de 6 de novembre de 2020

*Commentary on the sentence of Mons. Francisco Viscome,
November 6, 2020*

Vincenzo Fasano¹

Português

O matrimônio não é uma união qualquer entre pessoas humanas, susceptível de ser configurada de acordo uma pluralidade de modelos culturais. O homem e a mulher encontram em si mesmos a inclinação natural para se unir conjugalmente. Mas o matrimônio, como observa muito bem S. Tomás de Aquino, é natural não porque é causado pela necessidade dos princípios naturais, mas enquanto realidade para a qual a natureza inclina, mas que é completada mediante o livre arbítrio (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). Por conseguinte, toda a oposição entre natureza e liberdade, entre natureza e cultura é totalmente errônea. Desta maneira, à luz do matrimônio como realidade natural, compreende-se com facilidade a índole natural da capacidade de se contrair um matrimônio: «*Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur*» (cân. 1058, CIC; cân. 778, CCIO). Nenhuma interpretação das normas sobre a incapacidade de consentimento (cf. cân. 1095, CIC; cân. 818, CCIO) seria justa, se, na prática, tornasse vão esse princípio: «*Ex intima hominis natura -afirma Cícero- haurienda est iuris disciplina*» (Cícero, *De Legibus*, II) [Sentença, § 3].

¹ Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

Origina-se o matrimônio do consentimento entre pessoas hábeis por direito, legitimamente manifestado. Ele é o ato humano da vontade pelo qual o homem e a mulher, por pacto irrevogável, se entregam e recebem mutuamente, a fim de constituírem o matrimônio (cf. can. 1057, CIC). De fato, Santo Tomás de Aquino recorda que: «Das ações feitas pelo homem só se chamam propriamente humanas as que lhe são próprias, enquanto homem. Ora, este difere das criaturas irracionais por ser senhor dos seus atos. Por onde, chamam-se propriamente ações humanas só aquelas de que o homem é senhor. Ora, senhor das suas ações o homem o é pela razão e pela vontade, sendo por isso o livre arbítrio chamado a “faculdade da vontade e da razão”. Portanto, chamam-se ações propriamente humanas as procedentes da vontade deliberada; e se há outras que convêm ao homem, essas podem, por certo, chamar-se ações do homem, mas não propriamente humanas, pois não procedem dele como tal. Ora, é manifesto que todas as ações procedentes de uma potência são por esta causadas, quanto à essência do objeto mesmo delas. E como o objeto da vontade é o fim e o bem, necessário é que tendam todas as ações humanas para um fim» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., em Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentença, § 4].

O cân. 1095 do Código de Direito Canônico prevê que «São incapazes de contrair matrimônio: 1º. os que carecem do uso suficiente da razão; 2º. os que sofrem de defeito grave de discrição do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do matrimônio, que se devem dar e receber mutuamente; 3º. os que por causas de natureza psíquica não podem assumir as obrigações essenciais do matrimônio». A Igreja e, por conseguinte, a lei canônica reconhecem a todo o homem a faculdade de contrair matrimônio (cf. cân. 1058, CIC); uma faculdade, entretanto, que só pode ser exercida por aqueles «qui iure non prohibentur». Tais são, em primeiro lugar, aqueles que têm uma suficiente maturidade psíquica no duplice componente intelectual e volitivo, juntamente com a capacidade de cumprir os ônus essenciais da instituição matrimonial (cf. cân. 1095). A este propósito, é oportuno recordar ainda algumas distinções que traçam a linha de demarcação antes de tudo entre «uma maturidade psíquica que seria o ponto de chegada do desenvolvimento

humano», e «a maturidade canônica, que é, ao contrário, o ponto mínimo de partida para a validade do matrimônio» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, in *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); em segundo lugar, entre incapacidade e dificuldade, enquanto «só a incapacidade, e não a dificuldade de prestar consentimento e para realizar uma verdadeira comunidade de vida e de amor, torna nulo o matrimônio» (ibid., n. 7, p. 1457); em terceiro lugar, entre a dimensão canônica da normalidade, que inspirando-se na visão integral da pessoa humana, «inclui também formas moderadas de dificuldade psicológica», e a dimensão clínica que exclui do conceito dela qualquer limite de maturidade e «toda a forma de psicopatologia» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, in *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); por fim, entre a «capacidade mínima, suficiente para um válido consentimento» e a capacidade idealizada «de uma plena maturidade no que diz respeito a uma vida conjugal feliz» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentença, §§ 5-7].

Para que o juiz atinja a certeza moral prevista no cân. 1608 § 1 CIC, entre os vários meios de prova disponíveis, um papel fundamental pertence ao perito, cuja tarefa é detectar a condição psíquica das partes no momento do matrimônio, por meio das teorias e metodologias típicas da disciplina própria, e de acordo com uma antropologia cristã saudável [Sentença, § 8].

Italiano

Il matrimonio non è una qualsiasi unione tra persone umane, suscettibile di essere configurata secondo una pluralità di modelli culturali. L'uomo e la donna trovano in se stessi l'inclinazione naturale ad unirsi coniugalmente. Ma il matrimonio, come ben precisa San Tommaso d'Aquino, è naturale non perché causato per necessità dai principi naturali, bensì in quanto è una realtà a cui la natura inclina, ma che è compiuta mediante il libero arbitrio (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). È, pertanto, altamente fuorviante ogni contrapposizione tra natura e libertà, tra natura e cultura. Così, alla luce del matrimonio quale realtà naturale, si coglie facilmente l'indole naturale della capacità

per sposarsi: «Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur» (can. 1058 CIC; can. 778 CCEO). Nessuna interpretazione delle norme sull'incapacità consensuale (cf. can. 1095 CIC; can. 818 CCEO) sarebbe giusta se rendesse in pratica vano quel principio: «Ex intima hominis natura - afferma Cicerone - haurienda est iuris disciplina» (Cicerone, *De Legibus*, II) [Sentenza, § 3].

L'atto che costituisce il matrimonio è il consenso delle parti manifestato legittimamente tra persone giuridicamente abili. Esso è un atto umano della volontà con cui l'uomo e la donna, con patto irrevocabile, danno e accettano reciprocamente se stessi per costituire il matrimonio (cf. can. 1057 C.I.C.). San Tommaso d'Aquino ricorda infatti che: «Tra le azioni che l'uomo compie sono dette umane in senso stretto soltanto quelle compiute dall'uomo in quanto uomo. Ora, l'uomo si distingue dalle altre creature non razionali perché è padrone dei propri atti. Quindi, in senso stretto, si dicono umane le sole azioni di cui l'uomo ha la padronanza. D'altra parte l'uomo è padrone dei suoi atti mediante la ragione e la volontà: infatti si dice che il libero arbitrio è “una facoltà della volontà e della ragione”. Quindi propriamente sono denominate umane le azioni che procedono da una volontà deliberata. Le altre azioni invece che vengono attribuite all'uomo potranno essere dette azioni dell'uomo, ma non azioni umane in senso proprio, non appartenendo esse all'uomo in quanto uomo. - Ora, tutti gli atti che procedono da una data facoltà ne derivano secondo la ragione formale del suo oggetto. Ma l'oggetto della volontà è il fine e il bene. Quindi è necessario che tutte le azioni umane siano per un fine» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., in San Tommaso d'Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentenza, § 4].

Il can. 1095 del Codice di diritto canonico prevede che «Sono incapaci a contrarre matrimonio: 1) coloro che mancano di sufficiente uso di ragione; 2) coloro che difettano gravemente di discrezione di giudizio circa i diritti e i doveri matrimoniali essenziali da dare e accettare reciprocamente; 3) coloro che per cause di natura psichica, non possono assumere gli obblighi essenziali del matrimonio». La Chiesa e, conseguentemente, la legge canonica riconoscono ad ogni uomo la facoltà di contrarre matrimonio (cf. can. 1058); una facoltà, tuttavia,

che può, essere esercitata soltanto da coloro «qui iure non prohibentur». Tali sono, in primo luogo, coloro che hanno una sufficiente maturità psichica nella duplice componente intellettuale e volitiva, insieme con la capacità di adempiere gli oneri essenziali dell'istituto matrimoniale (cf. can. 1095). Al riguardo, è opportuno ricordare ancora alcune distinzioni che tracciano la linea di demarcazione innanzitutto tra «una maturità psichica che sarebbe il punto d'arrivo dello sviluppo umano», e «la maturità canonica, che è invece il punto minimo di partenza per la validità del matrimonio» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, in *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); in secondo luogo, tra incapacità e difficoltà, in quanto «solo l'incapacità, e non già la difficoltà a prestare il consenso e a realizzare una vera comunità di vita e di amore, rende nullo il matrimonio» (ibid., n. 7, p. 1457); in terzo luogo, tra la dimensione canonistica della normalità, che ispirandosi alla visione integrale della persona umana, «comprende anche moderate forme di difficoltà psicologica», e la dimensione clinica che esclude dal concetto di essa ogni limitazione di maturità e «ogni forma di psicopatologia» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, in *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); infine, tra la «capacità minima, sufficiente per un valido consenso» e la capacità idealizzata «di una piena maturità in ordine ad una vita coniugale felice» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentenza, §§ 5-7].

Affinché il giudice possa pervenire alla certezza morale prevista dal can. 1608, § 1, C.I.C., fra i diversi mezzi di prova a sua disposizione, un ruolo fondamentale spetta al perito, il cui compito è di rilevare la condizione psichica delle parti al momento della celebrazione del matrimonio, tramite le teorie e le metodologie tipiche della propria disciplina, e secondo una sana antropologia cristiana [Sentenza, § 8].

Français

Le mariage n'est pas une union quelconque entre personnes humaines, susceptible de prendre la forme d'une pluralité de modèles culturels. L'homme et la femme trouvent en eux-mêmes l'inclination naturelle à s'unir conjugalement. Mais le mariage, comme le précise

saint Thomas d'Aquin, est naturel, non parce qu'il est causé par une nécessité dérivant des principes naturels, mais bien en tant que réalité vers laquelle la nature tend, mais qui est accomplie à travers le libre arbitre (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). Toute opposition entre nature et liberté, entre nature et culture est donc profondément déviante. Ainsi, à la lumière du mariage en tant que réalité naturelle, on saisit facilement le caractère naturel de la capacité nécessaire pour se marier: « *Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur* » (can. 1058 CDC; can. 778 CCEO). Aucune interprétation des normes sur l'incapacité de consentement (cf. can 1095 CDC; can. 818 CCEO) ne serait juste si elle rendait ce principe vain en pratique: « *Ex intima hominis natura -affirme Cicéron- haurienda est iuris disciplina* » (Cicéron, *De Legibus*, II) [Sentence, § 3].

C'est le consentement des parties légitimement manifesté entre personnes juridiquement capables qui fait le mariage. Il est l'acte humaine de la volonté par lequel un homme et une femme se donnent et se reçoivent mutuellement par une alliance irrévocable pour constituer le mariage (cf. can. 1057 CIC). Saint Thomas d'Aquin rappelle en effet que: « Parmi les actions accomplies par l'homme, celles-là seules sont appelées proprement "humaines" qui appartiennent en propre à l'homme selon qu'il est homme. Et l'homme diffère des créatures privées de raison en ce qu'il est maître de ses actes. D'où il suit qu'il faut appeler proprement humaines les seules actions dont l'homme est le maître. Mais c'est par sa raison et sa volonté que l'homme est le maître de ses actes, ce qui fait que le libre arbitre est appelé "une faculté de la volonté et de la raison". Il n'y a donc de proprement humaines que les actions qui procèdent d'une volonté délibérée. S'il est d'autres actions qui conviennent à l'homme, on pourra les appeler des actions de l'homme, mais non pas des actions proprement humaines, puisqu'elles ne procèdent pas de l'homme en tant qu'homme. Or, il est manifeste que toute action procédant d'une puissance est produite par cette puissance selon le caractère de son objet et l'objet de la volonté c'est la fin et le bien. Il est donc nécessaire que toutes les actions humaines soient faites pour une fin » (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Saint Thomas d'Aquin, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentence, § 4].

Le can. 1095 du Code de droit canonique prévoit que «Sont incapables de contracter mariage les personnes: 1° qui n'ont pas l'usage suffisant de la raison ; 2° qui souffrent d'un grave défaut de discernement concernant les droits et les devoirs essentiels du mariage à donner et à recevoir mutuellement; 3° qui pour des causes de nature psychique ne peuvent assumer les obligations essentielles du mariage». L'Eglise et, en conséquence, la loi canonique reconnaissent à tout homme la faculté de contracter mariage (cf. can. 1058 CIC) : une faculté cependant qui ne peut être exercée que par ceux «qui iure non prohibentur». Ceux-là sont, en premier lieu, ceux qui ont une maturité psychique suffisante quant à sa double composante : intelligence et volonté, en même temps que la capacité d'accomplir les devoirs essentiels de l'institution matrimoniale (cf. can. 1095 CIC). A cet égard, il est opportun de rappeler encore quelques distinctions qui tracent la ligne de démarcation tout d'abord entre «une maturité psychique qui serait le point d'arrivée du développement humain», et «la maturité canonique, qui est par contre le point minimum de départ pour la validité du mariage» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, en *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); en deuxième lieu, entre les incapacités et les difficultés, dans la mesure où «seule l'incapacité et non pas la difficulté à donner son assentiment et à réaliser une vraie communauté de vie et d'amour rend nul le mariage» (*ibid.*, n. 7, p. 1457); en troisième lieu, entre la dimension canonique de la normalité, qui s'inspirant de la vision intégrale de la personne humaine «comprend également des formes modérées de difficultés psychologiques», et la dimension clinique qui exclut du concept de celle-ci toute limitation de maturité et «toute forme de psychopathologie» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, en *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); enfin, entre la «capacité minimum, suffisante pour un assentiment valable» et la capacité idéalisée «d'une pleine maturité en vue d'une vie conjugale heureuse» (*ibid.*, n. 9, p. 1183) [Sentence, §§ 5-7].

Pour que le juge atteigne la certitude morale prévue au can. 1608, § 1, C.I.C., parmi les divers moyens de preuve à sa disposition, un rôle fondamental incombe à l'expert, chargé de détecter l'état psychique des

parties au moment de la célébration du mariage, à travers les théories et les méthodologies typiques de leur discipline, et selon une anthropologie chrétienne saine [Sentence, § 8].

Español

El matrimonio no es una unión cualquiera entre personas humanas, susceptible de configurarse según una pluralidad de modelos culturales. El hombre y la mujer encuentran en sí mismos la inclinación natural a unirse conyugalmente. Pero el matrimonio, como precisa muy bien santo Tomás de Aquino, es natural no por ser causado necesariamente por los principios naturales, sino por ser una realidad a la que inclina la naturaleza, pero que se realiza mediante el libre arbitrio (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). Por tanto, es sumamente tergiversadora toda contraposición entre naturaleza y libertad, entre naturaleza y cultura. Así, a la luz del matrimonio como realidad natural, se capta fácilmente la índole natural de la capacidad para casarse: «*Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur*» (c. 1058 CDC; c. 778 CCEO). Ninguna interpretación de las normas sobre la incapacidad consensual (cf. c. 1095 CDC; c. 818 CCEO) sería justa si en la práctica no reconociera ese principio: «*Ex intima hominis natura - afirma Cicerón - haurienda est iuris disciplina*» (Cicerón, *De Legibus*, II) [Sentencia, § 3].

El matrimonio lo produce el consentimiento de las partes legítimamente manifestado entre personas jurídicamente capaces, tal consentimiento es el acto humano de la voluntad, por el cual el varón y la mujer se entregan y aceptan mutuamente en alianza irrevocable para constituir el matrimonio (cf. can. 1057 CIC). De hecho, Santo Tomás de Aquino recuerda que: «De entre las acciones que el hombre realiza, solo pueden considerarse propiamente humanas aquellas que son propias del hombre en cuanto que es hombre. El hombre se diferencia de las criaturas irracionales en que es dueño de sus actos. Por eso, solo aquellas acciones de las que el hombre es dueño pueden llamarse propiamente humanas. El hombre es dueño de sus actos mediante la razón y la voluntad; así, se define el libre albedrío como facultad de la voluntad y de la razón. Llamamos, por tanto, acciones propiamente humanas a las que proceden de una voluntad deliberada. Las demás acciones que se

atribuyen al hombre pueden llamarse del hombre, pero no propiamente humanas, pues no pertenecen al hombre en cuanto que es hombre. Ahora bien, todas las acciones que proceden de una potencia son causadas por ella en razón de su objeto. Pero el objeto de la voluntad es el bien y el fin. Luego es necesario que todas las acciones humanas sean por un fin» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentencia, § 4].

El can. 1095 del Código de Derecho Canónico establece que «Son incapaces de contraer matrimonio: 1) quienes carecen de suficiente uso de razón; 2) quienes tienen un grave defecto de discreción de juicio acerca de los derechos y deberes esenciales del matrimonio que mutuamente se han de dar y aceptar; 3) quienes no pueden asumir las obligaciones esenciales del matrimonio por causas de naturaleza psíquica». La Iglesia y, por consiguiente, la ley canónica, reconocen a todos la facultad de contraer matrimonio (cf. can. 1058 CIC); pero esa facultad sólo la pueden ejercer «qui iure non prohibentur». Éstos son, en primer lugar, los que tienen suficiente madurez psíquica, en su doble componente: intelectual y volitivo, además de la capacidad de cumplir las obligaciones esenciales de la institución matrimonial (cf. can. 1095). Al respecto, conviene recordar una vez más algunas distinciones que trazan la línea de demarcación ante todo entre «una madurez psíquica, que sería el punto de llegada del desarrollo humano», y la «madurez canónica, que es en cambio el punto mínimo de partida para la validez del matrimonio» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, en *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); en segundo lugar, entre incapacidad y dificultad, en cuanto que «sólo la incapacidad, y no simplemente la dificultad para prestar el consentimiento y para realizar una verdadera comunidad de vida y de amor, hace nulo el matrimonio» (ibid., n. 7, p. 1457); en tercer lugar, entre la dimensión canónica de la normalidad, que inspirándose en la visión integral de la persona humana, «comprende también moderadas formas de dificultad psicológica», y la dimensión clínica que excluye del concepto de la misma toda limitación de madurez y «toda forma de psicopatología» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi

ineunte, en *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); por último, entre la «capacidad mínima, suficiente para un consentimiento válido», y la capacidad idealizada «de una plena madurez en orden a una vida conyugal feliz» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentencia, §§ 5-7].

Para que el juez alcance la certeza moral prevista en el can. 1608, § 1, CIC, entre los diversos medios de prueba a su disposición, un papel fundamental corresponde al experto, cuya tarea es detectar la condición psíquica de las partes en el momento del matrimonio, a través de las teorías y metodologías típicas de su propia disciplina, y de acuerdo con una sana antropología cristiana [Sentencia, § 8].

English

Marriage is not just any union between human persons that can be formed according to a variety of cultural models. Man and woman experience in themselves the natural inclination to be joined in marriage. But marriage, as St Thomas states so clearly, is natural not because it results by necessity from natural principles, but because it is a reality to which one is inclined by nature, although it comes about through free will (*Summa Theol.*, Suppl., q. 41, a. 1, in c.). Any opposition, therefore, between nature and freedom or between nature and culture is extremely misleading. Thus, in the light of marriage as a natural reality we can easily grasp the natural character of the capacity to marry: «*Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur*» (can. 1058 CIC; can. 778 CCEO). No interpretation of the norms on the incapacity for consent (cf. can. 1095 CIC; can. 818 CCEO) would be correct if it were to make that principle useless in practice: «*Ex intima hominis natura -Cicero said- haurienda est iuris disciplina*» (Cicero, *De Legibus*, II) [Sentence, § 3].

A marriage is brought into being by the lawfully manifested consent of persons who are legally capable. This consent is an human act of will by which a man and a woman by an irrevocable covenant mutually give and accept one another for the purpose of establishing a marriage (cf. can. 1057 CIC). In fact, St. Thomas Aquinas recalls that: «Of actions done by man those alone are properly called “human”, which are proper to man as man. Now man differs from irrational animals in this, that

he is master of his actions. Wherefore those actions alone are properly called human, of which man is master. Now man is master of his actions through his reason and will; whence, too, the free-will is defined as “the faculty and will of reason”. Therefore those actions are properly called human which proceed from a deliberate will. And if any other actions are found in man, they can be called actions “of a man”, but not properly “human” actions, since they are not proper to man as man. Now it is clear that whatever actions proceed from a power, are caused by that power in accordance with the nature of its object. But the object of the will is the end and the good. Therefore all human actions must be for an end» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., in St. Thomas Aquinas, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentence, § 4].

The can. 1095 of the Code of Canon Law provides that «The following are incapable of contracting marriage: 1° those who lack sufficient use of reason; 2° those who suffer from a grave lack of discretionary judgement concerning the essential matrimonial rights and obligations to be mutually given and accepted; 3° those who, because of causes of a psychological nature, are unable to assume the essential obligations of marriage». The Church and, consequently, canon law recognize that every person has the possibility of contracting marriage (cf. can. 1058 CIC); a possibility, however, which can only be exercised by those «qui iure non prohibentur». The latter are, first of all, those who have sufficient psychological maturity of intellect and will, along with the ability to fulfil the essential obligations of the marital institution (cf. can. 1095 CIC). In this regard it is helpful to recall several clear-cut distinctions. First of all, the distinction between «the psychic maturity which is seen as the goal of human development» and, on the other hand, «the canonical maturity which is the basic minimum required for establishing the validity of marriage» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, en *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457). Second, the distinction between incapacity and difficulty, inasmuch as «incapacity alone, and not difficulty in giving consent and in realizing a true community of life and love, invalidates a marriage» (ibid., n. 7, p. 1457). Third, the distinction between the canonical approach to normality, which, based on an integral vision of

the human person, «also includes moderate forms of psychological difficulty», and the clinical approach, which excludes from the concept of normality every limitation of maturity and «every form of psychic illness» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, en *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181). And finally, the distinction between the «minimum capacity sufficient for valid consent» and the ideal capacity «of full maturity in relation to happy married life» (*ibid.*, n. 9, p. 1183) [Sentence, §§ 5-7].

So that the judge can reach the moral certainty provided for in can. 1608, § 1, CIC, among the various means of proof at his disposal, a fundamental role pertains to the expert, whose task is to detect the psychic condition of the parties at the time of the marriage, through the theories and methodologies typical of their own discipline, and according to a healthy Christian anthropology [Sentence, § 8].

Política Editorial / Editorial Policy

MISSÃO

A Revista *Scientia Canonica* é uma publicação semestral do Instituto Superior de Direito Canônico Santa Catarina (ISDCSC), em versão impressa e digital, destinada à divulgação da pesquisa em Direito Canônico mediante a publicação de trabalhos inéditos e originais que apresentem resultados de pesquisa bibliográfica.

Para compor as edições da revista, serão aceitos trabalhos nos seguintes gêneros: artigos científicos, ensaios, resenhas, resumos estendidos de teses e dissertações, comunicações e traduções.

ADMISSÃO E AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

- a) Os trabalhos com vistas à publicação na *Scientia Canonica* deverão ser redigidos em idioma português, espanhol, italiano, francês ou inglês, em consonância com as especificações da seção Diretrizes para Autores (a seguir), em arquivo virtual sob formato “.doc”, e enviados para o e-mail: <revista@isdsc.org.br>.
- b) Omitida a identificação autoral, os trabalhos serão enviados a dois revisores, membros do Conselho Editorial (sistema *Double Blind Review*). Os pareceres poderão ser positivos, o que autoriza a publicação; positivos sob condição, isto é, desde que o autor faça as correções e/ou complementações indicadas; ou negativos, pela não publicação. Apenas um parecer negativo ensejará a avaliação de um terceiro revisor; dois pareceres negativos inviabilizarão a publicação.
- c) Os autores serão comunicados do recebimento de seus trabalhos em até 8 dias desde a submissão à revista e sobre a avaliação de seus textos em até 90 dias.

- d) A publicação de trabalhos na Revista *Scientia Canonica* não será remunerada.
- e) O ato de envio de um trabalho à Revista *Scientia Canonica* implicará automaticamente a cessão dos direitos autorais a ele referentes em favor da revista. Todavia, a responsabilidade sobre o conteúdo de cada texto publicado continuará a ser única e inteiramente de seu autor.
- f) Caso faça uso de imagens protegidas por direitos autorais, o autor do trabalho deverá providenciar e encaminhar à revista, junto com seu texto, as autorizações para veiculação dessas imagens.
- g) Imagens, tabelas, gráficos e similares não poderão ocupar mais de 25% do total de cada trabalho.
- h) Em pesquisas envolvendo seres vivos, o trabalho deve ser aprovado pelo comitê de ética em pesquisa ou equivalente da instituição na qual a pesquisa foi realizada e cumprir os princípios éticos contidos na legislação brasileira em vigor.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Artigos Científicos

Artigo é o resultado de uma pesquisa realizada com método científico e submetido à análise de pesquisadores com a finalidade de desenvolver a ciência canônica. Gênero reservado a pesquisadores com título de doutorado.

- a) **Número de páginas:** entre 15 e 25 laudas (cerca de 37.500 a 62.500 caracteres com espaços).
- b) **Fonte e entrelinhas:** *Times New Roman*, tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1,5.
- c) **Nome do(s) autor(es):** abaixo do título do artigo e com uma nota de rodapé contendo o currículo em até cinco linhas.
- d) **Resumo e palavras-chave:** contendo de 100 a 150 palavras (cerca de 600 a 1.000 caracteres com espaços). Na sequência, a versão em inglês, isto é, *abstract* e *keywords*.

- e) **Corpo do texto (desenvolvimento):** justificado, parágrafos com recuo da primeira linha. Títulos de livros escritos no corpo de texto devem vir destacados por itálico. Ex.: Como prescreve o *Código de Direito Canônico* em vigor, (...)

Ensaaios

Expressão de maturidade intelectual de um pesquisador sênior sem a obrigatoriedade de se reportar diretamente à bibliografia especializada. Gênero reservado a pesquisadores com título de doutorado e experiência na área de atuação. Seguem a mesma formatação para artigos científicos (acima), ressaltados:

- a) **Número de páginas:** entre 10 e 20 laudas (cerca de 25.000 a 50.000 caracteres com espaços).
b) **Resumo e palavras-chave:** não há.

Resenhas

Expressão crítica sobre lançamentos bibliográficos limitados aos últimos cinco anos. Gênero que admite pesquisadores com título de especialização, mestrado ou doutorado.

- a) **Número de páginas:** até 5 laudas (cerca de 12.500 caracteres com espaços).
b) **Título:** a referência completa da obra resenhada.

Resumos estendidos de Teses e Dissertações

Resultado de pesquisa acadêmica amparada diretamente em bibliografia especializada. Gênero reservado a pesquisadores com título de mestrado ou doutorado que exponham sua própria tese ou dissertação.

- a) **Número de páginas:** até 5 laudas (cerca de 12.500 caracteres com espaços).

Comunicações

Síntese de eventos acadêmicos, textos breves apresentados em eventos acadêmicos, reflexões temáticas curtas e variadas, entrevistas etc. Gênero que admite pesquisadores com título de especialização, mestrado ou doutorado.

- a) **Número de páginas:** entre 5 e 10 laudas (cerca de 12.500 a 25.000 caracteres com espaços).

Traduções

Texto vertido de qualquer idioma estrangeiro, clássico ou moderno, para um dos idiomas usados na revista (português, espanhol, italiano, francês ou inglês). Gênero que admite pesquisadores com título de especialização, mestrado ou doutorado.

- a) **Número de páginas:** entre 10 e 20 laudas (cerca de 25.000 a 50.000 caracteres com espaços).

MODELOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – PADRÃO ABNT

Livro no todo

PONTES, B. R. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

Capítulos de Livros

BUCII, E.; KEHL, M. R. Videologias: ensaios sobre televisão. In: KEHL, M. R. *O espetáculo como meio de subjetivação*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 42-62.

Livro em meio eletrônico

ASSIS, M. de. *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <[HTTP://machado.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/romance/marm02.pdf](http://machado.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/romance/marm02.pdf)> Acesso em: 12 jan. 2011.

Artigos em periódicos impressos

SCHUELTER, C. C. Trabalho voluntário e extensão universitária. *Episteme*, Tubarão, v. 9, n. 27, p. 217-236, mar./out. 2002.

Artigos em periódicos eletrônicos

PIZZORNO, A. C. P. et al. Metodologia utilizada pela biblioteca universitária da UNISUL para registro de dados bibliográficos, utilizando o formato MARC 21. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 143-158, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=209&layout=abstract>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

Publicações em Anais

PASCHOALE, C. Alice no país da geologia e o que ela encontrou lá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 33. 1984. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, SBG, 1984. v. 11, p. 5242-5249.

Jornal

ALVES, M. M. Venda da indústria cai pelo quarto mês. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 7 dez. 2005. Economia, p. 13-14.

Site

XAVIER, A. *Depressão: será que eu tenho?* Disponível em: <<http://www.psicologiaaplicada.com.br/depressao-tristeza-desanimo.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

Verbetes

TURQUESA. In: GRANDE Enciclopédia Barsa. São Paulo: Barsa Planeta Internacional, 2005. p. 215.

